

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

TOMÁS DIEL MELÍCIAS

**O FEITIÇO DO MODERNO: JONAS SAVIMBI E SEUS PROJETOS DE
NAÇÃO ANGOLANA (1966-1988)**

Porto Alegre
2017

TOMÁS DIEL MELÍCIAS

**O FEITIÇO DO MODERNO: JONAS SAVIMBI E SEUS PROJETOS DE
NAÇÃO ANGOLANA (1966-1988)**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção de grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Marçal de Menezes Paredes

Porto Alegre
2017

Ficha Catalográfica

M532 Melícias, Tomás Diel

O FEITIÇO DO MODERNO : Jonas Savimbi e seus projetos de nação angolana (1966-1988) / Tomás Diel Melícias . – 2017.

127 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Marçal Menezes de Paredes.

1. África. 2. Angola. 3. Nacionalismo. 4. UNITA. 5. Jonas Savimbi. I. Paredes, Marçal Menezes de. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

TOMÁS DIEL MELÍCIAS

**O FEITIÇO DO MODERNO: JONAS SAVIMBI E SEUS PROJETOS DE
NAÇÃO ANGOLANA (1966-1988)**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção de grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em: _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Marçal de Menezes Paredes (Orientador) – PUCRS

Prof. Dr. Didier Péclard – Université de Genève

Prof. Dr. Igor Castellano da Silva – UFSM

Porto Alegre
2017

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, quero fazer muito clara a minha enorme gratidão a todas as oportunidades de enriquecimento intelectual e acadêmico que a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul me concedeu nesses últimos setes anos. *Alma mater* de graduação, foi a PUCRS que também quem me acolheu para a escrita dessa dissertação. Minha paixão e meu empenho pelo estudo da história de Angola foi reconhecido pelo Programa de Pós-graduação homólogo da instituição. Aos professores, funcionários e colegas da Pós, muito obrigado por tudo.

Ao professor Marçal, ou melhor, ao meu amigo Marçal, muito obrigado por ter me acompanhado e me auxiliado nessa caminhada. Levarei com alegria na memória todas as longas reuniões e conversas que tivemos, não só sobre África e Angola, mas sobre a vida. Sou muito grato pelo teu companheirismo e pela tua atenção, Marçal. Mais que um orientador, ganhei um amigo pro resto da vida.

Aos Melícias, sou grato pela história de nossa família. Os anos vividos em Angola foram, sem dúvida, minha maior fonte de inspiração. Agradeço, especialmente, a minha africanista favorita, Tia Maria. Com os livros – que com tanta alegria recebi – pude efetuar uma pesquisa ampla e cheia de descobertas. Obrigado por teu apoio material e emocional Tia, eles fizeram parte importantíssima dessa dissertação. Ao Vô Nuno, agradeço por ter sido presenteado com uma história familiar tão linda. Fiz, Vô, de parte do teu passado, uma parte de meu presente. E que grande presente!

Aos Diel, tenho imensa gratidão pelos valores de vida que me foram ensinados pelo Vô Luiz. Aprendi a ser um homem honesto, dedicado e íntegro ao te observar, Vô. Tua dedicação e paixão pelo teu ofício me motivaram a buscar o mesmo em mim, obrigado. À Vó Terezinha, onde quer que tu estejas, obrigado pelo teu amor e carinho. Obrigado por ter me ensinado algo que vai muito além do conhecimento formal e acadêmico. Obrigado por ter me ensinado a amar. Sem teu colossal amor, eu não teria conseguido encontrar o amor por essa minha profissão.

Mom, I believe that no man has ever created a word that is fully capable of describing how much I love you. Ever since I was born, all you gave me was much more than unconditional love, much more. You were always by my side, no matter what. You raised me to be a caring and loving person, and I am forever grateful for this. You also granted me a very special gift: the love for books and science. You gave me life and showed me purpose, mom. No word can describe how grateful I am. Love you.

À Cecília, obrigado por todo o teu afeto, compreensão e encorajamento nesses meses em que me dediquei a essa dissertação. Teu amor me motivou a superar os momentos mais complicados dessa jornada, e teu carinho me confortou quando eu mais precisava. Obrigado, amor, te amo.

Aos kambas e mukuetos d'Angola, meu agradecimento pelas conversas e pelos relatos que ouvi sobre a antiga UNITA. Vocês sabem quem são, e sou muito grato pela vossa ajuda. E também, Cobus meu amigo , dankie vir jou hulp met die SADF dokumente en boeke. Dit is altyd 'n voorreg om jou ondersteuning te hê.

*Two vast and trunkless legs of stone
Stand in the desert. Near them on the sand,
Half sunk, a shatter'd visage lies, whose frown
And wrinkled lip and sneer of cold command
Tell that its sculptor well those passions read
Which yet survive, stamp'd on these lifeless things,
I met a traveller from an antique land
The hand that mock'd them and the heart that fed.
And on the pedestal these words appear:
"My name is Ozymandias, king of kings:
Look on my works, ye mighty, and despair!"
Nothing beside remains: round the decay
Of that colossal wreck, boundless and bare,
The lone and level sands stretch far away.*

Ozymandias of Egypt, Percy Bysshe Shelley

RESUMO

O processo de formação nacional dos estados africanos foi, durante a metade final do século XX, profundamente influenciado pela relação entre ideologias provenientes de dois mundos completamente diferentes. Os atores históricos que conduziram as lutas e os esforços de libertação de seus países foram, por um lado, fortemente influenciados pelas teorias de cunho modernista oriundas do continente europeu, e por outro, pelas ancestrais tradições mantidas pelos povos de seu continente. No caso angolano, o país presenciou um sangrento *clash* ideológico proveniente desta dualidade conceitual. Os diferentes projetos nacionais mantidos pelos seus movimentos de libertação desencadearam, por quase trinta anos, um sangrento conflito civil. Esta dissertação pretende, portanto, analisar a manifestação e remodelação dos discursos nacionalistas produzidos por Jonas Malheiro Savimbi – fundador e antigo líder da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) – entre os primeiros anos de sua carreira política (final da década de 1950) e o fim do período da Guerra Fria (finais de 1980). Os posicionamentos políticos e ideológicos manifestados por Savimbi são analisados a partir de seu contexto histórico e de sua relação com estudos teóricos que exploram as diversas facetas do nacionalismo e da identidade nacional. Com base nessa junção de perspectivas de análise, pretende-se explorar a importância do legado da figura política de Jonas Savimbi para a formação nacional de Angola.

Palavras-chave: África. Angola. Nacionalismo. UNITA. Jonas Savimbi.

ABSTRACT

During the late half of the XX century, the African states' nation building process was deeply influenced by the relationship between two sets of very different ideologies. The historical figures that led the struggle for the liberations of their countries were heavily influenced by modernist European theories, as well as many ancient traditions kept alive by the African people. For almost thirty years, Angola faced a bloody civil war between its many different nationalist movements and their political and national agendas. This thesis analyses both the manifestation and constant reshuffle of Jonas Malheiro Savimbi's nationalist speeches between his early political years (late 1950's) and the end of the Cold War (late 1980's). Founder and leader of the União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), Savimbi's political and nationalist stances are analyzed not only by their historical contexts, but also by their correlation with theories that seek to examine the many forms and social manifestations taken by the notion of nationalism and national identity. Considering this twofold analytic perspective, this thesis intends to underline the importance of Jonas Savimbi's legacy to the process of nation building in Angola.

Keywords: Africa. Angola. Nationalism. UNITA. Jonas Savimbi.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de Angola	10
Figura 2 – Jonas Malheiro Savimbi	14
Figura 3 – Acordo de Alvor, 15 de janeiro de 1975	17
Figura 4 – Ronald Regan e Jonas Savimbi	19
Figura 5 – Mapa de distribuição tribal de Angola	26
Figura 6 – Painel propagandístico do MPLA mostrando a aliança entre Neto e Fidel Castro (entre as décadas de 1970 e 1980).....	32
Figura 7 – Holden Roberto	42
Figura 8 – Propaganda do Partido Comunista Chinês aos povos africanos	52
Figura 9 – Bandeira da UNITA	58
Figura 10 – Linhas férreas de Angola	63
Figura 11 – Incerteza sobre o futuro angolano em 1974	83
Figura 12 – Começo da Guerra Civil, Luanda 1975	88
Figura 13 – Agostinho Neto durante o 11 de Novembro de 1975.....	95
Figura 14 – Base da Jamba no início da década de 1980	97
Figura 15 – Ronald Reagan e Jonas Savimbi na Casa Branca em 1981	101
Figura 16 – Soldado da UNITA espanta um “espírito” maligno com um ramo	106
Figura 17 – Savimbi portando indumentária militar moderna e acessórios tradicionais	112
Figura 18 – Mapa indicativo de Cuíto Cuanavale e Jamba	113

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 MATER ANGOLA	30
1.1 COM NETO E OS MODERNOS?.....	30
1.2 <i>JE NE SUIS PAS BAKONGO</i>	40
1.3 POR BEM, OU POR MAO.....	50
2 O MAIS-VELHO E O DOUTOR	58
2.1 FIAT UNITA.....	58
2.2 MINHA MATA, TUA MADEIRA	66
2.3 CRAVOS COM ESPINHOS.....	78
3 A ESCALDANTE ANGOLA DE UMA GUERRA FRIA	89
3.1 NOVOS TEMPOS, NOVAS AMIZADES	89
3.2 O FEITIÇO DO MODERNO	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	120

INTRODUÇÃO

A terra no chão do Bié é avermelhada, de um forte tom ocre que remete, em muito, à coloração da ferrugem. Terra farelenta que, ao toque, escorrega da mão e é carregada por qualquer brisa fraca. Pelas planícies, arbustos e árvores crescem salpicados ao longo de qualquer rio ou riacho que serpenteie por lá. Há meses que chove sem parar, e há meses que não cai um pingão de água do céu. Durante a chuva, as estradas de chão vermelho que cortam a região contrastam com o verde que domina as enormes planícies e morros que se perdem no horizonte. Foi nessa paisagem de constastes, bem no coração geográfico de Angola que, em 3 de agosto de 1934, nasceu Jonas Malheiro Savimbi.

Figura 1 – Mapa de Angola



Fonte: Nations Online (2016).

Sua vida teve início no pequeno povoado de Munhango (província de Bié), localidade pacata às margens dos trilhos do longo Caminho de Ferro de Benguela (ou CFB, linha férrea de escoamento atlântico de inúmeras riquezas naturais provindas de Angola, e também dos atuais Zâmbia e Zimbabwe). Lott Savimbi, seu pai, foi funcionário do próprio caminho de ferro. Certos autores soam um pouco dissonantes quanto à verdadeira posição socioeconômica da família Savimbi durante a infância e adolescência do futuro líder angolano. Uns colocam o pai de Savimbi como um modesto operário do CFB (VINÍCIUS; SALDANHA, 1977, p. 15), outros apontam que o sr. Lott era o encarregado máximo de sua estação ferroviária, e possuidor – até mesmo – de um motorista branco que era encarregado de o transportar de volta para casa durante sua folga anual (BRIDGLAND, 1987, p. 37). Com certeza, comparados ao restante da população negra angolana da época, a família de Savimbi gozava de inúmeras benesses financeiras¹. Mais tarde, esse *status* familiar – e seus contatos pela região – possibilitariam que Jonas Savimbi deixasse Angola para concluir seus estudos na Europa.

Durante sua infância e adolescência, Savimbi frequentou diferentes colégios, todos pertencentes a alguma ordem missionária cristã (protestante ou católica). Por volta da primeira metade da década de 1950, seu pai – Lott – começou a trabalhar em conjunto com alguns missionários protestantes norte-americanos (GUERRA, 2002, p. 16) na região de Chilessó, o que rendeu a Jonas a possibilidade de continuar seus estudos com acompanhamento dos irmãos da Missão do Dôndi (VINÍCIUS; SALDANHA, 1977, p. 17). O final de sua formação escolar se deu em Bié/Kuito (na época, Silva Porto), sob a orientação de irmãos Maristas, e em Huambo (Nova Lisboa colonial), no final da década de 1950. No ano seguinte a sua formação em terras angolanas, por volta de 1958, Savimbi embarcou, graças ao auxílio marista, para Portugal. Foi notável o fato de que, por mais que Savimbi tenha sido batizado católico antes de embarcar para Lisboa, sua verdadeira identificação religiosa penderia muito mais para a fé protestante do que para a católica (GUERRA, 2002, p. 16). O trabalho de seu pai em contato direto com os missionários norte-americanos deve ter sido de grande importância para a formação, não só das primeiras visões de mundo de Savimbi, mas como também, de seu caráter. O exemplo de oratória dado pelos sermões dos irmãos protestantes – e de seu pai –, sem sombra de dúvida, fizeram parte da construção do *ethos* do carismático líder angolano em formação. Os discursos que seriam proferidos, em um futuro não muito distante de sua carreira, herdaram algo muito importante do contato com os sermões dos missionários. A maneira como Savimbi iria cativar

¹ Em 1950, cerca de 97% da população negra de Angola era analfabeta (ENDERS, A. *História da África Lusófona*. Mira-Sintra: Inquérito, 1997). Ou seja, Savimbi e sua família faziam parte de uma mísera porcentagem de angolanos letrados e inseridos dentro dos setores do funcionalismo colonial português.

multidões em seus comícios não parece estar longe do universo de sentimentos que um pastor causa em seu rebanho de fiéis.

Savimbi desembarcou em Lisboa ao final do conturbado ano eleitoral lusitano de 1958. Fundado ainda no início dos anos de 1930, o regime do Estado Novo salazarista já enfrentava, desde os finais da década de 1940, as repercussões internas – e externas – das ressalvas emitidas pelas vozes dissidentes do governo². A crescente insatisfação institucional e pública contra o governo salazarista no ano de 1958 culminou com a candidatura presidencial de oposição encabeçada por Humberto Delgado. Mesmo tendo sido derrotado por Américo Tomás (PÉLISSIER; WHEELER, 2009, p. 216), a figura de Delgado provou ser a imagem de uma oposição que ganhava espaço dentro da sociedade lusitana continental e africana. A chegada de Savimbi em solo lisboeta foi, também, marcada por um período de transição geracional dentro da Casa dos Estudantes do Império (CEI). Dividida entre duas casas, uma em Coimbra e outra em Lisboa, a CEI hospedou, durante a década de 1950, futuras figuras progenitoras dos primeiros movimentos de libertação em Angola. Chamados de a geração dos “mais-velhos” por Edmundo Rocha (2009, p. 85), homens como Agostinho Neto, Mario Pinto de Andrade e Lúcio Lara³ faziam parte, nos anos finais da década de 1950, de movimentos políticos portugueses contrários ao regime salazarista, como o Movimento de Unidade Democrática Juvenil (MUDJ) e o clandestino Partido Comunista Português. A geração dos “mais-novos” (ROCHA, 2009, p. 88) criaria, entre os anos de 1957 e 1959, o Movimento Anticolonialista (MAC) e o Movimento dos Estudantes Angolanos (MEA) como forma de conscientizar os chegados de terras africanas sobre as possibilidades de um futuro melhor para as colônias e seus habitantes.

Foi nesse contexto de *melting pot* de ideias antisalazistas e anticolonialistas que, no final da década de 1950, Savimbi sorveu influências ideológicas e deu seus primeiros passos em sua longa caminhada política. Além disso, em um contexto mundial, a partir do ano de 1957, vastas possessões territoriais pertencentes às enfraquecidas potências imperialistas europeias foram, gradativamente, tornando-se estados independentes. Fragmentando-se em uma grande constelação formada por uma dezena de novos países, uma nova África ia se desenhando. A

² Em relação à Angola, é necessário pontuar a escrita de um documento redigido pelo capitão Henrique Galvão, no ano de 1947. Nomeado de Relatório dos Nativos nas Colônias Portuguesas (trabalhado em DUFFY, 1959), o texto de Galvão narrou as precárias condições de trabalho existente, em Angola, para os nativos do território. A exploração da mão-de-obra barata tida por subcontratação de trabalho assemelhava-se a escravatura, e acabou por gerar uma enorme fuga populacional do território. Galvão alertou de uma possível catástrofe que poderia se abater sobre Angola caso aquelas condições laborais não fossem revertidas. O capitão foi detido e acusado de traição e fugiu para a América Latina em 1959 (PÉLISSIER; WHEELER, 2009, pg. 207). A repercussão internacional do relatório de Galvão e das crueldades sofridas pelos trabalhadores africanos em Angola veio pelas mãos de jornalistas ainda no início da década de 1950 (ver DAVIDSON, 1955).

³ Figuras centrais do início da vida Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA).

grande maioria desses novos estados experimentou uma transição relativamente “pacífica” para a independência. Contudo, estados como Nigéria, Mali e Zaire (conhecido, na época, como Congo-Belga, e atual República Democrática do Congo) vivenciaram um efêmero período de paz, pois, devido a tensões internas, logo mergulharam em sangrentas guerras civis (FAGE, 2010).

Em julho de 1959 (BRIDGLAND, 1987, p. 41), Savimbi teve contatos, em Lisboa, com Agostinho Neto, criador do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). Poucos meses mais tarde, devido às pressões políticas da Polícia Internacional de Defesa do Estado⁴, Savimbi fugiu de Portugal em direção à Suíça. Em alguma data entre o final de 1960 e o início de 1961 – tomando-se em consideração a divergência autoral entre Fred Bridgland (1987) e João Paulo Guerra (2002) – Jonas Savimbi também teve contato com Holden Roberto, líder da União das Populações de Angola (UPA). Dividido, ideologicamente, entre os dois movimentos de libertação atuantes em Angola, Savimbi levou alguns meses para decidir entre qual das duas organizações juraria lealdade. Em abril de 1961, decidiu por legitimar seus esforços políticos tornando-se membro da UPA (FERNANDO, 2012, p. 59).

A participação de Savimbi no movimento de Roberto durou pouco. Em 1964, três anos após ter se juntado oficialmente à UPA, Savimbi decidiu que seu tempo junto à organização havia chegado ao fim (GUERRA, 2002, p. 36). As diretrizes ideológicas promovidas pelo MPLA e pela UPA não representavam, verdadeiramente, a visão de Savimbi perante aquilo que seria a projeção de uma luta para dar autonomia a uma verdadeira nação angolana. Seria necessário a composição de um movimento próprio, que comportasse os anseios ideológicos efetivos do angolano. Em 1965, começou a buscar contatos internacionais que o ajudassem a arcar com os custos logísticos e estratégicos da criação de um movimento de libertação próprio. Savimbi aproximou-se, então, do gabinete presidencial do governo zambiano de Kenneth Kaunda⁵ e do egípcio de Gamal Nasser⁶ (FERNANDO, 2012, p. 42). O diálogo com essas duas lideranças africanas propiciou uma subsequente aliança ao angolano. Ele e mais alguns de seus seguidores mais próximos que também haviam abandonado a UPA viajaram, em 1965, à China de Mao Zedong (GUERRA, 2002, p. 42). Em solo chinês, Savimbi e seus homens receberam

⁴ Órgão policial criado durante o regime do Estado Novo e que possuía funções administrativas e de repressão criminal.

⁵ Kaunda foi o primeiro presidente de uma Zâmbia independente. Foi líder dentro do movimento independentista Congresso Nacional Africano da Zâmbia, e participou, ativamente, do esforço de libertação de seu país. Em 1964, a Rodésia do Norte tornou-se independente do Reino Unido, sob o nome Zâmbia (FAGE, 2012, p. 505).

⁶ Em 1952, um golpe de estado orquestrado por jovens oficiais do exército egípcio deu fim ao último governo monárquico do país. Liderados pelo coronel Gamal Nasser, os oficiais inauguraram a primeira República Egípcia. Nasser tornou-se o primeiro presidente do país em seguida (FAGE, 2010, p. 485).

treinamento militar e ideológico de acordo com as diretrizes do pensamento maoista. Savimbi adotou, a partir da ida ao Extremo Oriente, uma forte simpatia às ideias políticas cunhadas por Mao. Em 1966, já regressado ao seu continente, Savimbi fez questão de implementar táticas ideológicas e de guerrilha maoista (MOORE apud CARDOSO, 2010) para garantir a criação e sobrevivência de seu novo partido: a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA).

Figura 2 – Jonas Malheiro Savimbi



Fonte: Voa News (s.d.).

Fundado o seu partido, Savimbi iria trabalhar para garantir que seus objetivos políticos fossem alcançados. Alicerçado, fortemente, nas teorias de Marx, Lênin, Stalin e Mao (N'ZAU PUNA apud FERREIRA, 1994), o angolano iria colocar em prática, nas matas do leste angolano, as táticas de guerrilha que havia aprendido com os adeptos do maoísmo na China. A luta estaria voltada para o campesinato negro interiorano da metade centro-sul do país. Além de manter sua propaganda maoista em prol das populações rurais, a UNITA desenvolveu diversas operações em pequena escala para tentar sabotar o funcionamento da economia colonial portuguesa entre 1966 e 1967. O entusiasmo político de Savimbi acabou por custar muito caro. Afoito em prejudicar seus algozes lusitanos, Savimbi ordenou a seus homens que sabotassem, em março de 1967, o importante Caminho de Ferro de Benguela (CFB) (GUERRA, 2002, p. 53). O ato acabou, contudo, por enfurecer as autoridades aliadas do governo zambiano,

país que era altamente dependente do escoamento férreo em direção ao atlântico provido pelo CFB.

Ao pisar no país vizinho, Savimbi foi preso e deportado. Sem muitas opções, o líder da UNITA retornou ao Egito para buscar auxílio político do presidente Gamal Nasser. Em meados de julho de 1968, o líder da UNITA conseguiu, finalmente, retornar a sua tão estimada terra angolana (FERNANDO, 2012, p. 97). Abalado com os acontecimentos que haviam se abatido sobre seu movimento, Savimbi viu-se obrigado a repensar suas estratégias perante a luta de libertação de seu país. Isolada nas matas do Moxico, a UNITA não podia contar com nenhum grande aliado externo. As possibilidades eram poucas, mas Savimbi decidiu por não perder tempo. Ironicamente, aquilo que iria salvar Savimbi era uma lógica política simples, mas muito maquiavélica. O crescimento da influência da UPA-FNLA e do MPLA era nocivo às pretensões políticas do governo colonial português, assim como para um maior desenvolvimento das ambições políticas da UNITA em Angola. Seguindo o provérbio “o inimigo de meu inimigo é meu amigo”, Savimbi decidiu por recorrer àqueles que seriam seus mais novos “amigos”: os portugueses.

Dessa maneira, Savimbi deu início, na transição da década de 1960 para 1970, a tentativas de gradual aproximação política às autoridades coloniais portuguesas. Por meio de contatos estabelecidos, primeiramente, com comerciantes portugueses da região do Moxico, a UNITA se fez escutar pelo alto escalão da Zona Militar do Leste (ZML)⁷. Para alcançar a almejada aliança com os portugueses, a UNITA precisaria alterar algumas cruciais instâncias de seu discurso político em relação ao futuro daquilo que seria uma nação angolana. Em uma carta compilada pelo jornalista William Minter (1988, p. 36-37) datada do dia 14 de novembro de 1971, a UNITA apresentou, a partir das palavras de um membro sob o pseudônimo de Edmundo Rocha, os claros traços de sua modulação discursiva. O emissário da organização de Savimbi afirma, categoricamente, que seu movimento nunca havia declarado que Angola era uma país pertencente apenas aos negros. Os antigos algozes colonialistas eram, agora, considerados angolanos sobre uma premissa de que ser angolano resumia-se à questão de escolher sê-lo.

O desenrolar das conversas entre a UNITA e os madeireiros portugueses resultou, em finais de 1971, na tão esperada aproximação entre o movimento de libertação e as autoridades militares coloniais. Em dezembro de 1971, iniciou-se, formalmente, a “Operação Madeira” (MINTER, 1988, p. 49). Essa operação militar foi uma força-tarefa conjunta entre as tropas

⁷ Zoneamento setorial militar criado, em 1971, para melhor combater o avanço dos movimentos de libertação na região do extremo leste de Angola.

coloniais portuguesas e os soldados da UNITA com o objetivo de, sobretudo, neutralizar a presença do MPLA na região leste de Angola. O contato entre o movimento de Savimbi e os militares portugueses se desenvolveu sem maiores complicações até a metade final do ano de 1973. Quando tudo ia bem, em setembro de 1973, uma mudança de pessoal no comando da ZML ocasionou o rompimento da paz entre as tropas portuguesas e a UNITA. Nomeada de “Operação Castor”, essa manobra militar visou eliminar, desta vez, a presença de bases e postos da organização de Savimbi espalhados pelas matas do Moxico (FERNANDO, 2012, p. 132).

A aprovação ou rejeição de Savimbi não era, de forma alguma, unanimidade dentro dos quadros de alguns setores do alto escalão militar colonial. O breve período em que os soldados dos dois movimentos haviam colaborado gerou, em alguns indivíduos, o sentimento de que Savimbi ainda era uma boa ferramenta para a luta contra os objetivos dos outros dois movimentos presentes em Angola (GUERRA, 2002, p. 76). O reatar de laços entre a UNITA e as autoridades portuguesas aconteceria, contudo, tarde demais para que algum objetivo maior viesse a se concretizar.

Em 25 de abril de 1974, após uma longa vida de mais de 40 anos, o regime do Estado Novo salazarista foi, rapidamente, deposto por um golpe militar. Nomeada de Revolução dos Cravos, o episódio que deu fim ao legado salazarista foi orquestrado, primordialmente, por um grupo de jovens militares de esquerda. Estes homens deram origem, ainda no início da década de 1970, ao Movimento das Forças Armadas (MFA). Motivados pela sua insatisfação profissional e pelo constante engajamento nas guerras em África, os homens do MFA organizaram-se para pôr um fim definitivo ao moribundo “Império Lusitano”. O movimento militar almejou, de imediato, o fim do jugo colonial português sobre seus territórios africanos. Os rescaldos das mudanças em Portugal afetariam, diretamente, o futuro de Angola e de Jonas Savimbi.

Contrariando sua antiga posição de paz com as tropas portuguesas, a UNITA desferiu, no dia seguinte ao 25 de abril, um incisivo ataque contra uma coluna militar lusitana no interior de Angola (GUERRA, 2002, p. 81). Novamente, Jonas Savimbi transfigurou sua postura política em busca do sucesso e da sobrevivência de seu movimento. À medida em que o governo português dava sinais de que seus conflitos internos poderiam macular as combinações tidas, anteriormente, com Savimbi, o angolano se preocupou, então, em legitimar, internacionalmente, seu movimento como mais uma das forças contrárias ao colonialismo europeu. O isolamento internacional da UNITA era algo a ser remediado com urgência, e Savimbi não perdeu tempo. Os contatos com os, agora, preciosos empresários brancos de Angola intensificaram-se ainda em finais de 1974 (SILVA, 2013, p. 89).

Figura 3 – Acordo de Alvor, 15 de janeiro de 1975



Fonte: Sol (s.d.).

Em 15 de janeiro de 1975, a UNITA e os outros dois movimentos angolanos (MPLA e UPA-FNLA) foram convocados para, em Portugal, assinar um acordo formal de independência para Angola. O Acordo de Alvor previa, além dos trâmites políticos e burocráticos da transição governamental para o novo estado, a união das três organizações para o bem comum do país a partir de 11 de novembro de 1975. Todavia, o escalar das tensões entre os três movimentos – cada um em busca de seu objetivo – e o contexto internacional de “Vietnamização”⁸ (ENDERS, 1997, p. 101) dos conflitos, desde o final da década de 1960, acabaram por insuflar o começo de uma guerra aberta entre UNITA, MPLA e UPA-FNLA, na metade final de 1975.

Carente de apoio internacional, Savimbi modulou, novamente, seu âmbito discursivo para atrair o apoio de novos aliados. Em março de 1975, o líder da UNITA realizou um encontro secreto com um membro do serviço secreto sul-africano em busca de apoio (SILVA, 2013, p. 104). A CIA americana começou, também, a interessar-se pelas posturas contrárias da UNITA em relação ao movimento apoiado pelos soviéticos em Angola (o MPLA). Os americanos

⁸ Influência internacional dos interesses das grandes potências da Guerra Fria no conflito angolano. As políticas de expansão de esfera de domínio político dos Estados Unidos recaíram, primeiramente, sobre a FNLA, enquanto a Moscou soviética e Havana indicaram sua predileção pelo apoio bélico e logístico para o MPLA.

decidiram apoiar, a partir da metade do ano de 1975, a organização de Jonas Savimbi (SÁ, 2011, p. 207), o que propiciou o escalar do conflito civil no território angolano. O líder da UNITA passou, a partir do início de 1976, a combater aquilo que foi referido, por ele mesmo, como o avanço do “imperialismo soviético” (SAVIMBI, 1979, p. 9) em Angola. Savimbi, líder de uma organização de moldes marxistas e maoistas conseguiu reunir, relevando as suas necessidades perante a sobrevivência de seu movimento, o apoio de Washington e da Pretória do regime do apartheid.

O desenrolar do conflito civil angolano levou Savimbi a mais uma inesperada aliança, dessa vez, com antigos conhecidos da UPA-FNLA. Em 11 de novembro de 1975, duas proclamações de independência ocorreram de maneira simultânea em Angola, uma em Luanda e outra em Huambo. Tentou-se criar, numa parceria entre Jonas Savimbi e Holden Roberto, a República Democrática de Angola. Projeto falhado, pois os anseios políticos de Savimbi não condiziam com aqueles expressos pela UPA-FNLA (SAVIMBI, 1979, p. 63). A UNITA se deslocou, então, para o sudeste angolano, em direção à fronteira com o território da atual Namíbia, na época, parte do território sul-africano. Em Jamba, Savimbi conduziria, apoiado pelos Estados Unidos e pela África do Sul, um sangrento conflito armado contra as vontades de seu rival MPLA e seus apoiadores cubanos e soviéticos.

Internacionalmente, os Estados Unidos colocaram-se, durante os anos de transição do mandato da gestão Carter e o início da Reagan, em uma postura mais incisiva perante a questão do conflito civil angolano. Em 1981, ao tomar posse como presidente de seu país, Ronald Reagan deu início a um novo projeto estratégico para a África Austral, inserido nas conjunturas políticas da Guerra Fria (WRIGHT, 1997, p. 201-202). A presença cubana e a expansão da influência soviética em Angola fariam o governo norte-americano buscar laços mais próximos não somente com o governo sul-africano do apartheid, mas, também, com a UNITA de Savimbi. Em 1986, Savimbi viajou à Casa Branca e conversou, cara a cara, com o presidente Reagan, homem que, publicamente, via Savimbi como o grande empecilho para os soviéticos em Angola (FERNANDO, 2012, p. 236).

Figura 4 – Ronald Regan e Jonas Savimbi



Fonte: Getty Images (s.d.).

Infelizmente, para Savimbi, o final da década de 1980 foi marcado pelo término ou, pelo menos, pelo desacelerar de muitos dos embates políticos e bélicos gerados durante os anos anteriores da Guerra Fria. Em novembro de 1989, a queda do Muro de Berlim simbolizou, sobretudo, a chegada do desfecho de mais de meio século de conflito ideológico entre as duas maiores potências militares da época. O governo do apartheid sul-africano, aliado de Savimbi, demonstrava, também, claros sinais, ao final dos anos de 1980, de um sério desgaste social e institucional. Após a intensa batalha de Cuito Cuanavale, vencida pelas tropas cubanas e do MPLA contra os sul-africanos e a UNITA em março de 1988, as potências envolvidas no conflito civil angolano viram-se em uma situação propícia para dar início aos diálogos de paz. A ação militar de observação das tropas das Nações Unidas, em sua primeira missão em Angola, culminou com o Acordo de Bicesse, firmado entre UNITA, MPLA, Estados Unidos e União Soviética para selar a retirada de tropas estrangeiras do país e, finalmente, a paz no já exausto território angolano (WHEELER; PÉLISSIER, 2009, p. 365-366).

Todavia, o período pacífico vivido por Angola foi efêmero. Os conflitos entre UNITA e MPLA reacenderam-se após uma conturbada tentativa de se realizar eleições gerais no país em 1992. Em 1993, a gestão Clinton da Casa Branca reconheceu, diplomaticamente, o governo angolano do MPLA, o que acabou por isolar, ainda mais, as pretensões de Savimbi de se ver

como o verdadeiro líder de seu país. A guerra arrastou-se até 2002, quando, em fevereiro daquele ano, Savimbi foi assassinado após uma emboscada realizada por tropas do governo de Luanda (WHEELER; PÉLISSIER, 2009, p. 388). A morte do líder da UNITA assinalou a conclusão do longo e cruel conflito civil angolano. É necessário, pois, antes de tudo, assinalar o fato de que este trabalho irá ater-se, temporalmente, até o final da década de 1980 e o término do período histórico da Guerra Fria. Não caberá, aqui, realizar uma análise dos fatos ocorridos em Angola e na UNITA de Jonas Savimbi após os acordos de paz e as eleições de 1992.

Levando-se em conta a utilização de um recorte temporal situado entre as décadas de 1950 e 1980, faz-se notável uma série de reconfigurações discursivas realizadas por Jonas Savimbi, referentes, sobretudo, à construção e realização política de um projeto nacional angolano. O líder da UNITA deu início a sua caminhada política com fortes interesses perante as ideologias socialistas mantidas pelo partido de Agostinho Neto. Em seguida, guinou para o lado de uma organização de pronunciadas tendências políticas de predileção a uma determinada tribo de Angola. Declarou-se marxista, maoista, e simpatizante de Lênin e Stalin. Afirmou, também, ser “comunista”, mas contra o “comunismo” do MPLA e da União Soviética. Propagandeou-se, internacionalmente, contrário às ambições de Moscou e Havana em Angola, mas, caso alguém dissesse aos americanos e sul-africanos que Savimbi era comunista, o líder da UNITA iria, acima de tudo, “gritar que é tudo mentira” (N’ZAU PUNA apud FERREIRA, 1994).

As mudanças de posicionamento político e de manutenção interna dos quadros de seu partido revelam, pela personalidade política mantida por Savimbi, a enorme complexidade que permeia o contexto de *nation-building* em Angola. Essa complexidade analítica angolana pode ser inserida, ainda, dentro de uma conjuntura maior de pensamentos sobre “nação” dentro do continente africano. Portanto, a partir de um estudo de caso compartimentado sobre os contextos históricos que marcaram as modulações políticas de Savimbi, esta dissertação tentará realizar um debate triangular entre as teorias acadêmicas intelectuais que pretendem esclarecer os conceitos daquilo que é nação e nacionalismo; as próprias características pontuais de formação nacional na África pós-colonial, e a visão particular de projeto nacional angolano presente nos maleáveis discursos nacionalistas da UNITA de Jonas Savimbi.

Definições científicas mais detalhadas sobre os conceitos daquilo que é “a nação” vêm sendo trabalhadas, há muito tempo, por historiadores, sociólogos e outros cientistas sociais. Os acadêmicos interessados no tema já apresentaram, desde o século XIX, inúmeras hipóteses e teorias sobre o surgimento conceitual da nação e das várias formas de manifestação do sentimento de nacionalismo. Para muitos, o nacionalismo é tido, acima de tudo, como um

“movimento histórico”. Seu surgimento teria ocorrido, pontualmente, em um determinado período da história europeia, e sua manifestação se processaria em circunstâncias históricas particulares (SMITH, 2000, p. 185); mas o nacionalismo não é uma exclusividade europeia, muito pelo contrário: sua expressão é de natureza global, e não se resume a localidades ou sistemas políticos únicos.

O surgimento de novos estados e nações após o término dos conflitos da Segunda Guerra Mundial suscitou, entre os estudiosos do nacionalismo, novas indagações sobre esse fenômeno de âmbito mundial. O mundo pós-colonial e as independências pela Ásia e África trouxeram consigo desafios teóricos inéditos aos estudiosos do nacionalismo. A formação e o desenrolar de novas manifestações nacionais incitou os teóricos do tema a percorrer diferentes caminhos conceituais em busca de hipóteses e esclarecimentos para suas perguntas. No caso africano, é notável o aparecimento de inúmeros problemas de âmbito interpretativo em relação ao estudo dos nacionalismos e nações no continente.

Além da existência de poucos textos que se dedicam a explorar, especificamente, as particularidades dos casos africanos, são muitas as tentativas teóricas de esclarecer as problemáticas do continente com base na aplicação de modelos teóricos generalistas e superficiais. Tomemos por exemplo a altamente difundida tradição acadêmica de análise modernista da ideia de nacionalismo. Segundo Eric Hobsbawn (1997), algumas das tradições compartilhadas pelos seres humanos possuem uma falsa imagem de antiguidade e longevidade. Muitas delas, como a própria ideia de nação, nacionalismo e estado nacional, seriam feitos de criação puramente deliberada, ou melhor dizendo, frutos de uma “engenharia social” (HOBSBAWN; RANGER, 1997, p. 22). Corroborando com as ideias de Hobsbawn, outro modernista, Benedict Anderson (2008, p. 32), cunhou a tese de que a nação é uma “comunidade política imaginada... intrinsicamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana”, ou seja, novamente, originada de um intuito proposital de criação.

As teorias modernistas agregam às análises teóricas do campo dos estudos sobre nacionalismo uma série de ideias que permeiam convicções lógicas de que a nação é, sobretudo, um produto de criação política e de âmbito artificial. Como bem apontou John Hutchinson (2000, p. 652) em sua crítica a autores como Eric Hobsbawn, Benedict Anderson e Ernest Gellner (notórios modernistas), o modelo teórico de “nação moderna” surgiu como um produto não intencional das particularidades políticas e econômicas da Europa Ocidental pós século XVIII. Esse modelo prioriza a concepção de um mundo moderno composto por nações que se relacionam mais, socialmente, com estruturas governamentais e de estatização, do que com particularidades étnicas existentes desde de tempos imemoriais e, sobretudo, segue uma ótica

de construção nacional histórica europeia. Não é justo, cientificamente, que se utilize um modelo teórico baseado em uma historicidade eurocêntrica para tentar se encontrar respostas para os dilemas históricos próprios, por exemplo, do continente africano.

Críticas ao modelo de nação moderna vieram com propostas teóricas como as do britânico Anthony Smith (1997). Segundo os estudos conduzidos pelo historiador e sociólogo inglês, o conceito quase metafísico daquilo que poderia ser considerado como “nação” é algo extremamente complexo e permeado por incontáveis particularidades. Mesmo sem oferecer um parecer definitivo sobre um conceito daquilo que é “nação”, Smith (1997, p. 28) procurou apresentar alguns pressupostos fundamentais para uma possível formulação teórica do tema. O autor propôs que, primeiramente, as nações seriam formadas por unidades populacionais ligadas entre si a partir da coabitação comum de um mesmo território geográfico. Como consequência da convivência em um mesmo espaço físico, os indivíduos dessas unidades populacionais partilhariam de memórias e mitos correlatos que fariam parte daquilo que poderia, em tese, ser chamado de cultura. A organização política dessas unidades populacionais atribuiria, com base em um sistema legal de origem e base cultural coletiva, direitos e deveres a todos os seus membros (obrigações para com seus pares). Esse tipo de análise preza pela diferenciação entre estado e nação, e pela importância dada os laços de identificação cultural presentes entre os membros de um grupo (SMITH, 1997, p. 29). O viés de análise etnosimbólico ultrapassa as limitações conceituais e temporais da modernidade, e adentra em espectros de identidade nacional “pré-modernos”. Haveriam, portanto, grupos compositores de nação antes mesmo do período conceitual inaugural (e europeu) da modernidade. Para o autor:

Esta definição de solução provisória revela a natureza complexa e abstrata da identidade nacional [...] Uma identidade nacional é fundamentalmente multidimensional; nunca pode ser reduzida a um único elemento, nem mesmo por facções particulares do nacionalismo, e nem mesmo ainda pode ser fácil e prontamente induzida numa população através de meios artificiais [...] A nação, por outro lado, exprime um laço cultural e político que une numa só comunidade política todos aqueles que partilham uma mesma terra de origem e cultura histórica. (SMITH, 1997, p. 28-29).

A insatisfação com o uso acadêmico de modelos modernos e eurocêntricos para caracterizar as diversas particularidades da formação nacional e do nacionalismo no mundo pós-colonial foi ressaltada, também, por diversos autores que pertenceram às realidades transicionais do fim do colonialismo na Ásia e na África. Com uma ótica voltada aos detalhes sistêmicos da formação nacional indiana após o fim do Raj Britânico, Partha Chatterjee (2008) expôs, de maneira muito clara, sua inconformidade intelectual com uso conceitual moderno de

“comunidades imaginadas” elaborado por Benedict Anderson (2008). O indiano elenca a pergunta “comunidade imaginada por quem?” (2008, p. 89) para criticar o ideal de uma suposta universalidade homogeneizante do nacionalismo cívico proposta por Anderson, e para justificar a existência de uma enorme amplitude heterógena do campo de formas identitárias existentes na sistemática de análise nacionalista do mundo pós-colonial. Chatterjee afirma, ao contrário da proposta modernista, que o sentimento de nacionalismo oriundo da mentalidade anticolonial forjou seu espaço de soberania em um período anterior ao início de seu embate político formal com as instituições políticas coloniais europeias. Ou seja, de forma predecessora ao argumento de organização – e formação – nacional condicionada pela existência de uma institucionalização estatal homogeneizante moderna e de cunho artificial (CHATTERJEE, 2008, p. 93).

O indiano bengali propôs que o nacionalismo anticolonial teria se legitimado a partir de uma ótica de divisão dualista do mundo, uma bipolaridade entre práticas institucionais (materiais) e práticas sociais (espirituais). O campo de expressão do material seria representado por aquilo originado no “exterior”, isto é, no Ocidente. Como coloca Chatterjee (2008, p. 93), as práticas institucionais encarnadas na ciência, tecnologia, economia e na figura do estado teriam legitimado a superioridade do Ocidente sobre o Oriente nesse âmbito. O reconhecimento dessa superioridade levaria os “orientais” a estudar e imitar, de forma minuciosa, os pormenores dessas práticas. Por outro lado, o espiritual seria representado por um campo de interioridade e da identificação cultural construída ao longo de muitos anos. O autor ressalta que

[c]uanto más se triunfe en imitar los logros occidentales en el campo material, mayor será la necesidad de preservar las características de la cultura espiritual propia. Esta fórmula es, según pienso, un rasgo fundamental de los nacionalismos anticoloniales en Asia y África. De ello derivan diversas implicaciones. En primer lugar, el nacionalismo declara el campo de lo espiritual como su territorio soberano y se niega a permitir que el poder colonial intervenga en él. (CHATTERJEE, 2008, p. 94).

O continente africano viveu, de forma semelhante ao caso indiano apontado por Partha Chatterjee, entre dialéticas que vieram a condicionar muitos dos valores políticos carregados por suas lideranças nacionalistas. Contudo, como apontam os escritos de Joseph Ki-Zerbo, Ali Mazrui e Christophe Wondji – na enorme obra de história africana produzida pela UNESCO (2010) –, a dialética vivida pelo continente africano foi dúplice, pois colocou em oposição princípios de coletivismo e individualismo, e pluralismo e nacionalismo. Em um cenário político de transição entre o mundo colonial e o surgimento dos novos estados africanos, os habitantes do continente testemunharam, em primeira mão, o embate político e ideológico entre

as ancestrais tradições culturais de coletividade e os preceitos modernos de individualismo liberal, assim como o antagonismo entre as manifestações de pluralismo étnico e certos valores de nacionalismos centralizadores (KI-ZERBO; MAZRUI; WONDJI, 2010, p. 565).

No início da década de 1960, os escritos do intelectual queniano Tom Mboya⁹ refletiram, de forma muito nítida, alguns dos importantes aspectos conceituais que permearam o espectro político das dialéticas ideológicas apresentadas, anteriormente, pelos autores referidos. Como um bom exemplo de uma manifestação de análise intelectual à relação direta entre preceitos ideológicos europeus e africanos, Mboya apresentou, em 1963, uma teoria de que o coletivismo tradicional africano e suas formas de relação social seriam, sob sua ótica, uma forma africana própria de socialismo (MBOYA, 1986, p. 163). Em seu entendimento, havia uma necessidade de se encarar, naquela época, as realidades de estruturação política do continente a partir de colocações que fossem inerentes ao entendimento africano, e que não estavam presentes em jargões europeus. Ideólogos capitalistas e comunistas tentariam exercer suas pressões ideárias sobre o continente, mas os africanos deveriam manter-se firmes na rejeição às tóxicas ideologias externas. A África deveria conceber, a partir de suas próprias mãos, uma formulação própria de socialismo baseada na sua ancestral tradição de coletividade (MBOYA, 1986, p. 168).

É notável, apenas pela nomeação de seu escrito, “*African Socialism*” (1986, p. 163), como Mboya incorporou a realidade intelectual dicotômica de seu continente entre o moderno e o “pré-moderno” (ou étnico). Ao mesmo tempo em que condenava o tribalismo plural como percalço às ambições de formação e estruturação nacional-estatal de seu país, o queniano fazia questão de expor seu receio em relação a ideias que preconizassem um fim total das tradições tribais do continente. Segundo Mboya (1986, p. 69), a destruição das culturas tribais e o desmantelamento de línguas e costumes ancestrais poderiam ocasionar um vácuo de desorientação sentimental e de não identificação do africano comum ao ser inserido em um mundo regado por preceitos modernos e exógenos (como o liberalismo e, especialmente no caso angolano, o marxismo).

Angola também foi inserida, a partir dos esforços de suas lideranças nacionalistas, dentro do espectro ideológico dicotômico entre as ideias políticas de âmbito moderno e tradicional. O resultado da inserção das elites nacionalistas angolanas dentro dessa dicotomia

⁹ Sindicalista, intelectual e membro político do movimento de independência queniano Kenya National African Union (KANU), Mboya participou, ativamente, da luta política para a libertação de seu país do jugo colonial britânico. Foi ministro do gabinete presidencial queniano e serviu ao primeiro presidente de seu país, Jomo Kenyatta.

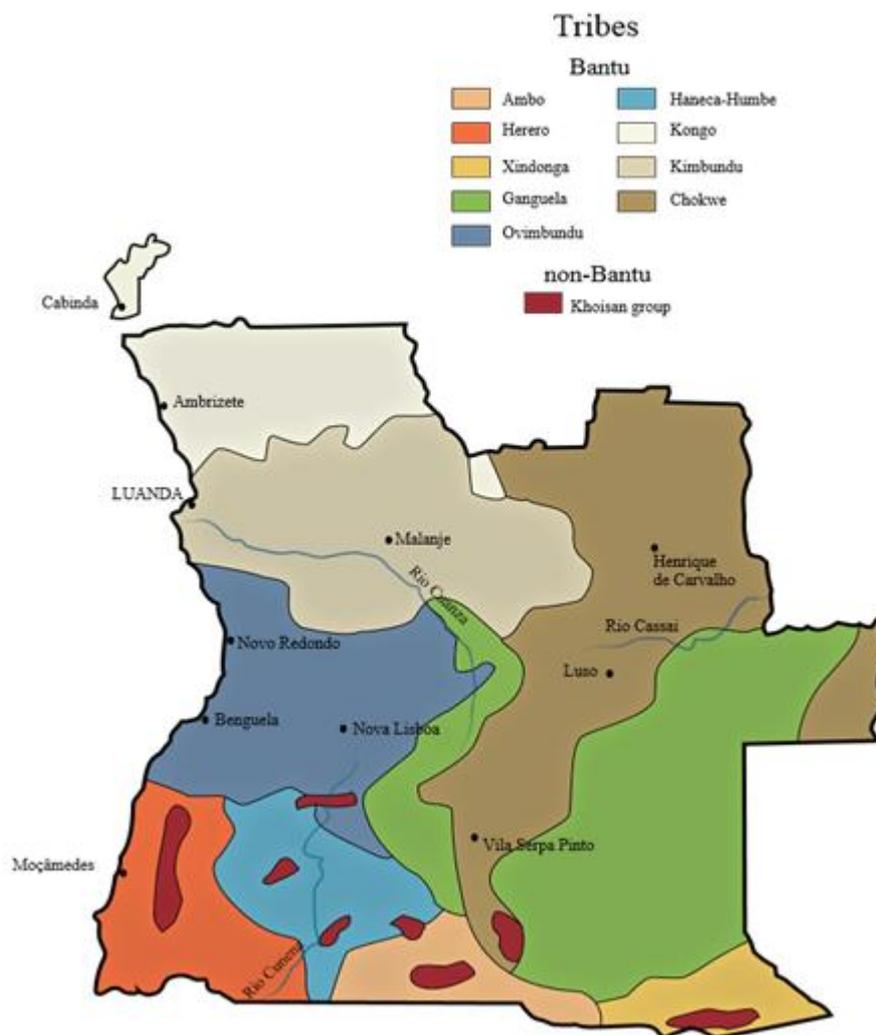
ideológica foi a clara formação de grupos de visões e predileções políticas contrastantes em relação ao futuro de uma Angola independente do mando lisboeta. Os diferentes movimentos nacionalistas que se formaram nas duas décadas anteriores ao fim do período colonial angolano foram, como ressaltou Michel Cahen (2012), altamente influenciados pela maneira como Portugal estruturou, historicamente, a sua expansão de seu domínio colonial pelo território angolano. Por mais que os portugueses tenham explorado as costas angolanas desde o século XV, apenas a partir do final do século XIX que Angola teve sua atual configuração territorial delimitada e ocupada pelos lusitanos (WHEELER; PÉLISSIER, 2009, p. 99). Pelas pequenas áreas populacionais costeiras onde a colonização foi mais antiga, como, por exemplo, na cidade de Luanda, uma diminuta elite colonial mestiça foi se formando ao longo dos anos. Sua identificação cultural mais próxima a valores portugueses (europeus) daria origem, segundo o francês Michel Cahen (2012, p. 12), ao nascer do movimento anticolonial angolano. Durante boa parte do século XX, essa incipiente elite africana ocupou cargos burocráticos de baixo escalão no sistema colonial público. Naquele contexto urbano, foram construindo uma pequena esfera de influência política que se delimitou, em um primeiro momento, apenas às cidades. Os laços da elite urbana africana com seus pares das zonas rurais foram quase inexistentes (CAHEN, 2012, p. 14), circunstância que remete a condição história de colonização tardia do interior angolano.

In any case, we never or rarely see an African bourgeoisie, or African trading petty bourgeoisie appearing, but a social milieu of tertiary-sector employees entirely produced by the modern colonial state. I do think that this constitutes a sufficient explanation for the kind of Marxism the MPLA... advocated as a possible structuring discourse that could be understood within the elite expressing its desire for subaltern westernization. (CAHEN, 2012, p. 14).

A maneira como aquela elite africana iria contrapor seus algozes coloniais dependeria, seguindo as diretrizes do marxismo, de um conflito direto com os colonizadores que, sobretudo, serviria como uma ferramenta de legitimação própria (CAHEN, 2012, p. 15). Um conflito bélico poderia auxiliar a sedimentação de um determinado sentimento de identidade das elites perante o restante da população (SMITH, 1997, p. 44); entretanto, como dito acima, os laços entre a elite urbana angolana e os moradores do interior rural eram mínimos. O discurso de uma elite intelectual urbana serviria, exclusivamente, para sanar os anseios de seus simpatizantes oriundos, em conjunto, de um *background* cultural e ideológico semelhante. Os povos que residiam além das ruas asfaltadas de Luanda ou Huambo (na época, Nova Lisboa) viviam em realidades absolutamente diferentes daquelas vividas pela elite formadora de alguns dos

primeiros movimentos nacionalistas de Angola. Além disso, as problemáticas da formação nacional angolana extrapolaram meras questões de classificação social de origem marxista. A complexidade do caso angolano é maior do que rasas diferenciações conjunturais históricas entre servidores públicos urbanos e camponeses iletrados do interior. O debate sobre o intrincado contexto da formação nacional angolana foi (e continua sendo) permeado por questões que remetem a sentimentos de identificação racial e – principalmente – étnica.

Figura 5 – Mapa de distribuição tribal de Angola



Fonte: Wikimedia (s.d.).

Angola é, como outros tantos países do continente africano, habitada por diversas etnias que se espalham por toda sua grandeza territorial. As divisões geográficas autocráticas traçadas pelas antigas potências coloniais do final do século XIX garantiram a atual configuração territorial e demográfica do país. Durante o início da segunda metade do século

XX, momento de surgimento dos movimentos nacionalistas angolanos, o país era (e ainda é) habitado por diferentes grupos étnicos que possuíam crenças, costumes e línguas próprias. Essas populações foram nominalmente designadas por antropólogos e outros cientistas sociais como tribos ou povos. Sua distribuição em categorias¹⁰ colocavam-nas dentro de um punhado de macrogrupos culturais. As diferenças étnicas presentes em Angola foram de enorme relevância para a formação e atividade de seus movimentos nacionalistas. Em um mundo dividido pelas ideologias da Guerra Fria, o processo de descolonização de Angola colocou em choque direto preceitos tradicionais contra ideias de viés moderno. Os discursos nacionalistas de antigos costumes tradicionalistas dos camponeses do interior chocaram-se, de frente, com os anseios modernistas dos cosmopolitas da Luanda costeira.

Prosseguindo de uma maneira diferente, tanto do exacerbado tribalismo bakongo, perpetrado pelos membros da UPA-FNLA, como do modernismo socialista e antitribalista dos seguidores do MPLA, a UNITA aparenta ter se desenvolvido, politicamente, como uma terceira via ideológica em relação aos dois outros movimentos rivais. A organização fundada por Savimbi produziu, entre suas reconfigurações políticas, um discurso de legitimação nacionalista baseado na conjugação de preceitos ideológicos oriundos de espectros de âmbito moderno e tradicional. Desta forma, este trabalho pretende apresentar uma análise das remodelações políticas dos discursos da UNITA e sua relevância, dentro do contexto histórico da Guerra Fria e da descolonização do continente, para a formação de um ideal de nação angolana, sistematizada pelos anseios e ambições políticas de Jonas Savimbi.

Muitos dos trabalhos produzidos sobre a trajetória de vida do angolano não tiveram o compromisso analítico de transcender a materialidade de sua figura política. Escritos como as obras de Fred Bridgland (1987), Marco Vinícius e Maria João Saldanha (1977), João Guerra (2002) e Emídio Fernando (2012) não deixam de carregar uma enorme importância para o processo de projeção histórica da caminhada política do antigo líder fundador da UNITA; entretanto, seu conteúdo acaba por se restringir, muitas vezes, apenas a grandes reflexões biográficas sobre Savimbi. Por ter sido o lado que saiu como perdedor da grande guerra civil angolana, Savimbi foi, repetidamente, mal interpretado e posto como um grande tirano que arrastou um sangrento conflito civil até 2002. Não cabe aqui atribuir valores morais à pessoa de Savimbi, ou mesmo a qualquer outro líder dos movimentos nacionalistas de Angola. É

¹⁰ Categorias essas que foram constituídas pelos estudos fomentados por diversos autores durante os anos. Não cabe a esse trabalho a análise detalhada da constituição demográfica do estado angolano; no entanto, é necessário contextualizar determinados fatos relativos à história mais recente de alguns destes muitos povos de Angola. Para mais sobre as populações angolanas ver: OLIVEIRA PINTO (2015).

importante que se analise a figura de Savimbi não somente como um ente político inserido no contexto de luta por hegemonia estatal na Angola dos tempos da Guerra Fria. É necessária, fundamentalmente, a condução de uma análise que conceba Jonas Savimbi como uma figura pertencente a um debate maior sobre as conjunturas ideológicas de formação nacional africana e angolana. Este trabalho quer, justamente, repensar as ideias do contexto de nação em África, especificamente, no caso angolano, e a partir do posicionamento ideológico dos discursos nacionalistas da UNITA.

Reiterando o fato de que a UNITA compôs o lado perdedor da guerra civil, é preciso sublinhar o fato de que muitas documentações referentes à vida de Jonas Savimbi são, ao mesmo tempo, escassas e de difícil acesso para um investigador que esteja longe dos grandes centros acadêmicos europeus e norte-americanos. Por motivos claramente políticos, são pouquíssimas as publicações angolanas que pretendem traçar análises mais profundas sobre a relevância de Savimbi para a história contemporânea do país. Infelizmente, uma grande porção das publicações que versam sobre o líder angolano – independentemente de sua origem de publicação – são repletas de nuances de escrita que revelam predisposições políticas em sua construção narrativa, sejam elas positivas ou negativas. Aparenta ser muito difícil achar obras que tratem esse personagem com algum alto grau de neutralidade analítica acadêmica. Além disso, edições mais antigas de alguns livros compostos pelo próprio angolano nos anos da década de 1970 foram publicados em pouquíssimas e limitadas edições fora de Angola. Com auxílio da internet, foi possível encontrar algumas importantes documentações para uso nesse trabalho, especialmente alguns artigos e um documentário em vídeo. Contudo, algumas destas publicações restritas apenas ao formato físico (livros, artigos, jornais) são, por vezes, disponíveis somente em forma fracionada ou mesmo incompleta. De qualquer forma, foi possível reunir um razoável acervo de fontes primárias, referências bibliográficas e referência audiovisual para a composição desta dissertação. As origens diversas das fontes não foram uma questão problemática; muito pelo contrário, representaram um fator agregador. Foram utilizadas com ciência desses seus contrastes e com as devidas cautelas metodológicas necessárias à operação do estudo histórico.

O desenvolvimento deste trabalho será composto por três capítulos principais. O primeiro dessa obra será composto por uma subdivisão em três partes. A primeira delas tratará de expor e analisar os primeiros contatos de Jonas Savimbi com Agostinho Neto e a organização nacionalista do MPLA durante os anos finais da década de 1950. Serão elencados, primeiramente, alguns importantes detalhes sobre os interesses ideológicos de Savimbi em relação às políticas do movimento de Neto. Em seguida, serão expostas algumas de suas

discordâncias em relação à índole modernista e cosmopolita do programa nacionalista do MPLA para com o futuro de Angola. O segundo subcapítulo será reservado à apresentação das ligações de Savimbi com Holden Roberto e os motivos políticos pelos quais o líder da futura UNITA ingressou no movimento tribalista bakongo da UPA-FNLA em 1961. Por último, ainda no primeiro capítulo, serão analisadas as circunstâncias ideológicas do afastamento de Savimbi da organização de Roberto em 1964, e a aproximação e correlação identitária do angolano com algumas das propostas doutrinárias cunhadas pelo revolucionário chinês Mao Zedong.

O segundo capítulo, assim como o primeiro, também será dividido em três subdivisões. A primeira delas versará sobre a fundação e formação clandestina da organização de Jonas Savimbi, a UNITA. Esse subcapítulo irá propor uma análise das bases ideológicas propostas por Savimbi para construção das políticas nacionalistas do movimento em um período imediato a sua criação, em 1966. A segunda parte evidenciará e analisará as remodelações conceituais e discursivas sobre nação angolana que foram promovidas pelo movimento de Savimbi, após sua aproximação com governo colonial lusitano a partir da “Operação Castor”, entre 1971 e 1972. A última parte do segundo capítulo trará uma breve exposição conjuntural do período que marcou o fim do regime do Estado Novo salazarista e o início do processo formal de descolonização de Angola. Conjuntamente, serão explorados os posicionamentos dos discursos políticos e nacionalistas de Jonas Savimbi diante do contexto da saída do governo português das terras angolanas em 1975.

Por último, o terceiro capítulo contará, de forma diferente ao anteriores, com apenas duas partições. O primeiro desses subcapítulos abordará, contextualmente, os anos iniciais do conflito civil angolano e a postura da organização de Jonas Savimbi quanto às possibilidades de uma consolidação político-nacionalista após a saída dos brancos do país e a internacionalização do conflito civil na transição entre as décadas de 1970 e 1980. A segunda e última partição do terceiro capítulo dissertará sobre a consolidação da aproximação diplomática de Savimbi com os governos da África do Sul e dos Estados Unidos da América. Tratará sobre seu posicionamento “anticomunista” e pró-ocidente, e sobre sua dicotômica posição ditatorial e tradicionalista perante os quadros internos de seu movimento até o final da década de 1980 e o término da Guerra Fria.

1 MATER ANGOLA

1.1 COM NETO E OS MODERNOS?

O surgimento do MPLA é, entre historiadores, debatido por meio do uso algumas versões diferentes quanto à formação e atuação de suas lideranças dentro do movimento. O gabonês Jean Martial Mbah trabalhou, em uma de suas obras (MBAH, 2010, p. 73-76), algumas dessas diferentes versões factuais que permeiam a escrita da história sobre o MPLA. Mbah destacou a importância da existência dessas versões históricas difusas oriundas de diversos membros do movimento, como Mário Pinto de Andrade, Joaquim Pinto de Andrade e André Franco de Souza¹¹. O gabonês dissertou, também, sobre a relevância histórica de organizações políticas precursoras à existência do próprio MPLA, como a Liga Nacional Africana (LNA), o Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUAA), o Partido Comunista Angolano (PCA) – este último de Viriato da Cruz, que participou do funcionamento do MPLA por muitos anos – e o Movimento Democrático das Colônias Portuguesas – de Agostinho Neto (MBAH, 2010, p. 86). Essas organizações eram formadas por membros de diferentes vieses de pensamento político, mas que partilhavam simpatias por teorias de origem marxista. Segundo Edmundo Rocha (2009, p. 35), as doutrinas marxista-leninistas foram de extrema importância para a formação de uma elite intelectual angolana que iria, durante a década de 1950, fundar movimentos políticos de viés nacionalista, principalmente, em terras lusitanas e na Casa dos Estudantes do Império (CEI).

A conturbada e fractal formação ideológica e política do MPLA deu-se, portanto, em algum período mais pontual entre os anos de 1956 e 1960 (BITTENCOURT, 1997), durante um momento de enormes mudanças políticas e sociais por todo o continente africano. O movimento foi, em sua origem, essencialmente oriundo das vontades políticas de uma pequena elite intelectual angolana formada, majoritariamente, por mestiços e assimilados¹² (PÉLISSIER, 2009, p. 236). Como afirmou o intelectual francês Michel Cahen (2012), essa

¹¹ Este trabalho não tem, como um de seus objetivos, a realização de uma extensa e aprofundada análise dos inúmeros pormenores históricos que permeiam a formação política do Movimento Popular de Libertação de Angola. Entretanto, é de extrema necessidade para o desenvolvimento desta obra que alguns dos detalhes de sua composição sejam mencionados. Esta tarefa intenciona, sobretudo, assinalar a importância historiográfica do MPLA em relação a construção política de Jonas Savimbi.

¹² Assimilado era o termo dado, pelo governo colonial português, aos negros nativos das colônias que teriam alcançado, em um determinado momento, um nível de “civilização” que garantiria sua inserção dentro da comunidade civil colonial. Essa classificação social do governo lusitano “ultramarino” promoveu, por todas as localidades da África portuguesa, uma divisão legal entre os negros nativos letrados e ignorantes durante um período entre as décadas de 1930 e 1960. Para mais sobre as políticas lusitanas para com as colônias africanas cf. ENDERS (1997).

elite, que havia estudado em terras estrangeiras simpatizou, sobretudo, com uma visão de construção nacional permeada pelas doutrinas modernas presente nas *guidelines* ideológicas do funcionalismo marxista-stalinista. Os membros do MPLA, assim como o próprio Agostinho Neto, encaixam-se nas colocações de Cahen (2012, p. 15) no sentido de que foram aquelas figuras que advogaram politicamente pela formação de um novo estado nacional angolano, sob a égide de um governo corporativista autoritário, e de partido e língua única. Segundo o francês, foi, justamente, por causa desse anseio político de formar uma nação moderna e homogênea que a elite intelectual participante no MPLA optou pelo uso deste tipo de marxismo (CAHEN, 2012, p. 17). Lembra-se que, assim como outros movimentos políticos, o MPLA foi fruto das ideias, aspirações e diferenças ideológicas de seus líderes. Não há como esperar de um grupo de seres humanos que suas visões de mundo se comuniquem em uníssono, ou que mantenham, sempre, uma unidade de convicções imutável.

Segundo as palavras do próprio Joseph Stalin – publicadas em uma coletânea organizada pelo historiador Elie Kedourie em 1970, mas escritas pelo líder soviético em 1924 – a expressão do nacionalismo deveria ser, acima de tudo, uma ferramenta de combate ao jugo imperialista burguês sobre sociedades coloniais europeias pelo mundo. O ditador soviético fez-se claro em assentar, contudo, determinados limites interpretativos sobre a funcionalidade desses movimentos nacionalistas em relação à luta contra o dito “imperialismo”. Pelas palavras de Stalin, todas as manifestações nacionalistas que não possuíssem apoio direto do proletariado seriam, em uma primeira instância, falsas e sem sentido. Ou seja, a legitimação de um movimento nacionalista em uma colônia africana, por exemplo, seria apenas válida se o movimento fosse uma manifestação direta do proletariado nativo contra às vontades opressoras de uma minoria burguesa exógena e imperialista (STALIN, 1970, p. 554). Citando ainda algumas ideias proferidas por Lênin, Stalin reiterou que, para seu verdadeiro sucesso na luta contra o imperialismo opressor, os movimentos nacionalistas deveriam ater-se à busca pragmática de seus resultados, não às formalidades da democracia (STALIN, 1970, p. 557), uma vez que, em um espectro de projeção futura, a autodeterminação dos povos oprimidos seria, também segundo Lênin, apenas uma pequena parte da construção de um mundo internacional socialista (STALIN, 1970, p. 556).

A análise das palavras de Joseph Stalin (1974) revela importantes detalhes acerca das colocações de Michel Cahen (2012) sobre alguns dos movimentos nacionalistas da África lusófona, em especial, o caso aqui colocado do MPLA. O marxismo-stalinista fomentado pelo movimento de Neto foi, realmente, utilizado como uma ferramenta de homogeneização nacional sob uma ótica de fomento de uma luta do proletário africano oprimido contra opressor

imperialista português. Mas quem eram os proletários negros em uma Angola praticamente desprovida de qualquer infraestrutura industrial consolidada? Qual seria o papel das outras dezenas de etnias do interior angolano nesse discurso? Como bem coloca Michel Cahen (2012, p. 20), o processo de histórico de formação e cristalização de identificação nacional é longo, e não poderia ser reduzido às vontades das políticas de uma pequena parcela da elite angolana. A ideologia nacionalista dessa elite não seria, por tal razão, nacionalismo *per se*, mas sim, “*nationism*”:

Nationism is not the political expression of a nation, but the nation-statist ideology of an elite that is opposed to the existing (first) nations, seeking to mimic a centuries-long European process in a few years, and to build the new nation regardless of the desire of other inhabitants (CAHEN, 2012, p. 25).

Figura 6 – Painel propagandístico do MPLA mostrando a aliança entre Neto e Fidel Castro (entre as décadas de 1970 e 1980)



Fonte: Pulsamerica (s.d.).

Essa afirmação de Cahen (2012) leva a crer que um indivíduo como Agostinho Neto relevaria a importância da existência do amálgama de etnias presentes dentro do território angolano. O líder do MPLA não levaria em consideração questões referentes às diferenças entre tribos, mas sim, entre um “povo” e seu opressor. Haveria, em última análise, um conjunto populacional angolano e português envolvidos no desenrolar das lutas de classe marxista. Todavia, o primeiro encontro entre Agostinho Neto e Jonas Savimbi mostraria que, mesmo que fossem modernas e eurocêntricas, as ideias dessa elite africana eram, inevitavelmente,

permeadas pelas conjunturas culturais de seu solo de nascença. Para debater sobre esse encontro, é preciso contextualizar, historicamente, sua realização.

Em meados do primeiro ano da década de 1960, o cerco da Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE) sobre as atividades de Savimbi parece ter sido um dos principais – senão, o principal – motivo de sua saída de Lisboa. Autores discordam do momento temporal exato de sua saída de Portugal, e também da maneira como esse episódio ocorreu. Fred Bridgland (1987, p. 44) reportou a fuga de Savimbi com base em relatos que, segundo o autor, foram dados pelo próprio angolano. Segundo Savimbi, graças à ajuda de alguns membros do Partido Comunista Português (PCP), ele foi transportado clandestina e furtivamente para a Espanha, e, posteriormente, para a França. A história parece um pouco mirabolante, inclusive, um tanto romantizada, mas não deixa de manter seu status de fonte de análise sobre a vida do líder criador da UNITA. Em contrapartida, João Paulo Guerra (2002, p. 18) escreve que, diferentemente daquilo apresentado por Bridgland, Savimbi conseguiu fugir para Paris por meio do auxílio de pastores protestantes da embaixada norte-americana de Lisboa. Durante os primeiros anos da década de 1960, esses pastores propiciaram a fuga de vários estudantes africanos de Portugal, todos, sem dúvida, com alguma complicação legal ou política em relação ao regime salazarista.

É difícil, pois, traçar certezas definitivas em relação às andanças de Savimbi pela Europa no início dos anos de 1960. Relatos sobre contatos em pessoa com os líderes do MPLA e da UPA também variam, temporalmente, entre os dois textos. Foi Bridgland (1987), contudo, quem apresentou maiores detalhes sobre o itinerário de Savimbi após sua saída de Portugal e os subsequentes contatos com outras lideranças angolanas. Em especial, o encontro de Savimbi com Agostinho Neto expôs – ainda antes do primeiro fugir de Lisboa – detalhes importantes para uma análise mais profunda da complexa problemática da formação dos movimentos nacionalistas em Angola. Em julho de 1959, Savimbi teria se encontrado com Neto em Lisboa, e a conversa entre os dois – segundo Savimbi (BRIDGLAND, 1987, p. 41) – não teria agradado o futuro líder da UNITA.

Primeiramente, Neto mostrou-se convalescido pelo fato de Savimbi ter seus estudos interrompidos por causa dos problemas com a PIDE, experiência que o líder do MPLA também havia passado. Contudo, em um momento seguinte, Neto fez alguns comentários pontuais que teriam, não somente ofendido profundamente o futuro líder da UNITA, mas revelado algumas das nuances mais detalhadas das concepções étnicas do líder do MPLA. Bridgland assim relata:

The assumption of many Kimbundu people, like Neto, from Luanda and its hinterland was that the Africans of central and southern Angola were comparatively backward: they also regarded them as collaborators with the Portuguese because the Ovimbundo formed the majority of contract labourers on the coffee plantations in the north. When Savimbi said he came from near Nova Lisboa, Neto said it was impossible that a militant as bright and brave as he could have emerged from the South: surely his Family originally came from the north? (BRIDGLAND, 1987, p. 41)

A origem de Agostinho Neto é Quimbundo (ou Kimbundu), categorização essa que inclui algumas diferentes clivagens tribais, como os Mbakas e Ndongos, e que se encontra, geograficamente, mais próxima de Luanda e do corredor do rio Kwanza até algumas centenas de quilômetros a leste de Malanje. Historicamente, essa região esteve em contato direto com os portugueses por quase cinco séculos. Por outro lado, os laços culturais de Savimbi pertenciam a uma outra esfera cultural significativamente distinta da de Neto. O líder da UNITA nasceu em território cultural Ovimbundo, dentro da área geográfica conhecida como o planalto central angolano, região que teve sua ocupação muito mais tardia que a de Neto e de muitos outros membros pertencentes ao MPLA. É compreensível, portanto, que a imagem tida por Neto em relação aos povos do interior altiplano de Angola fosse, mesmo que generalista, de uma condição não tão “desenvolvida” quanto aos residentes de áreas mais próximas ao litoral. Desenvolvimento esse no sentido de maior aproximação com uma cultura mais “europeizada”, ou que remetesse a uma visão de mundo mais próxima àquelas tidas por um indivíduo próximo de um (talvez, suposto) *zeitgeist* do velho continente.

Essa questão é sublinhada pelas afirmações de Cahen (2012, p. 25), que se utilizou do termo “nationism” para designar as visões do MPLA em relação aos povos restantes do território angolano. Tomando em consideração as colocações do primeiro programa político do MPLA – presente em sua integridade original na obra de Jean Martial Mbah (2010, p. 335) –, é visível a discrepância de suas propostas em relação às palavras de Neto para Savimbi. O discurso propagandístico de respeito e conservação do patrimônio cultural das diferentes etnias do país choca-se, frontalmente, com os pretextos do nacionalismo homogeneizante do proletariado na visão marxista-estalinista. Como consta no primeiro programa do movimento, sob o título “Unidade da Nação”, o MPLA se comprometeria em garantir, para cada etnia e nacionalidade, “direito de utilizar e desenvolver a sua língua, de criar escrita própria e de conservar e renovar o seu património cultural” (MBAH, 2012, p. 336). Futuramente, esse discurso seria posto por terra, pois, na ânsia de se ver livre de seus colonizadores, a tomada de controle do estado colonial português pelo MPLA tornou-se sinônimo de nacionalismo. A

relevância das etnias foi solapada pelas propostas homogeneizantes do “Homem Novo” (CAHEN, 2012, p. 18).

A saída de Portugal leva Savimbi à França e depois à Suíça. A passagem pelo país francês foi rápida. Segundo Bridgland (1987, p. 44), em outubro de 1959, uma sociedade de missionários protestantes de Zurique concedeu – a partir das vontades de alguns médicos suíços – uma bolsa de estudos para Savimbi na faculdade de medicina da universidade de Friburgo. Com essa nova oportunidade, o jovem angolano poderia, além de retomar seus estudos, continuar seu engajamento político para com o esforço de libertação colonial de Angola. Mesmo depois da conversa pouco agradável que teve com Neto, Savimbi ainda parecia nutrir grandes interesses pelas propostas políticas do MPLA e buscou manter contato com membros do movimento. Em algum momento entre a metade final de 1960 e os primeiros meses de 1961, Jonas Savimbi entrou em contato direto, também, com a liderança da UPA, Holden Roberto, na Suíça. O teor desse encontro e maiores detalhes sobre a ligação de Savimbi com a UPA serão apresentados no próximo subcapítulo. Nesse mesmo período, Savimbi iria trocar correspondências tanto com a UPA quanto com o MPLA.

Indeciso sobre qual rumo tomar, mas, segundo Bridgland (1987, p. 46), tendendo para os lados do MPLA, o jovem ovimbundo decidiu aprofundar seus contatos com o movimento de Neto na metade final de 1960. Em setembro daquele ano, Savimbi decidiu construir uma imagem de comprometimento político com as vontades do MPLA. Começou, naquele momento, a trocar correspondências com um representante de um movimento estudantil ligado à organização nacionalista angolana, Luis D’Almeida. Este era o representante dessa organização filiada ao MPLA acabou por incumbir Savimbi – como nota Bridgland (1987, p. 46) – de se apresentar em um encontro de estudantes africanos em Uganda em 1961. Antes de partir para a África em algum momento de março de 1961, Savimbi redigiu, entre dezembro de 1960 e março de 1961, uma série de cartas endereçadas tanto ao MPLA como à UPA. Nelas, o futuro líder da UNITA tentou demonstrar sua vontade pessoal de atuar dentro do esforço revolucionário de libertação angolana das mãos do colonialismo português. Sua troca de cartas com as duas maiores organizações nacionalistas da Angola colonial revelou que, até março de 1961, Savimbi não tinha certeza sobre qual caminho tomar: MPLA ou UPA?

Em uma das primeiras dessas documentações, o ovimbundo escreveu em tom de apresentação e aproximação formal à organização de Agostinho Neto. Em um documento anexado à obra de Emídio Fernando (2012, p. 319), Savimbi escreveu, diretamente da Suíça,

para o escritório internacional do MPLA na Guiné-Conacri de Sekou Touré¹³ em 12 de dezembro de 1960. Em um tom de voluntarismo patriótico para com a causa de seus colegas revolucionários, Savimbi deixou claro que gostaria de, futuramente, ter maior envolvimento nas pautas políticas da organização. Afirmou, ao longo do texto, que se ofereceria, plenamente, para a “reconquista do nosso Patrimônio que há 500 anos se encontra na mão do usurpador” (SAVIMBI, 1960 apud FERNANDO, 2012, p. 321).

Duas indagações se fazem pertinentes quanto a uma análise dos comentários feitos por Savimbi em sua correspondência direcionada ao MPLA. O primeira delas é quanto a utilização do termo “nosso” para se referir à Angola. Quando Savimbi fez uso dessa palavra, sua intenção aparenta ter partido da vontade de se declarar, assim como outros membros do movimento de Neto, como um angolano, dessa forma, parte de uma comunidade de identificação nacional direta com um contexto expressamente moderno de Angola. Não interessou a Savimbi frisar o fato de ele ser ovimbundo e originário do planalto central. Essa especificidade étnica seria ignorável num contexto nacional-estatista homogêneo de nação. Ele se refere, também, à Angola como um patrimônio usurpado pelos portugueses desde o século XV. Como é sabido, historicamente, as terras dos familiares étnicos de Savimbi – ovimbundos do planalto central angolano – tiveram um contato mais tardio com os colonizadores portugueses. Novamente, o que Savimbi queria referenciar era uma percepção moderna de Angola, isto é, um juízo nacionalista aos moldes dos modernistas do MPLA.

A resposta do movimento de Neto às aspirações de Savimbi foi rápida. Em 28 de dezembro daquele mesmo ano – documento anexado à obra de Emídio Fernando (2012, p. 322) –, Viriato da Cruz¹⁴, Secretário Geral do MPLA, escreveu a Savimbi assinalando a disposição do movimento em considerar uma futura filiação oficial do ovimbundo como membro do MPLA. Em outra carta, essa datada de 11 de janeiro de 1961 (FERNANDO, 2012, p. 322), Viriato da Cruz propôs a Savimbi uma viagem imediata do ovimbundo à Conacri. Em terra guineenses, Savimbi seria imerso nas diretrizes revolucionárias do MPLA para, posteriormente, se dirigir ao Congo (não especificado qual dos dois) para realizar trabalhos com algumas

¹³ Sekou Touré foi o primeiro presidente da antiga Guiné Francesa após a sua independência no início dos anos de 1960. Contrário às ideias de uma possível união futura em uma comunidade internacional francesa (FAGE, 2012, p. 500), Touré militou pela autonomia política total de seu país. Após seu sucesso, o guineense governou seu país com punho de ferro. Durante seus mandatos, o guineense assumiu uma postura ideológica marxista e autoritária. Simpático aos movimentos que esboçassem pensamentos políticos de âmbito ideológico marxista, o presidente da Guiné fez questão de hospedar um escritório do MPLA em sua capital.

¹⁴ Viriato Clemente da Cruz foi um poeta nacionalista angolano que participou, ativamente, da criação e da organização do Partido Comunista Angolano (PCA) na primeira metade da década de 1950. Juntou-se, posteriormente, ao MPLA e ocupou o cargo de Secretário Geral do movimento. Desligou-se do movimento de Neto, ainda no início da década de 1960, por causa de divergências ideológicas em pessoais em relação à condução política do MPLA e sua composição étnica. Para mais sobre Viriato da Cruz cf.: SERRANO (2012).

populações de exilados angolanos. Essa correspondência de Viriato demarcou uma clara intenção de seu movimento em dar espaço para uma atuação oficial de Savimbi em suas fileiras. Todavia, ovimbundo não aceitou, contrariando o imediatismo de Viriato e atestando, oficialmente, sua indecisão quanto à prestação de lealdade para algum dos dois movimentos nacionalistas de Angola.

Em fevereiro de 1961, Savimbi enviou uma carta para a UPA e outra para o MPLA (FERNANDO, 2012, p. 324-328). Datada do dia 9 de fevereiro de 1961, a correspondência de Savimbi enviada aos membros da UPA criticou a postura dos movimentos angolanos em não atuar em uma união concisa para promover a libertação de seu país do colonialismo português “Estou pronto a dar o meu concurso a qualquer movimento para a conquista da Pátria sob a base da UNIÃO” (SAVIMBI, 1961 apud FERNANDO, 2012, p. 325). Em seguida, ao 10 de fevereiro de 1961, o ovimbundo redigiu uma carta à direção do MPLA em Conacri revelando que, anteriormente, fez o mesmo para a organização de Holden Roberto. Inclusive, Savimbi fez questão de anexar uma cópia da carta escrita à UPA para os dirigentes do MPLA. Negando uma proposta de atuação conjunta com a UPA em Nova York, Savimbi reiterou o fato de querer estar de acordo “com os altos princípios que regem o nosso MPLA” (SAVIMBI, 1961 apud FERNANDO, 2012, p. 327). Pediu inclusive, um cartão de filiação para que pudesse atuar, oficialmente, em nome do movimento na Suíça. A respostas por parte do MPLA vieram em duas correspondências datadas de fevereiro de 1961, ambas demonstrando fortes críticas a Holden Roberto e seu movimento. Claramente, por mais que Savimbi desejasse que os dois grandes movimentos de Angola andassem juntos em direção a um futuro de liberdade, as divergências ideológicas entre ambos formavam um abismo que era, sem dúvida, intransponível. A busca de Savimbi por uma organização que o acolhesse como membro não tardaria a chegar.

De acordo com a obra de Guerra (2002, p. 20), Savimbi teria viajado para um encontro estudantil africano na Universidade de Makerere – em Kampala, capital da Uganda – em algum momento do mês de março de 1961. Em Kampala, o ovimbundo teria entrado em contato com importantes lideranças africanas, em especial, com Tom Mboya e Jomo Kenyatta¹⁵. Durante suas funções como porta-voz indireto do MPLA – pois sua oficialidade como membro do movimento talvez não passasse da apresentação de um cartão de filiação – o jovem angolano

¹⁵ Jomo Kenyatta tomou posto como o primeiro presidente do Quênia independente em 1964. Liderou o movimento independentista e nacionalista chamado Kenya African National Union (KANU) durante os anos de luta política contra o governo colonial inglês o início da década de 1960. Durante seu governo, entre 1964 e 1978, data de seu falecimento, Kenyatta manteve políticas voltadas a uma aproximação financeira com ideais econômicos do capitalismo ocidental (FAGE, 2010, p. 543).

teria feito diversos contatos políticos de extrema importância para a construção de seu futuro como líder de um movimento nacionalista próprio. Notadamente, Tom Mboya se tornou, naquele momento, uma figura ímpar para história de Savimbi. O jornalista português João Paulo Guerra (2002, p. 20) acusou Mboya de ter sido um ponto de ligação entre Savimbi a Central Intelligence Agency (CIA) norte-americana. Em tom um tanto conspiratório, Guerra relatou, também, que futuro líder da UNITA teria sido, com o passar dos anos, fantoche de um agente secreto norte-americano que residia em Lusaka, e mantido contato com os americanos por meio de um futuro membro da UNITA chamado Tony da Costa Fernandes (GUERRA, 2002, p.21). Fred Bridgland (1987), por sua vez, menciona um suposto envolvimento de Mboya com a CIA a partir de um comentário advindo de Oginga Odinga, líder de oposição ao governo de Jomo Kenyatta (BRIDGLAND, 1987, p. 49). Envolvido com a CIA, ou não, Mboya teria deixado muito claro o fato de que, assim que possível, Savimbi deveria se juntar, oficialmente, à UPA¹⁶. Esse notável “conselho” foi seguido de uma oferta que Savimbi não poderia recusar: Mboya levaria o ovimbundo para conhecer, pessoalmente, Jomo Kenyatta (BRIDGLAND, 1987, p. 48).

Estranhamente, o encontro de Savimbi com Kenyatta foi posto por Fred Bridgland (1987, p. 49) em um contexto temporal muito confuso entre o final do ano de 1960 e o início de 1961. É preciso pontuar o fato de que os relatos expostos pelo inglês teriam partido das próprias palavras de Savimbi, o que abre uma enorme margem interpretativa em relação à real fidelidade histórica dos mesmos. Como colocou o Bridgland, Mboya teria levado Savimbi à Lodwar, uma cidadezinha do interior queniano, ainda em meados do final do ano de 1960, momento temporal em que Savimbi estaria, de acordo com algumas correspondências escritas por ele próprio, em terras suíças. Na tal convocação para uma conversa com o futuro primeiro presidente do Quênia, Savimbi teria sido aconselhado, de imediato, a juntar-se ao movimento de Roberto. O ovimbundo contestou o pedido de Kenyatta, mostrando-se em desagrado tanto com o programa da UPA quanto com a pessoa de Holden Roberto. O presidente queniano aquiesceu, mas fez questão de qualificar a falta de uma programática política sólida na UPA como algo que poderia ser frutífero para Savimbi, tendo dito que “[...] *that’s one very good reason to join because you have ideas and can produce a programme [...]*” (BRIDGLAND,

¹⁶ Foi notório o relacionamento político de entidades americanas com a UPA (fossem elas parte do governo dos EUA ou não). Segundo Mbah (2010, pg. 62) “Os americanos foram os principais doadores [dinheiro], por via da CIA, as missões protestantes americanas e a ACA [American Committee on Africa]... organização anti-colonialista americana. ”. Um envolvimento concreto de Mboya com os desejos políticos da CIA não parece ter sido algo tão distante da realidade. Savimbi, com certeza, não veria, com bons olhos, qualquer divulgação, ou suspeita, de seu envolvimento com *assets* da agência americana.

1987, p. 49). Foi, após esse diálogo com Kenyatta, que Savimbi teria, finalmente, se decidido em juntar-se a UPA: “*That’s when I decided to join UPA. That’s how it was.*” (BRIDGLAND, 1987, p. 49). Miguel N’Zau Puna, homem que conviveu, por muitos anos, em proximidade a Savimbi, também creditou a filiação ao presidente queniano como pivô da escolha de Savimbi pela UPA. Segundo N’Zau Puna, em uma entrevista ao jornal angolano Diário de Notícias, em abril de 1994, após Kampala, Savimbi rumou para Nairóbi onde se encontrou com Kenyatta. Lá, na capital do Quênia livre, o ovimbundo teria sido aconselhado a se juntar a UPA de Holden Roberto, fato que merece ser analisado para que a escolha de Savimbi por esse movimento seja melhor entendida. Para N’Zau Puna:

Foi o “velho” Kenyatta quem convenceu Savimbi a ingressar na UPA-FNLA [...] Ele convenceu Savimbi com os seguintes argumentos: “Se você, Savimbi, acha que a UPA-FNLA está mal estruturada, junte-se a ela, junte-se a Holden Roberto e mostre aquilo que aprendeu na Europa, nomeadamente em Portugal e na Suíça. Só assim você poderá participar na revolução”. Jonas Savimbi rende-se aos argumentos de Kenyatta, vai para Kinshasa e ingressa na UPA-FNLA. (N’ZAU PUNA apud FERREIRA, 1994).

Em uma carta enviada por Savimbi ao MPLA no dia 3 de março de 1961 – correspondência presente na compilação documental primária feita por Emídio Fernando (2012, p. 334) –, o ovimbundo revelou que, entre outras coisas, possuía uma “devoção cega” por Jomo Kenyatta. Com base nessa afirmação, cabe a questão: mas qual seria a relevância desse sentimento para o contexto ideológico de construção político-nacionalista de Jonas Savimbi? Talvez a resposta não esteja propriamente na pessoa de Kenyatta, em si, mas nas propostas e ideias políticas dos homens que o cercavam. Tomemos como o exemplo principal o queniano Tom Mboya, homem de extrema proximidade a Kenyatta, e que teve, também, certo grau de aproximação e influência sobre Jonas Savimbi. Certas ideias elaboradas por Mboya em seu livro *From Freedom and After* (1986) se aproximaram, em muito, de alguns dos anseios políticos mantidos por Savimbi no início da década de 1960. Essas semelhanças corroborariam para a formação de uma hipótese de que, realmente, o ovimbundo se inspirou em algumas das argumentações e ideias produzidas pelo queniano.

Dois são os pontos de semelhança que merecem ser ressaltados entre os pensamentos e declarações de Savimbi e Mboya. O primeiro deles refere-se à questão do ideal de formação de uma frente nacionalista única para o combate contra o colonialismo europeu. Segundo Mboya, a formação de um movimento nacionalista unitário seria ponto chave para a mobilização e direcionamento das massas nativas de um país para sua independência. O

queniano declarou em sua obra que “*a nationalist movement should mean the mobilization of all available groups of people in the country for the single struggle.*” (MBOYA, 1986, p. 62). Em relação às diferenças ideológicas existentes entre o MPLA e a UPA, Savimbi afirmou que “seja qual for a origem das dissidências, ela é inferior ao objetivo a atingir [...] Estou pronto a dar meu concurso a qualquer movimento para a conquista da pátria sob a base da união” (SAVIMBI, 1961 apud FERNANDO, 2012, p. 325). O segundo ponto, e talvez o mais importante, remete à dialética ideológica africana entre o moderno e o tradicional, tocando, diretamente, em uma questão cultural que permeia as sociedades de forte expressão patriarcal africanas: o líder. De acordo com Mboya (1986, p. 62), as massas populares nativas precisam de um símbolo de união que as conduza para o seu objetivo, no caso, a própria figura de liderança de um movimento: “*it is necessary to have this kind of symbol of an heroic father-figure if you are to have unquestioning discipline among the different groups... who should rally their followers behind him*” (MBOYA, 1986, p. 62). O MPLA já tinha um programa político sólido, lideranças bem estabelecidas e fortes tendências modernistas. Savimbi poderia, de fato, ter maior liberdade política para operar entre os quadros da UPA, fato supostamente indicado por Kenyatta. Sobretudo, a filiação de Savimbi à UPA significaria a inserção do ovimbundo em uma organização nacionalista predominantemente negra e fortemente arraigada em sentimentos de cunho tradicional africano. A guerra colonial estava a começar, e não havia tempo a perder.

1.2 *JE NE SUIS PAS BAKONGO*

Segundo Jean Martial Mbah (2010, p. 37), a União dos Povos de Angola (UPA) foi fundada por Holden Roberto no ano de 1958, e surgiu como herdeira da anterior União das Populações do Norte de Angola (UPNA). Esta última tomou forma a partir do final da década de 1950, fruto das aspirações de alguns angolanos que emigraram para o território do antigo Congo Belga. Fundada em Leopoldville (atual Kinshasa), a UPNA foi encabeçada pelo tio materno de Holden Roberto, Barros Nekaka, e alguns outros indivíduos como José Eduardo Pinnock e Francisco Lulendo. Diferentemente do MPLA, a UPNA foi uma organização que, desde a sua fundação, exibiu um claro interesse político de viés tribalista, voltado para os interesses de alguns membros de liderança da etnia bakongo. O próprio surgimento da organização do tio de Roberto decorreu, primordialmente, das conjunturas de discordância política que permearam o imbróglcio decisório de nomeação de um novo Rei do Congo entre as autoridades portuguesas católicas e os bakongo protestantes emigrados para o Congo Belga

(MBAH, 2010, p. 42). A organização que deu origem a UPA teve, como principal objetivo político, não uma ideia de independência “angolana”, mas sim, de uma restauração política do antigo Reino do Congo¹⁷.

O surgimento formal da UPA deu-se, portanto, em 1958, quando a ideia monarquista de ressurgimento do Reino do Kongo foi solapada pelas novas tendências políticas pan-africanistas vigentes na época. A retomada de uma iniciativa monarquista em plena vaga de independências “democráticas” na África seria um tiro no próprio pé, e Roberto tinha total conhecimento disso. Os contatos internacionais do líder da UPA com Kwame Nkrumah¹⁸, George Padmore¹⁹ e Sekou Touré persuadiram o bakongo a adotar um mote nacionalista mais plural em seu movimento. Por esse motivo, houve o fim do uso do termo “Norte” na nomenclatura da organização (MBAH, 2010, p. 56). O termo de indicação geográfica remeteria, de alguma forma, à predileção política da UPA apenas pelos interesses nacionalistas dos bakongo angolanos. Mesmo sem o “Norte” no nome, a organização de Roberto continuaria a manter uma agenda política interna que exprimia um claro favoritismo tradicionalista e tribal em prol dos bakongo. Savimbi escolheu, contudo, juntar-se aos homens de Holden Roberto.

¹⁷ O Reino do Congo (ou Kongo) ocupava, durante os primeiros contatos com os portugueses no século XV, uma extensa porção de terra que cobria partes do atual território do extremo norte Angola, assim como a costa leste da República do Congo e da República Democrática do Congo até o sul do Gabão. O reino era formado por diversas regiões e outros pequenos estados tributários. Seu governo era centralizado na figura de um líder soberano e que era nomeado de Rei pelos primeiros exploradores lusitanos que desembarcaram na região. Apesar de uma conturbada relação com os portugueses, parte da realeza congoleza converteu-se ao catolicismo ainda no final do século XV, dando início a uma longa relação com os portugueses e sua gradual expansão territorial pelo atual território do norte angolano. Para mais sobre a complexa história do Reino do Congo cf.: BATSIKAMA (2010). Sobre o catolicismo no reino cf. SOUZA (2014).

¹⁸ Kwame Nkrumah foi primeiro presidente do país de Gana após a sua independência do controle britânico em 1957. Nkrumah advogou, ativamente, em prol dos ideias pan-africanistas de independência das colônias europeias do continente africano. Foi membro fundador da Organização de Unidade Africana (OUA) e presidiu o Gana até o ano de 1966.

¹⁹ Nascido em Trinidad e Tobago no início do século XX, George Padmore foi uma grande figura política de disseminação das ideias do pan-africanismo. Teoria compartilhada por outros negros como o americano W.E. B. Du Bois e o martinicano Frantz Fanon, as ideias pan-africanistas prezavam pelo ideal de que todos os negros – nascidos em solo africano, ou não – compartilhariam, além de um passado em comum, um futuro de destino comum “*all native peoples of the dark continent... became so United in experience... that they began to think of Africa as one idea and one land.*” (DU BOIS, apud KEDOURIE, 1970, p. 372).

Figura 7 – Holden Roberto



Fonte: Wikimedia (s.d.).

Quanto ao primeiro contato entre Jonas Savimbi e Holden Roberto, Fred Bridgland (1987) e João Paulo Guerra (2002) apresentaram relatos divergentes em suas obras. O inglês colocou, primeiramente, que o contato de Savimbi com Roberto teria ocorrido em agosto de 1960 na Suíça (BRIDGLAND, 1987, p. 45), enquanto Guerra adiou o encontro, temporalmente, para março do ano seguinte em Uganda (GUERRA, 2002, p. 20). Uma fonte simpática à UPA (N'GANGA, 2008, p. 90) escreve, rapidamente, que o encontro inicial de Savimbi com Roberto teria se dado, realmente, na Suíça em 1960. O relato de Bridgland sobre o encontro entre Savimbi e Roberto é bem mais detalhado, contando com especificidades muito pontuais, como, por exemplo, amostras de diálogo que, segundo o autor, foram expostas diretamente por Savimbi. Os autores discordam sobre a temporalidade exata, não só do encontro do ovimbundo com Roberto, mas também da data precisa da filiação do ovimbundo à UPA. Data essa que, entre os autores citados, oscila entre os primeiros meses de 1961.

O futuro líder da UNITA teria se encontrado com Roberto – segundo Bridgland (1987, p. 45) – em uma estação de trem na cidadezinha de Lausanne, no mês de agosto de 1960. Os dois teriam conversado durante muitas horas e, assim como no diálogo com Agostinho Neto, a conversa entre o ovimbundo e o líder da UPA não foi de completa e irrestrita concordância.

Very little that Roberto said impressed me. He took a persistent anti-Communist line, but he could not tell me what the policy was of his own

organization (...) He also told me that the MPLA was a Communist organization. I did not know at that stage whether or not it was true. I had already decided that I did not want to be a Communist: but I knew that the MPLA's programme was a progressive one, and I wanted to be progressive. I did not want to be on the right wing (...) (SAVIMBI apud BRIDGLAND, 1987, p. 45).

Savimbi ressalta, em seu relato para Bridgland, de que Roberto teria tido pouco sucesso em convencê-lo a se aliar à UPA. Mesmo se colocando como não comunista, o fato de Roberto enaltecer essa característica de seu movimento teria surtido pouco efeito nas vontades do ovimbundo. Entretanto, mais adiante na conversa, o líder da UPA faria um comentário que geraria grande interesse em Savimbi. Uma questão “racial” e social – assim como na conversa com Neto – provocou os pensamentos do ovimbundo:

It may sound like racism, and it is certainly not the way we feel today because we have learned a lot. But it is a fact that it was very difficult at the time for blacks to understand why mesticos should be leading a liberation movement to fight the Portuguese. It was not clear to us that mesticos were suffering in Angola; they were privileged people (SAVIMBI apud BRIDGLAND, 1987, p. 46).

A existência de um grande número de membros mestiços no MPLA não se resumia, apenas, a um problema relativo à cor da pele daqueles homens, muito pelo contrário. O ponto relevante em questão da maioria mestiça no movimento de Neto era, acima de tudo, parte da já tão remetida dicotomia entre ideias modernas e tradicionais que permearam as independências africanas. No caso angolano, como foi bem apontado por Michel Cahen (2012, p. 13), a região de Luanda, berço do MPLA, foi, também, berço de uma elite crioula que promoveu sua visão nacionalista baseada, fortemente, em conceitos de modernidade nacional-estatizante importadas da Europa. Essa elite que deu gênese ao movimento regido por Neto não tinha grandes laços políticos com uma enorme parcela da população interiorana de Angola (CAHEN, 2012, p. 14). Essa, por sua vez, mantinha uma visão de mundo vigorosamente arraigada em princípios que prelecionavam o mundo tribal e das antigas tradições nativas. Não se pretende generalizar, de forma alguma, as condições de pensamento de uma totalidade da população interiorana de Angola. Apenas se buscará relevar o fato de que, um homem de nascença interiorana, como Savimbi, se sentiria ideologicamente melhor representado por uma organização que reconhecesse esse valor e desse visibilidade a determinados sentimentos identitários nacionalistas que remetesse às particularidades das populações interioranas do território angolano. Por mais que tanto o MPLA quanto a UPA exprimissem formatos de uma

futura governança em moldes institucionais modernos, havia uma enorme diferença entre os dois quanto a relevância dada às questões políticas de espectro e origem tradicional.

A escolha de Savimbi de aderir à UPA teve, também, seus motivos mais práticos e imediatistas. Os primeiros eventos que iriam desencadear a Guerra Colonial angolana aconteceram, justamente, entre os meses de fevereiro e março de 1961, período em que Savimbi estaria a se decidir por qual rumo político tomar. Naqueles dois meses, MPLA e UPA tentaram, cada qual dentro de suas limitações, demonstrar sua força política contra o governo colonialista dos brancos lusitanos. De acordo com o próprio MPLA, o começo da “revolução nacional” teria ocorrido no dia 4 de fevereiro de 1961. Como aponta René Pélissier (2009, p. 252), o envolvimento do MPLA nos episódios do “4 de fevereiro” não foi apenas exclusividade do movimento; muito provavelmente, outras organizações anticoloniais também vieram a ter participação nos eventos de insurreição em Luanda. Alguns grupos de africanos – Pélissier (2009, p. 252) relata uma estimativa de 80 a 180 no total – realizaram ataques a prédios de segurança pública colonial em Luanda, assim como ao prédio de uma estação de rádio. A retaliação portuguesa foi rápida e sem misericórdia. Durante os meses seguintes, Luanda respirou um ar de ódio racial mútuo, e o desgaste social entre brancos e negros atingiu um nível perigosíssimo (PÉLISSIER, 2009, p. 252).

Em março do mesmo ano, a “Insurreição do Congo”²⁰ veio como uma afronta muito mais forte e incisiva contra o *establishment* colonial do Estado Novo salazarista. De maneira diferente ao que havia se sucedido em Luanda, as revoltas ao norte de Angola foram resultado de um encadeamento em série de diversas operações organizadas e perpetradas pela UPA (PÉLISSIER, 2009, p. 254). A escolha da organização para agir em 15 de março de 1961 foi, segundo Mbah (2010, p. 162), resultado da composição de um conjunto de fatores determinantes, principalmente, no que diz respeito às tentativas de exposição da UPA em âmbito internacional. Depois da reivindicação do MPLA pelos eventos do 4 de fevereiro, Roberto e outros membros da direção da UPA sentiram-se em sensível desvantagem propagandística em relação aos atos cometidos pelo movimento rival. Tomando ao seu favor o período de realização dos debates sobre Angola no Conselho de Segurança das Nações Unidas, Roberto ordenou o rápido avanço da insurreição armada no norte angolano (MBAH, 2010, p.

²⁰ Nome dado à sangrenta revolta organizada pela UPA no norte de Angola em março de 1961. As operações do movimento de Holden Roberto priorizaram o ataque, especialmente, a povoados e fazendas mantidas por colonos brancos. Segundo René Pélissier, a UPA não poupou trabalhadores mestiços e negros – especialmente ovimbundos contratados para o trabalho nos cafezais – de serem massacrados pois “a rebelião não somente rejeitou o suserano branco, mas também a herança da colonização: o mestiço e o africano ‘assimilado’ (logo, instruído).” (PÉLISSIER, 2009, p. 256).

163). As ações da UPA em março e abril de 1961 deixaram profundas marcas na psique colonial portuguesa, em especial, devido aos massacres realizados às populações brancas das zonas rurais do norte do país. Muito negros, aqueles tidos como leais ao governo colonial, tampouco foram poupados dos atos desumanos dos “soldados” da UPA; contudo, o impacto político e social acarretado pelo 15 de março nos portugueses alargou, imensamente, as diferenças sociais e a desconfiança entre as raças residentes por todo o território de Angola (PÉLISSIER, 2009, p. 260).

A filiação oficial de Savimbi à UPA ocorreu ao final do mês de abril de 1961. Datada, precisamente, do dia 24 daquele mês, uma carta enviada por Holden Roberto a Savimbi confirmou, formalmente, o acolhimento político do ovimbundo na UPA. Pelas palavras de Roberto “SAVIMBI passa a ser a partir de hoje o nosso representante oficial na Europa, de forma que já podes tomar as suas responsabilidades, quer dizer falar em nome do partido e tudo” (ROBERTO, 1961 apud FERNANDO, 2012, p. 337). Em novembro de 1961, Savimbi prontamente imigrou para a cidade de Leopoldville (FERNANDO, 2012, p. 65), local onde iria preencher o valioso posto de Secretário Geral da UPA, cargo de extrema importância dentro da organização interna do movimento (MABH, 2010, p. 343).

O grupo de indivíduos mais próximo de Savimbi na UPA contava com a presença de figuras como Miguel N’Zau Puna, António “Tony” da Costa Fernandes, Ernesto Mulato e José N’Dele (GUERRA, 2002, p. 22), homens que iriam, comandados pelo ovimbundo, singrar por novos ventos partidários num futuro bem próximo. Esses ativistas demonstraram grande fidelidade a Savimbi durante suas participações políticas dentro da organização presidida por Roberto. Sua imensa lealdade iria, talvez de maneira pejorativa, propiciar-lhes a alcunha de “savimbistas” (FERNANDO, 2012, p. 68). Claramente, ainda que fosse parte ativa da direção da UPA, desde de sua entrada no movimento, Savimbi demonstrou que possuía anseios políticos muito particulares e dissonantes de algumas das principais diretrizes do movimento. Ao cercar-se de seguidores fiéis, Savimbi começou a construir, alicerçado em uma crescente figura de liderança carismática, um projeto político próprio.

No ano seguinte, entre março e abril de 1962, devido a rugas internas na UPA (e uma possível fragmentação da organização), Roberto decidiu tomar algumas decisões que fortaleceriam sua posição como líder do movimento. Uma delas – talvez a principal – foi a ordem para a criação da Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) (MBAH, 2010, p. 72). A FNLA surgiu a partir da união de duas organizações oriundas da área de influência tribal bakongo, a UPA e o Partido Democrático de Angola (PDA) – antiga Aliança dos Naturais do Zombo (Aliazo) –, em finais de março de 1962 (PÉLISSIER, 2009, p. 290). A documentação

que dá origem a FNLA – presente em anexo à obra de Jean Martial Mbah (2012, p. 345) – revelava um claro empenho para a intensificação da luta armada contra o colonialismo português na região norte-noroeste de Angola, objetivando “conduzir a revolução e obter todos os meios necessários para o prosseguimento da guerra e a eliminação imediata do colonialismo em Angola”. Roberto foi categórico: a negociação com os portugueses só se daria no momento em que o próprio governo salazarista aceitasse a autodeterminação e independência de Angola (MBAH, 2010, p. 71). Angola essa que seria, na visão de Roberto e de outros membros da UPA-FNLA, voltada aos interesses, substancialmente, dos bakongo.

A formação dessa frente também revela, a partir da inserção de Savimbi e outros membros originários do centro-sul de Angola e do enclave de Cabinda, uma preocupação de Roberto em tornar a UPA-FNLA mais “socialmente representativa”. A absorção de quadros não bakongo nas fileiras da organização serviria, primordialmente, como um subterfúgio propagandístico ao olhar do exterior, como uma cortina de “diversidade étnica” que, por detrás, esconderia algo de tribal e particularista. Rapidamente, as reais intenções etno-centradas da UPA-FNLA trariam desavenças e cisões para o próprio seio da organização.

Em abril de 1962, Savimbi deixou seu cargo de Secretário Geral da UPA para se tornar o novo Ministro das Relações Exteriores do Governo Revolucionário de Angola no Exílio (GRAE)²¹. Essa nova organização política da UPA-FNLA pretendia se legitimar como um verdadeiro governo angolano exilado, pela mão do colonialismo português, de sua terra natal. Era uma forma estratégica, não só de buscar reconhecimento diplomático internacional de outros países (N’GANGA, 2008, p. 136), mas, também, de consolidar uma suposta estruturação política moderna de Angola em um “órgão” unitário estatal. O cargo ministerial ocupado por Savimbi possibilitou-lhe o estabelecimento de importantes contatos políticos internacionais. As várias viagens internacionais que realizou pelo continente africano auxiliaram Savimbi a expor sua própria figura política aos gabinetes presidenciais de grandes lideranças africanas. Os contatos firmados pelo angolano com os governos de Gamal Nasser, Kenneth Kaunda, Kwame Nkrumah e Jomo Kenyatta seriam de extrema importância para própria UNITA alguns anos mais tarde (FERNANDO, 2012, p. 73).

²¹ O GRAE surgiu como uma tentativa de legitimar, internacionalmente, um corpo governamental angolano exilado de sua própria terra. Aproveitando a relevância internacional dos primeiros anos da Guerra Colonial angolana, a direção da UPA-FNLA decidiu criar esse novo órgão adjunto ao bloco maior de sua organização de Frente. O início da década de 1960 foi um período onde inúmeras colônias africanas se desvencilharam de seu jugo metropolitano, e Roberto sabia que o reconhecimento internacional de seu movimento era vital para a consolidação da UPA-FNLA como verdadeira governante de um povo e estado angolano. Pela retórica da autodeterminação nacional explicitada pela representação de um governo central exilado, Holden Roberto tentou ser o primeiro líder de uma Angola livre.

Aos poucos, entre abril 1962 e os primeiros meses de 1964, a figura política de Savimbi obteve grande destaque e força dentro da organização de Roberto. Por não pertencer ao núcleo bakongo do alto escalão da UPA-FNLA, Savimbi rapidamente conquistou as simpatias de membros pertencentes a outras etnias do território angolano. O crescimento da influência de Savimbi sobre muitos dos quadros não bakongo da UPA-FNLA trouxe enormes preocupações políticas para Holden Roberto e outros dirigentes bakongo da organização (FERNANDO, 2012, p. 75). A desconfiança de Roberto em relação ao desenvolvimento da popularidade de um não bakongo dentro da sua organização revelou, sobretudo, a complexidade dos detalhes pertencentes às conjunturas políticas e sociais de formação dos movimentos nacionalistas angolanos. Alguns relatos produzidos por antigos membros não bakongo da UPA-FNLA são muito pontuais ao indicar as discriminações sofridas por aqueles que não eram oriundos de alguma clivagem tribal bakongo.

Segundo um depoimento dado por José Kalundungu – presente na obra de João Paulo N’Ganga (2008, p. 183) – Savimbi já pensava, mesmo antes de se desligar de suas funções na UPA-FNLA, em criar um novo movimento político. Além disso, seguindo as palavras de Kalundungu: “eu sou do Sul [...] o próprio Dr. Savimbi era do Sul [...] Savimbi tinha muita ambição [...] A partir daquele caso o Velho [Holden] começou a perseguir os do Sul” (N’GANGA, 2008, p. 183). Miguel N’Zau Puna (FERREIRA, 1994), futuro membro da UNITA, também expôs um relato próprio muito pontual sobre a grande rusga étnica que existiu dentro da UPA-FNLA. De acordo com N’Zau Puna, foram claras as diferenças entre as duas tendências que existiam na organização:

A “francófona”, de Holden Roberto, e a “lusófona”, de Jonas Savimbi. Sim, o problema existia. Definem-se grupos no interior da FNLA, em Kinshasa. Mesmo no seio do GRAE (Governo Revolucionário de Angola no Exílio) as clivagens notavam-se. Os mais novos apreciavam o dinamismo de Jonas Savimbi. Mas houve quem conseguisse influenciar Holden Roberto. Convencê-lo de que Savimbi estaria a ir longe demais na estratégia da luta de libertação. Claro que os quadros “francófonos” da FNLA estavam, em Kinshasa, num “habitat” familiar. Tinham estudado, esses angolanos, com Holden Roberto e com indivíduos zairenses. (N’ZAU PUNA apud FERREIRA, 1994).

Gradativamente, as diferenças étnicas e as predileções da organização de Roberto pelos interesses bakongo tornaram-se muito perceptíveis para os membros da UPA-FNLA que eram oriundos de outras regiões e etnias. Relatos como o de José Kalundungu e Miguel N’Zau Puna revelaram que, para uma significativa parcela dos ativistas que compunham a UPA-FNLA, seus anseios não seriam correspondidos, nunca, por sua liderança. Essas desarmonias

foram, mais uma vez, resultado do intrincado contexto de formação e legitimação das identidades nacionais angolanas. A prerrogativa etnonacional bakongo foi atraente aos que se identificavam, nacionalmente, como parte integrante das tribos que, um dia, integraram o chamado Reino do Kongo. Não apenas as clivagens tribais parecem ter afetado o desenvolvimento político da organização de Roberto: como colocou N’Zau Puna, haviam ainda complicações inerentes a uma divisão interna entre membros francófonos e lusófonos. Em outras palavras, a própria ideia da existência de “um” povo angolano parece ser posta de lado imediatamente. Como poderia um movimento de libertação – no caso, a UPA-FNLA – legitimar uma luta em prol do “povo angolano”, se essa ideia moderna generalizadora de população nem mesmo existia nas mentes dos próprios integrantes do movimento?

A partir de abril de 1964, os desgastes entre a direção da UPA-FNLA e Savimbi chegaram ao um ponto que sinalizou a iminência do desligamento do ovimbundo da organização. Além do visível poder político de Savimbi, Roberto nutria suspeitas de que o ovimbundo mantinha contatos com o MPLA e outros simpatizantes do movimento (FERNANDO, 2012, p. 75). Uma atitude mais pontual de Savimbi poderia dar origem a uma insurgência dentro da organização, e gerar uma ruptura fatal na UPA-FNLA. Roberto e os outros dirigentes da organização não conceberiam correr tal risco. Contudo, o rompimento definitivo de Savimbi com a UPA-FNLA viria, apenas, no mês de julho daquele ano. Após uma breve ida à Suíça, Savimbi rumou diretamente para o Cairo com o intuito de discursar na Cimeira da Organização da Unidade Africana (OUA) ainda nos primeiros dias de julho de 1964. Sob os olhares de outras lideranças do continente, Savimbi proclamou que não mais fazia parte da organização dirigida por Holden Roberto. O ovimbundo acusou o bakongo de ser demagógico e fraco nas suas decisões sobre a luta armada contra o governo colonial lusitano do Estado Novo (GUERRA, 2002, p. 35). Em um pronunciamento direcionado aos político presentes na OUA, o ovimbundo declarou os pormenores de sua decisão.

A divisão das forças impedem a mobilização das massas angolanas. Uma luta de libertação sem a participação das massas está condenado ao fracasso. Só as massas populares constituem garantia durável para uma luta de libertação contra um inimigo como Portugal [...] Qualquer se seja a ajuda material que seja dada a um movimento de libertação, ela está condenada ao fracasso, se não houver mobilização das massas populares e a união das forças combatentes [...] Eu, Jonas Savimbi, ministro dos Negócios Estrangeiros do GRAE [...] decidi, perante a mais alta instância africana demitir-me das minhas funções [...] (SAVIMBI, 1964 apud N’GANGA, 2008, p. 179).

Oficialmente desligado de suas funções como ministro do GRAE e membro efetivo da UPA-FNLA, Savimbi poderia, a partir daquele momento, dar início a construção política de seu próprio movimento. Sem maiores garantias sobre seu futuro, o ovimbundo permaneceu, ainda por algum tempo, na capital egípcia de Gamal Nasser²². Seria necessário, agora que não contava mais com o apoio estrutural da organização de Roberto, buscar apoio internacional para a sua causa. No Cairo, o ovimbundo fez questão de estabelecer contatos com Moscou e com outros países socialistas do Leste Europeu. Durante suas tentativas de criar laços com o bloco socialista do Pacto de Varsóvia, Savimbi veio a se encontrar com uma importante personalidade que havia integrado o alto escalão da direção do MPLA: Viriato da Cruz. Tido como um dos fundadores do movimento, Viriato da Cruz se encontrava em um paulatino esgotamento de boas relações com Agostinho Neto e Mário Pinto de Andrade. A decepção de Viriato em relação às políticas adotadas por Neto e a falta de apoio pessoal de alguns países europeus socialistas levou o angolano a buscar amparo político no governo chinês e nas teorias do maoísmo. Como coloca Emídio Fernando (2012, pg. 79), os percursos políticos de Savimbi se cruzaram com os de Viriato da Cruz com o intuito de “primeiro a destruição da FNLA; segundo, uma possível aliança com o MPLA, terceiro, a aproximação à China de Mao Zedong”.

Os contatos com Moscou frustraram as expectativas de Savimbi. A sugestão dos soviéticos de que o angolano se unisse ao MPLA e aceitasse o cargo de vice-presidente do movimento eram inaceitáveis para o ovimbundo. Nada de criar uma nova frente de luta para a libertação de Angola; apenas engrossar o corpo revolucionário do partido de Neto, essa era principal intenção dos soviéticos. Como apontou N’Zau Puna, “queriam que Jonas Savimbi, em vez de meter ombros à criação da UNITA, aceitasse o lugar de vice-presidente do MPLA. Savimbi recusou a proposta” (N’ZAU PUNA apud FERREIRA, 1994). Isso não era uma opção para o ovimbundo, já que seu projeto de luta política para Angola não era congruente com as

²² Apelidada de “Nasserismo”, a postura política mantida pelo governo de Gamal Nasser durante os anos de 1960 e 1970 foi, notadamente, uma tentativa de mesclar conceitos teóricos do socialismo com tendências culturais e ideológicas que permearam o surgimento do sentimento nacionalista de pan-arabismo no norte da África e no Oriente Médio. A ideologia nacionalista fomentada por Nasser rejeitava, tanto a imposição imperialista e intervencionista ocidental sobre os povos árabes, como as tendências de reforma social promovidas pelo comunismo soviético. O “Nasserismo” procurou respeitar tradições e costumes do mundo árabe em detrimento da aceitação de teorias e ideologias políticas endógenas. O posicionamento do “Nasserismo” não foi isolacionista, mas de não alinhamento total com as políticas mantidas por Washington e Moscou (o gabinete presidencial de Nasser não deixou de manter relações com as duas maiores potências da Guerra Fria). O que Nasser quis promover foi, justamente, uma terceira via política baseada na formulação particular de um sentimento nacionalista e de manutenção de estado baseado na mescla de ideologias tradicionais árabes com conceitos modernos. Essa atitude do egípcio em adaptar ideologias tradicionais com conceitos políticos modernos se reflete em algumas posturas políticas que foram operadas por Savimbi. A manutenção do tradicional em contato com o moderno promovida pelo “Nasserismo” revela a interessante e complexa ligação de Jonas Savimbi com o governo do Cairo no final da década de 1960. Para mais sobre as políticas nacionalistas de Gamal Nasser cf. MANSFELD (1973). Sobre o pan-arabismo e socialismo, cf.: DEVLIN (1991).

propostas e a direção do MPLA; portanto, sua possível participação no movimento acabaria por obrigar a abnegação de algumas de suas vontades mais profundas. Até mesmo os seus aliados mais próximos no continente sugeriram sua integração ao movimento de Neto. Entretanto, Gamal Nasser propôs uma aliança inusitada para os caminhos de Jonas Savimbi em 1965. Estados Unidos e China poderiam garantir, por intermédio de Nasser, os recursos necessários para que o ovimbundo fundasse o seu próprio movimento nacionalista para a luta de libertação de Angola do colonialismo português (FERNANDO, 2012, p. 82).

1.3 POR BEM, OU POR MAO

Ainda em solo egípcio, Savimbi conheceu, em 1964, um ex-cidadão cubano exilado chamado Carlos Moore. Apresentado a Savimbi por intermédio de um conselheiro de Nasser, Moore havia deixado Cuba após se desentender com os burocratas do novo regime castrista. O cubano demonstrou, em uma entrevista concedida para o semanário angolano *Novo Jornal*, em 2010, como Savimbi via a dualidade ideológica dos dois maiores movimentos nacionalistas de sua terra natal. Segundo Moore (CARDOSO, 2010), por mais que Savimbi se referisse com respeito às duas grandes organizações nacionalista de Angola, o ovimbundo não se poupava em manifestar duras críticas a elas. Para Savimbi, Holden Roberto era um fantoche dos interesses ocidentais, mesmo que a base dos quadros de seu movimento fosse “[...] formada por verdadeiros nacionalistas”; enquanto os membros que compunham o MPLA eram “dogmáticos que estavam comprometidos com os interesses soviéticos” (MOORE apud CARDOSO, 2010). Nenhuma das duas grandes organizações nacionalistas de Angola portava ideias que compactuassem com as visões de mundo mantidas por Savimbi. Seria necessária a elaboração de uma terceira via entre o modernismo exacerbado dos membros do MPLA e o tradicionalismo excludente da UPA-FNLA.

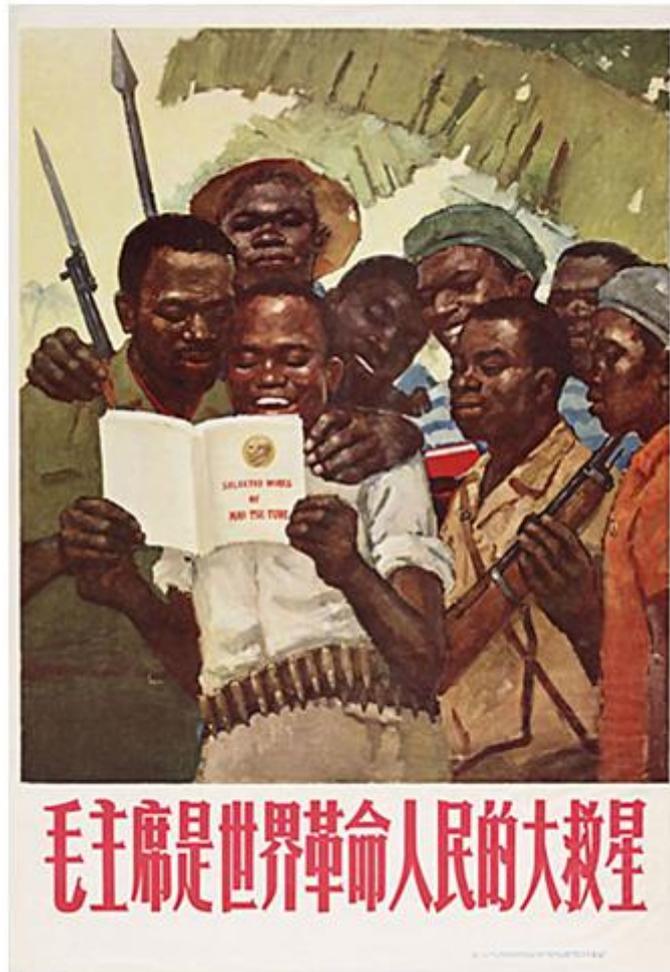
A criação de um movimento nacionalista próprio era uma ideia que Savimbi nutria – segundo o relato de José Kalundungu presente na obra de N’Ganga (2008, p. 183) – desde os tempos em que integrou os quadros de direção da UPA-FNLA durante a primeira metade da década de 1960. As divergências ideológicas que o ovimbundo mantinha em relação aos movimentos de Neto e Roberto incentivaram Savimbi a buscar apoio logístico para dar início a sua organização nacionalista. Como relatou Miguel N’Zau Puna, na matéria do *Jornal de Notícias* angolano (FERREIRA, 1994), Savimbi foi categórico em declarar, ainda enquanto membro do movimento de Roberto, que “nem a FNLA, nem o MPLA; não servem. Eles têm os escritórios aqui, no Congo, fora de Angola, portanto. Estão bem instalados e deixam os

camponeses angolanos entregues a si próprios”. A luta em defesa das massas camponesas de Angola era algo a ser desenvolvido com certa urgência para Savimbi, e o patrocínio para essa causa viria, justamente, de uma república fundada sobre a ideia da força política do campesinato.

Graças às simpatias e ao apoio financeiro recebidos do governo da República Popular da China (RPC), Savimbi partiu em direção ao Extremo Oriente levando consigo, em finais de 1965, onze de seus homens mais próximos. Importantes figuras políticas que atuariam em postos-chave da futura UNITA estavam presentes entre os viajantes com destino à China. Recepcionados pelas autoridades do governo de Pequim, homens como Tiago Sachilombo, Samuel Chiwale, José Kalundungu e Miguel N’Zau Puna receberam (GUERRA, 2002, p. 42), durante alguns meses, treinamento ideológico e militar para conduzir ações de guerrilha contra as tropas coloniais portuguesas em Angola (FERNANDO, 2012, p. 83). A ida à China e a subsequente imersão nas teorias comunistas de Mao iriam moldar, permanentemente, a persona política de Savimbi. Entretanto, é importante ressaltar que, mesmo antes de ter contato direto com quadros auxiliares do regime maoista – e com o próprio Mao Zedong em 1967 (FERNANDO, 2012, p. 83) –, o ovimbundo expôs algumas convicções políticas que se assemelharam, em muito, a certas *guidelines* teóricas do maoísmo.

Assim como Mao, Savimbi também teve pleno contato com as obras que continham as ideias e teorias formuladas pelos grandes intérpretes do pensamento marxista do século XX. Contudo, as semelhanças e a adoção das ideias do revolucionário chinês por Savimbi transcendem o simples aspecto de compartilhamento de uma mesma fonte teórico-ideológica de pensamento. A aceitação de algumas das práticas teóricas do maoísmo pelo ovimbundo inseriram-se em um espectro contextual maior de similitudes geopolíticas entre as terras natais dos dois líderes revolucionários. Portanto, Savimbi não se converteu às teorias de Mao da noite para o dia, muito menos durante seu périplo às terras chinesas. Desde as primeiras cartas enviadas para o MPLA e a UPA-FNLA no início dos anos da década de 1960, Savimbi já expunha algumas importantes semelhanças com o pensamento político-nacionalista elaborado por Mao Zedong em suas obras.

Figura 8 – Propaganda do Partido Comunista Chinês aos povos africanos



Fonte: Madmenart (2017).

Em uma das cartas de Savimbi enviada à organização de Holden Roberto – presente nos anexos da obra de Emídio Fernando (2012, p. 324) –, o ovimbundo explicita, em fevereiro de 1961, claros traços de aproximação ideológica a algumas das diretrizes teóricas trabalhadas pelo maoísmo. A primeira delas vem na forma de uma crítica à polarização dos esforços de liderança na luta para independência do território angolano e a inexistência de uma frente única nacionalista em Angola. Dirigindo-se a Holden Roberto, Savimbi declarou estar “bastante chocado ao saber que existem diferendos, entre a UPA e o MPLA [...] seja qual for a origem das dissidências, ela é inferior quanto ao objetivo a atingir” (SAVIMBI, 1961 apud FERNANDO, 2012, p. 325). Em suas obras, Mao deixou bem clara a necessidade da busca de uma frente unificada para a conquista dos objetivos políticos do Partido Comunista Chinês (PCC): “*sólo manteniendo firmemente el frente único nacional podremos vencer las dificultades, derrotar al enemigo y construir una nueva China.*” (TSÉ-TUNG, 1974, p. 206). Contudo, o chinês também declarou que, mesmo que o objetivo da frente fosse único, os

partidos ou movimentos que a compunham deveriam conservar – em especial, o PCC – sua independência ideológica, política e organizacional (TSÉ-TUNG, 1974, p. 206).

Em seguida, ainda na carta de 9 de fevereiro de 1961, Savimbi tocou em um outro importantíssimo ponto que remete à semelhança entre seu discurso e uma das bases de diretriz teórico-nacionalista proposta pelo líder revolucionário chinês. Segundo Mao (1974, p. 216), a vitória sobre o imperialismo japonês²³ dependia, também, de um esforço coletivo dos membros do PC chinês em estudar a importância da riqueza do patrimônio milenar de sua história nacional e integrá-la a uma metodologia marxista de visão de mundo.

La China de hoy proviene de la China del pasado [...] Como marxistas, los comunistas somos internacionalistas; pero sólo podremos poner en práctica el marxismo integrándolo con las características específicas de nuestro país e imprimiéndole una forma nacional. La gran fuerza del marxismo-leninismo está precisamente en su vinculación con la práctica revolucionaria concreta de cada país. Para el Partido Comunista de China, eso supone aprender a aplicar la teoría del marxismo-leninismo a las circunstancias específicas de China. (TSÉ-TUNG, 1974, p. 216).

Savimbi também foi muito direto ao creditar grande valor à importância política da interpretação e adaptação das teorias nacionalistas oriundas de terras estrangeiras às necessidades e particularidades, não só do continente africano, mas, especificamente, de Angola. Novamente, o ovimbundo direcionou suas críticas aos movimentos de Neto e Roberto ao dizer que “seja qual for a ideologia que rege cada um dos partidos, ela não é africana. Foi importada [...] e somos obrigados a adaptá-la à nossa cultura e civilização se quisermos contribuir com algo sólido para nossa terra” (SAVIMBI, 1961 apud FERNANDO, 2012, p. 325). Essa postura que Savimbi teve perante a utilização de teorias e pensamentos políticos endógenos à realidade africana encaixou-se, diretamente, dentro da dialética ideológica africana entre modernidade e tradição. Em uma escala mundial maior, reflete as dualidades presente no pensamento intelectual do mundo pós-colonial entre modernismo teórico homogeneizante (europeu) e o particularismo heterogêneo do tradicional (CHATTERJEE, 2008, p. 94). Para o ovimbundo, por mais que as teorias nascidas da modernidade europeia fossem de extrema

²³ O solo da costa leste chinesa foi, entre as décadas de 1930 e 1940, palco de uma sangrenta campanha militar promovida pelas tropas imperiais japonesas. Visando expandir seu domínio territorial sobre a região, o governo imperial nipônico invadiu a República da China em 1937. Na época, o território chinês passava por um período de profundas divisões políticas internas. O governo central do Partido Nacionalista de Chiang Kai-shek vivia em conflito direto com poderosos chefes regionais e algumas forças de guerrilha que simpatizavam com Mao Tsé-tung. Após a invasão japonesa, Mao e seu Partido Comunista puseram em prática suas políticas revolucionárias e se aliaram, momentaneamente, com o Partido Nacionalista para, ao final de 1945, derrotar as tropas imperiais de Tóquio. Para mais sobre a história contemporânea chinesa, cf. EVANS (1989).

utilidade para a organização de uma nova nação angolana, o peso do tradicional ainda era algo que não poderia ser simplesmente posto de lado ou abandonado. A própria criação de Savimbi dentro de uma realidade permeada pelos costumes tribais de sua região contribuiria para uma maior consciência quanto à importância do lado tradicional da dialética africana. Da mesma forma que Mao, Savimbi viera de um *background* campestre, e afastado das conjunturas sociais e políticas que formaram a elite crioula urbana e moderna, no caso angolano, da capital Luanda (CAHEN, 2012, p. 14).

O caráter interiorano da criação de Savimbi e sua proximidade à realidade campestre de Angola também garantiu ao ovimbundo uma forte inclinação às teorias maoístas referentes à luta de guerrilha ao lado do “povo”. A palavra povo aparece entre aspas pois, seguindo as predileções políticas de Savimbi, seu povo era, acima de tudo, formado pelo amálgama demográfico de etnias que compunham os campestres do interior do território angolano. Segundo o cubano Carlos Moore (CARDOSO, 2010), Savimbi era, em 1964, “muito confiante nos métodos de guerrilha chinesa, e queria implementá-los em Angola. Savimbi dizia que a fraqueza do MPLA residia no facto dos seus dirigentes não serem capazes de combater no meio do povo e morrer com ele”. A crítica de Savimbi em relação à distância entre os membros da direção do MPLA e o “povo angolano” relacionava-se com uma diretriz maoísta muito clara. De acordo com um dos princípios de luta revolucionária, cunhado por Mao (1974, p. 204), os comunistas devem, entre as massas populares, “*comportarse como sus amigos y no como sus superiores, como maestros infatigables y no como politiqueros burócratas*”. O ovimbundo não somente antipatizava com a postura política tomada pelo MPLA – dirigir a luta de libertação de Angola a partir do exterior (Brazzaville, Lusaka, Conakry) –, como também sabia que, ao final dos anos 1960, essa tática fazia o MPLA contar com um apoio ínfimo das populações interioranas do país (PÉLISSIER, 2009, p. 309). Era necessário, para conquistar o apoio das populações rurais, adentrar nas matas de Angola e lutar – literalmente – ao lado do povo.

Por volta da metade final do ano de 1965, o ovimbundo buscou por formas mais concretas e incisivas de pôr em prática seus planos políticos. A materialização de seus anseios dependia, naquele momento, de seu retorno imediato a sua terra natal, e de sua dedicação exclusiva à manutenção de um movimento de libertação popular dentro do solo angolano. Em novembro de 1965, Savimbi decidiu que era o momento certo de recrutar mais homens para acompanhá-lo em seu projeto de retorno à Angola. O ovimbundo rumou à Tanzânia para tentar sua sorte nessa nova empreitada. Liderada por Julius Nyerere²⁴, a Tanzânia independente

²⁴ Julius Nyerere foi o primeiro presidente da Tanzânia (antiga Tanganica) em 1961. Fundador do movimento nacionalista da União Nacional Africana da Tanganica em 1954, Nyerere conseguiu conquistar a confiança popular

abrigava alguns dos maiores centros de treinamento e auxílio para ativistas africanos. Todos aqueles que praticassem uma luta de libertação contra seus algozes coloniais eram bem-vindos a frequentar, por exemplo, a histórica base de Kongwa. Nessa localidade, Savimbi recrutou, discretamente, em torno de 18 angolanos que demonstraram interesse em trabalhar pelas causas propostas pelo futuro líder da UNITA (FERNANDO, 2009, p. 86).

Em seguida, o ovimbundo e seus seguidores mais próximos arquitetaram um plano de regresso clandestino à Angola. Sairiam da Tanzânia em direção à Zâmbia, então, atravessariam o país de Kenneth Kaunda e ingressariam em território angolano pela fronteira oeste do país. Infelizmente, para Savimbi, seu plano viria a fracassar logo no seu início. Com a precoce prisão de um de seus companheiros na fronteira com a Zâmbia, Savimbi contemplou a possibilidade do rápido insucesso de sua empreitada. Para contornar a situação, sob o pretexto de que queria tentar conciliar os dois movimentos de Angola (MPLA e FNLA), Savimbi pediu apoio ao egípcio Nasser e o zambiano Kaunda para realizar tal feito (FERNANDO, 2012, p. 87). Segundo Emídio Fernando (2012, p. 88-89), Savimbi tinha completa noção de que a realização de um encontro como esse seria praticamente impossível de ser realizado. A real intenção do futuro líder da UNITA era outra. O ovimbundo quis utilizar o tempo dispendido com as negociações entre os movimentos e as autoridades zambianas para poder transportar alguns de seus principais apoiadores para dentro de Angola. Em 18 de dezembro de 1965, com a exceção de apenas um de seus homens mais próximos, os “savimbistas” – apelido dado aos homens de confiança do ovimbundo – conseguiram, finalmente, reunir-se em solo angolano. Durante o restante daquele mês e pelas matas do extremo oeste da província do Moxico, os homens de Savimbi conduziram palestras noturnas clandestinas por inúmeros pequenos povoados e aldeias da região²⁵.

de negros nativos e colonos brancos que habitavam o país durante o final da década de 1950. Negociando com a administração colonial britânica, o tanzaniano trabalhou para que, em 1961, seu país se tornasse uma entidade governamental livre e independente (FAGE, 2010, pg. 504). Nyerere também foi o fundador de uma importante ideologia política apelidada – pelo próprio líder africano – de *Ujamaa* (ou “família” em Suaíli). Essa diretriz política implementada pelo presidente da Tanzânia em sua terra natal sofreu forte influência das teorias de Mao Zedong. Inclusive, a partir da *Ujamaa*, Nyerere foi um difusor, para além de seu país, de um conceito próprio de “socialismo africano”. Ideologia essa que mesclava questões tradicionais das populações nativas do continente – em especial, da própria Tanzânia, para o caso de Nyerere – com alguns pontos teóricos do maoísmo. Para mais sobre a *Ujamaa* e sua relação ideológica com o maoísmo, cf. LAL, (2014).

²⁵ Em um documentário produzido pela televisão portuguesa (RTP, 2012), Samuel Chiwale – antigo membro da UNITA – revelou que a opção do movimento por dar início a sua guerra no leste do país foi, acima de tudo, uma indicação direta dada por Mao Zedong a Jonas Savimbi. Chiwale foi um dos 11 membros da UNITA que acompanhou Savimbi durante a sua viagem à China em finais de 1965. O antigo guerrilheiro angolano afirmou que, em uma reunião, Mao teria indagado Savimbi sobre as estratégias da UNITA em relação a uma futura atividade revolucionária em Angola. O ovimbundo teria respondido que pretendia começar sua revolução a partir da região central do país, área de grande influência de sua própria tribo. O líder comunista chinês teria sido categórico ao afirmar que, devido à grande presença, não somente de colonos portugueses, mas de obras e cidade coloniais naquela região, a luta de guerrilha de Savimbi seria suprimida rapidamente. Portanto, devido à geografia

Savimbi tinha plena noção de que seu sucesso em consolidar um movimento nacionalista como uma terceira força política em Angola dependeria, principalmente, de sua atuação como liderança na conquista da simpatia das populações interioranas do país. As teorias elaboradas por Mao foram muito pontuais em relação à necessidade de uma proximidade constante ao povo para a manutenção da luta revolucionária nacionalista, e o ovimbundo fez total questão de se ater a elas. Entretanto, havia outras circunstâncias muito importantes que deveriam ser devidamente trabalhadas por Savimbi e seus seguidores para que eles pudessem obter sucesso em sua empreitada política. O “povo” que Savimbi deveria acompanhar e liderar era composto, na época, por uma massa demográfica pouquíssimo intelectualizada, e relativamente ignorante à situação política por que passava Angola e o restante do continente africano. Os encontros mantidos pelos “savimbistas” com as populações rurais da zona leste de Angola acabaram por ser vitais, não somente para a disseminação das intenções políticas do grupo, mas, também, para a consolidação de outra importante diretriz maoísta seguida por Savimbi e seu movimento:

Hablando en general, todos los militantes del Partido Comunista en condiciones de hacerlo deben estudiar la teoría de Marx, Engels, Lenin y Stalin, nuestra historia nacional y la situación y tendencias del movimiento actual, y, al mismo tiempo, contribuir a educar a los militantes con un nivel cultural relativamente bajo. (TSÉ-TUNG, 1974, p. 215).

Como havia orientado o revolucionário chinês em seus livros (1974, p. 214), Savimbi fez questão de direcionar seus esforços para preconizar os ensinamentos dos grandes ícones do pensamento socialista e comunista entre seus homens mais próximos e as populações das quais queria conquistar apoio. Todavia, como referenciado anteriormente, essa tarefa necessitaria de uma didática voltada às particularidades e necessidades daqueles povos que Savimbi almejava arrebanhar (SAVIMBI, 1961 apud FERNANDO, 2012, p. 325). Aquelas populações viviam uma realidade africana, ou melhor, angolana. Não havia operários na mata, nem fábricas ou grandes complexos industriais. O tão repetido “proletariado” das obras de Marx, por exemplo, poderia ser encontrado na distante Luanda ou em Nova Lisboa (Huambo), mas não nas pequenas cabanas dispersas pelo mato do leste angolano. As populações que residiam dentro da zona de operação do grupo de Savimbi compreenderiam, no início do ano de 1966, a

de Angola, o leste seria a melhor opção para a UNITA dar início a suas operações de guerrilha. A província do Moxico era, durante os anos de 1960, uma *frontier* angolana pouco habitada por colonos brancos e sem quase nenhuma grande obra de infraestrutura (apenas o Caminho de Ferro de Benguela). Nessas terras, seguindo as supostas ordens de Mao, Savimbi deu início a sua luta revolucionária em Angola.

importância da “união dos trabalhadores” tão bem quanto a letra de alguma música feita pelos Beatles. Os moradores da mata eram, além de simples camponeses, fortemente arraigados a determinadas tradições de origem cultural própria. Assim como em outras inúmeras localidades rurais angolanas da década de 1960, as populações levavam suas vidas dentro de *ethe* culturais muito específicos, e dentro do aspecto que permeou a polaridade tradicionalista da dialética nacionalista africana (KI-ZERBO; MAZRUI; WONDJI, 2010, p. 567). Cada aglomeração populacional interiorana – fosse ela caracterizada nominalmente como “tribo” ou não – apresentava seus costumes e credos que eram seguidos religiosamente. Savimbi também havia nascido dentro de uma realidade rural composta por costumes tribais muito particulares. O caráter do ovimbundo foi, portanto, moldado por inúmeras experiências inseridas dentro das especificidades das tradições regionais angolanas. Em tempo, os ensinamentos de Mao Zedong propiciaram alguns dos apetrechos ideológicos mais importantes para a condução dos anseios políticos do ovimbundo para com vários povos do interior de Angola.

Faltava ainda, em meados do início do ano de 1966, apenas a oficialização dos esforços políticos do ovimbundo na figura de uma organização nacionalista formal. Bem instalados pelas matas do extremo leste angolano, os “savimbistas” foram construindo, rapidamente, uma rede de contatos e alianças com diversos povoados nativos da região. O esforço conjunto entre Savimbi e seus homens para a implementação de das teorias de Mao em contato com o povo interiorano logrou ao grupo um pequeno apoio local. Em março de 1966, finalmente, os anseios de Savimbi para a libertação de Angola do colonialismo português iriam se materializar.

2 O MAIS-VELHO E O DOUTOR

2.1 FIAT UNITA

Figura 9 – Bandeira da UNITA



Fonte: Global Security (s.d.).

Em março de 1966, o séquito de seguidores de Savimbi ainda contava com poucos membros, mas já havia crescido significativamente desde a saída do ovimbundo da Tanzânia e o apressado regresso à Angola. As palestras que foram conduzidas pelos “savimbistas” nas matas do leste angolano produziram, em poucos meses, frutíferas alianças entre o grupo e algumas populações da região. Para Savimbi, era mais que chegada a hora de oficializar seus esforços como líder de uma organização nacionalista independente. Por volta de 7 de março daquele ano, o ovimbundo ordenou a convocação imediata de todos os seus “comandantes” para um encontro na localidade de Muangai (na província de Moxico). Apinhados em volta de uma tenda encravada no meio das matas do leste angolano, mais de uma centena de pessoas presenciaram, em 13 de março de 1966, a fundação da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). Esse seria o primeiro congresso da história da UNITA, e marcaria o início “formal” de Jonas Savimbi como seu líder máximo (FERNANDO, 2012, p. 12). Refere-se ao 13 de março de 1966 como a data de início formal da organização de Savimbi, devido a sua indicação na constituição do movimento (SAVIMBI, 1979, p. 166). Todavia, segundo o

próprio Savimbi (1979, p. 19), a UNITA teria sido realmente concebida por ele e Tony da Costa Fernandes no ano anterior, em princípios de 1965 e na Suíça.

Presente em anexo em uma das obras produzidas pelo próprio Jonas Savimbi, a constituição original do movimento revelou – mesmo datada do III Congresso da UNITA em agosto de 1973 (SAVIMBI, 1979, p. 172) – importantes aspectos da ideologia nacionalista da organização em seus anos iniciais. O documento constitucional elaborado pelo movimento de Savimbi procurou delimitar, em oito artigos diferentes, seus principais parâmetros de atuação política perante a luta de libertação de Angola. Portadora de uma perceptível inspiração marxista-maoísta, a constituição da UNITA demonstrou, sob as diretrizes enumeradas no seu artigo terceiro, um teor nacionalista de viés político muito modernista. O primeiro ponto presente no artigo nomeado de “Os Objectivos Imediatos da UNITA” (SAVIMBI, 1979, p. 169) fez questão de clamar pela mobilização “de todos os Angolanos, especialmente dos camponeses, operários e intelectuais revolucionários, de modo a estabelecer uma base sólida para a luta de libertação nacional”. Em seguida, denunciou prontamente os malefícios do tribalismo para essa ideia de base demográfica como um “inimigo latente da unidade nacional”.

O documento constituinte da UNITA não procurou especificar, de forma alguma, os detalhes referentes ao termo “tribalismo”, e como que esse conceito se configuraria como uma ameaça aos objetivos políticos do movimento. Os organizadores daquele texto tiveram apenas o cuidado de posicionar a UNITA como um movimento contrário às ideias de predileção tribal de algum grupo étnico específico de Angola. A delimitação conceitual desse termo talvez tenha remetido, também, à percepção conjuntural dialética da tensão entre pluralismo e nacionalismo apontada pelo trabalho de Joseph Ki-Zerbo, Ali Mazrui e Christophe Wondji (2010, p. 578). Essa tensão se materializa no caso da UNITA uma vez que, por mais que tenha se declarado oficialmente contra o tribalismo (nacionalismo unitário), apenas a partir do respeito e da perpetuação de uma identidade de contato com o tradicionalismo (pluralismo) dos povos interioranos – proeminentemente seguidores de valores tribais – é que a UNITA conseguiu se legitimar, politicamente, pela região centro-sul de Angola. A organização de Savimbi manteve, literalmente, duas linhas discursivas nacionais distintas, uma no papel, e outra em suas ações.

Dentro do aspecto de ação pragmática, o movimento de Savimbi visou à criação de uma nova ideia de nação a partir do patrocínio da união de antigas identidades étnicas presentes no centro-sul do país. Essa conjunção de povos em uma unidade nacional só poderia ser realizada, na percepção de Savimbi, com base no fomento ideológico de alguns pontos de identificação mútua entre às etnias e seu movimento. A UNITA empreendeu, portanto, um arrebatar político de antigos – mas sempre presentes – sentimentos de identidade étnica e

tribal para construir uma nova perspectiva de nação angolana. Contudo, é preciso deixar claro que essa “nova nação” não passaria de uma remodelação discursiva e política de inúmeros sentimentos identitários preexistentes no amálgama de etnias do território angolano. As partes da composição de uma nova ideia nacional já existiam, mas necessitariam de um programa político aos moldes modernos para que elas pudessem ser sistematizadas em um conjunto unitário que respeitasse, conjuntamente, o pluralismo tradicional. A simples substituição forçada de um largo conjunto de diretrizes tradicionais que eram mantidas por esses povos poderia causar, como colocou Tom Mboya (1986, p. 69) – figura política muito estimada por Savimbi –, “[a] *vacuum that the African might find he had nothing to stand upon and become a most bewildered person in this modern world*”.

Outro ponto da constituição da UNITA que merece maior atenção e análise é o artigo quatro, que propôs a formação de uma “Frente Unida Democrática de Angola” (SAVIMBI, 1979, p. 169-170). O quarto artigo presente no documento constituinte da organização de Savimbi revelou fortes traços da influência das diretrizes revolucionárias maoistas na constituição ideológica do movimento. Novamente, os antigos anseios do ovimbundo em relação a uma possível união de todos os movimentos de libertação de Angola em uma só frente foi posta em evidência. Segundo o texto da constituição, naquele momento, “A unidade de todas as forças combatentes em Angola para a independência nacional é necessária para a vitória.” (SAVIMBI, 1979, p. 169). Como relatado no início da década de 1960 em uma carta direcionada ao movimento de Holden Roberto (SAVIMBI, 1961 apud FERNANDO, 2012, p. 325), Savimbi foi direto ao pontuar sua preocupação em relação à polarização política entre MPLA e UPA no cenário da luta de libertação de Angola. Em 1966, já com a formação de seu movimento consolidada, o ovimbundo poderia dar prosseguimento a proposta maoista de que “*Solo manteniendo firmemente el frente único nacional podremos vencer las dificultades, derrotar al enemigo y construir una nueva China.*” (TSÉ-TUNG, 1974, p. 206), no caso, uma nova Angola.

Dividido em cinco pontos principais, o restante do quarto artigo reivindicou, além da já exposta necessidade da união dos movimentos nacionalistas angolanos, a procura da inserção da UNITA em uma frente internacional, não só africana, mas mundial, com a finalidade de “salvaguardar os interesses da paz, liberdade, democracia e socialismo.” (SAVIMBI, 1979, p. 170). Essas palavras expostas no documento constitucional do movimento fizeram parte, acima de tudo, de uma intenção de reconhecimento da organização por possíveis estados aliados que compartilhassem dos mesmos predicados ideológicos marxistas da UNITA. O “internacionalismo” foi um conceito marxista trabalhado tanto por Joseph Stalin quanto por

Mao Zedong, importantes figuras que permearam, ideologicamente, a construção política da organização de Savimbi. De um lado, segundo o líder soviético, os movimentos de libertação presentes nos países oprimidos pelo imperialismo deveriam empregar políticas contrárias a sentimentos nacionalistas de isolacionismo ou insularidade. Pois, para Stalin (1970, pg. 560), esses movimentos deveriam compreender que sua luta estaria intrinsicamente envolvida em um contexto internacional maior de luta de classes entre o proletariado e as elites imperialistas opressoras. De outro, por mais que Mao Zedong também tenha dado grande relevância à questão do “internacionalismo” da luta de classes, o líder do PC chinês apontou a importância, para o caso chinês, dos sentimentos voltados a uma ideia de pátria. Percebendo a questão da libertação chinesa do imperialismo japonês sobre uma ótica de construção nacional, Mao afirmou que “*Somos a la vez internacionalistas y patriotas, y nuestra consigna es ‘Luchar contra el agresor en la defensa de la patria’.*” (TSÉ-TUNG, 1974, p. 202). A UNITA ecoou as concepções maoistas em sua agenda política ao tomar para si a importância da luta de legitimação nacional em conjunto ao aspecto ideológico marxista superior de luta internacional contra o imperialismo. O documento de caráter constitucional da organização de Savimbi deixou claro, portanto, que, em seus anos iniciais, prosseguiria sob uma ótica de políticas nacionalistas vigorosamente inspiradas nas interpretações teóricas de Stalin e Mao. Mas, como o próprio Savimbi já havia relatado anteriormente, as teorias endógenas utilizadas em terras angolanas deveriam seguir adaptações às necessidades locais.

Infelizmente, para Savimbi, a situação que se seguiu aos primeiros anos de vida de seu movimento foram muito pouco frutíferos. A quase inexistência de apoio financeiro internacional substancial impossibilitava o movimento de, por exemplo, adquirir os mais básicos suprimentos para a luta contra as forças coloniais portuguesas (FERNANDO, 2012, p. 13). Armamento leve, munições, fardamento camuflado e rações seriam, nos primeiros meses de 1966, sonhos distantes para os poucos soldados das tropas da UNITA. A subsistência de grande parte do pessoal da organização teve que ser mantida, inicialmente, pelo mesmo povo que, segundo Mao, seria a ferramenta-chave para o prosseguimento e sucesso da luta da organização em Angola. Savimbi dependeu, em muito, da simpatia e da boa vontade das populações das matas do Moxico.

Traçados os caminhos iniciais a serem tomados pela organização, o jovem e voluntarista Savimbi deu início, na metade final de 1966, às primeiras operações de guerrilha da UNITA. Entre os meses de setembro e dezembro daquele ano, os soldados do movimento atacaram alguns poucos e pequenos postos militares portugueses no extremo leste da província de Moxico. No Natal de 1966, os homens de Savimbi conseguiram se infiltrar, a partir de uma

operação militar, na vila de Luau (antiga Teixeira de Sousa) quase na fronteira com a Zâmbia. A escaramuça dos soldados da UNITA resultou na morte de um agente local da PIDE. Mesmo o pequeno êxito dos soldados da UNITA foi bem aproveitado e usado como uma peça de propaganda política para a promoção do próprio movimento (GUERRA, 2002, p. 53). Os soldados da UNITA contavam com pouquíssimo – ou quase nenhum – equipamento apropriado para executar tais operações. Carentes de uniformes, suprimentos e mesmo armas de fogo, qualquer vitória contra a presença militar portuguesa na região seria motivo de comemoração.

As operações de campo postas em prática por Savimbi nas matas do Moxico intensificaram-se no início do ano de 1967 (FERNANDO, 2012, p. 93). Em março, os homens de Savimbi executaram um ataque de sabotagem contra a maior linha férrea de Angola, o Caminho de Ferro de Benguela (CFB) (GUERRA, 2002, p. 53). A investida de Savimbi contra uma das maiores fontes de renda do governo português em Angola foi um tiro que saiu pela culatra. A grande linha de trem que ainda corta Angola de leste a oeste era de extrema importância para o escoamento atlântico de diversas *commodities* vindas de países vizinhos como Zâmbia, Rodésia e Congo-Kinshasa. A intervenção militar de Savimbi a um recurso de infraestrutura tão vital para a vizinha Zâmbia ocasionou um enorme e quase irreversível desgaste diplomático entre a UNITA e o governo de Lusaka. Segundo Guerra (2002, p. 53), Savimbi teria negado qualquer envolvimento direto com os assaltos realizados ao CFB em março de 1967. O ovimbundo chegou ainda a afirmar que, durante o acontecido, se encontrava ausente de Angola. Realmente, em algum momento da primeira metade do ano de 1967, Savimbi viajou à China em busca de apoio logístico e material para a condução de sua luta no interior angolano (FERNANDO, 2012, p. 94). Contudo, é muito difícil de acreditar que o líder da UNITA tivesse qualquer isenção moral ou desconhecimento “completo” em relação à sabotagem ao CFB.

Figura 10 – Linhas férreas de Angola



Fonte: Stratfor (s.d.).

Depois de uma breve passagem pela China, Savimbi regressou ao continente africano para dar prosseguimento as suas atividades de guerrilha na mata angolana. O líder da UNITA atravessaria, novamente, a fronteira leste do país e voltaria a se reunir com seus simpatizantes nas matas do Moxico. Entretanto, em Lusaka, o ovimbundo foi surpreendido com uma ordem de prisão promulgada pelas autoridades zambianas. Segundo o próprio Savimbi (GUERRA, 2002, p. 53), seu aprisionamento foi, simplesmente, resultado de algumas desavenças diplomáticas entre ele e o presidente Kenneth Kaunda. Os ataques ao CFB – fato que Savimbi sempre negou envolvimento – custaram-lhe dez dias de aprisionamento na Zâmbia.

Sem ter como retornar à Angola, o presidente da UNITA decidiu buscar, novamente, em julho de 1967, amparo político no Egito de Gamal Nasser. Mesmo exilado de sua terra natal e longe do contato com o campesinato, Savimbi arquitetou a criação – com auxílio de Tony da Costa Fernandes – do Conselho Superior Exterior, órgão que mobilizaria esforços para dar continuidade à atuação do movimento na luta de libertação de Angola (FERNANDO, 2012, p. 96). A ausência de Savimbi nas matas de Angola acarretaria, entre 1967 e 1968, as primeiras deserções e dissidências dentro movimento. Sem a presença de seu líder carismático, alguns comandantes da UNITA viram-se desmoralizados e sem condições de dar continuidade à luta

contra o governo colonial lusitano (FERNANDO, 2012, p. 94). Fatos como sua prisão, exílio e a perda de preciosos camaradas fariam o ovimbundo considerar o ano de 1968 como um dos mais “importantes” da história da UNITA (VINÍCIUS; SALDANHA, 1977, p. 30), e com razão. O aprisionamento e o exílio foram dois grandes baques na vida pessoal e política do presidente da UNITA. A sua falta de tino diplomático e imprudência em não considerar os resultados geopolíticos de um ataque ao CFB levaram o movimento a uma situação política e militar complicada. O entusiasmo arrebatador do jovem Savimbi resultou em uma quase extinção de seu movimento: aquele era o *point of no return* para o ovimbundo. Sempre tão onipresente entre seus quadros e camaradas, Savimbi estava, naquele momento, ausente. Era urgente a busca de uma maneira de regressar à Angola. A volta ao contato direto com seus simpatizantes e com o campesinato era mais do que necessário. Além disso, novas estratégias para a luta de libertação de Angola teriam de ser postas em prática.

Em meados de julho de 1968, depois de alguns meses exilado no norte do continente, Savimbi conseguiu regressar a sua tão estimada terra angolana. Graças ao valioso apoio de simpatizantes na Zâmbia, o líder da UNITA conseguiu cruzar a fronteira entre os dois países, dessa vez, sem maiores complicações com as autoridades de Lusaka. De volta às matas do leste angolano, Savimbi reencontrou-se com importantes figuras de liderança dentro de seu movimento. Apressadamente, organizou os últimos pontos de planejamento para a realização do II Congresso Ordinário da UNITA para agosto de 1969 (FERNANDO, 2012, p. 97). Havia muito para ser feito, e muitos problemas que acometiam o movimento precisavam ser remediados da forma mais rápida possível. A UNITA encontrava-se internacionalmente isolada, sem suprimentos e sem perspectivas de exercer um papel significativo no cenário de guerra contra as tropas coloniais portuguesas. Durante a primeira metade de 1969, até mesmo alguns de seus membros mais importantes desertaram, a exemplo de Thiago Sachilombo, que trocou as ordens de Savimbi por um cargo de comandante nas tropas de contrainsurgência da PIDE salazarista (GUERRA, 2002, p. 57).

O ovimbundo tinha o apoio de algumas populações do leste angolano; contudo, esse amparo resumia-se a não muito mais do que o recebimento de um punhado de víveres e, quando possível, abrigo na mata para os membros do movimento. Devido às inconsequentes atividades de sabotagem sobre o CFB, a frágil aliança com o gabinete presidencial zambiano foi desfeita, e um vital aliado político perdido. Entre os anos de 1969 e 1970, a incipiência da atividade de guerrilha da UNITA em Angola não garantiu, tampouco, expressão política e qualquer subsequente poder de barganha para com o governo de Kaunda. Com relação aos contatos com os dirigentes maoístas de Pequim, a aliança entre a UNITA e a República Popular da China

ainda era viva. Contudo, para infelicidade de Savimbi, o auxílio chinês a sua organização era demasiadamente precário, e qualquer esperança para com uma intervenção mais incisiva do governo de Mao no sul do continente africano seria uma realidade muito remota. Ao sul, os contatos com a *South West Africa People's Organization* (SWAPO) – movimento de libertação da Namíbia – eram esporádicos e resultavam em quase nada. A repressão da polícia paramilitar *Koevoet* sul-africana e as atividades militares conjuntas entre o governo colonial português e a África do Sul frustraram qualquer tentativa de cooperação entre as fronteiras. A ausência de aliados de maior expressão internacional e regional significava que, até um momento posterior, a UNITA estaria sem armas, munição e suprimentos para dar condução a qualquer atividade ou operação dentro de Angola. Savimbi estava, militarmente, ilhado nas matas do Moxico.

Quais opções tangíveis restavam a Savimbi? Desistir de tudo, abandonar a UNITA e buscar aquilo que seria um covarde exílio em algum país vizinho independente ou em terras distantes na Europa ou no Oriente? Render-se incondicionalmente às tropas portuguesas, admitir sua derrota e dar fim definitivo a mais de uma década de esforços políticos? Jamais! Havia muito a ser perdido, e o ovimbundo não abdicaria de seus anseios tão facilmente. Por mais que o movimento estivesse incapacitado de agir militarmente, ainda seria possível maquinar alguma aliança estratégica com algum ator político relevante à situação de Angola. As mãos dos soldados de Savimbi estavam atadas, mas as do líder do movimento não.

Quem poderia estender a mão em auxílio para a UNITA de Jonas Malheiro Savimbi naquele momento? Zâmbia, Egito e Pequim estavam longe de ser uma opção tangível. Por um lado, FNLA de Holden Roberto tinha apoio dos congolese, e mesmo de alguns setores do governo dos Estados Unidos. Por outro, os seguidores do MPLA de Agostinho Neto e Lúcio Lara podiam contar com algum auxílio do governo moscovita. A Guerra Fria seguia seu rumo, as duas organizações rivais cresciam, e a UNITA ficava cada vez mais para trás. A influência externa do complexo político bipolar do período ia se alastrando na realidade geopolítica angolana e a organização de Savimbi carecia de qualquer possibilidade de ter alguma *leverage* de poder naquela conjuntura.

Ironicamente, aquilo que iria salvar Savimbi era uma lógica política simples, maquiavélica, mas que acabaria por salvar a vida da UNITA como força política. O crescimento da FNLA e do MPLA era nocivo às pretensões políticas do governo colonial português, assim como para um maior desenvolvimento das ambições políticas da UNITA no território angolano. Como diz o provérbio “o inimigo de meu inimigo é meu amigo”, Savimbi decidiu por recorrer a um inimigo que seria um novo “amigo”: os portugueses.

2.2 MINHA MATA, TUA MADEIRA

António de Oliveira Salazar, primeiro ministro português e símbolo máximo do regime do Estado Novo lusitano sofreu, em 1968, um curioso acidente que marcaria o início de um período de mudanças na postura política do governo português. Após sofrer uma queda, Salazar entrou em um breve estado de coma que, durante os dois anos seguintes, deteriorou sua saúde e o levou ao falecimento. Incapacitado de exercer suas funções como primeiro ministro, o presidente Américo Tomás foi obrigado a encontrar um substituto que fosse capaz de preencher o papel político de Salazar. Segundo Kenneth Maxwell (2006, p. 46), Tomás decidiu por colocar um antigo protegido de Salazar no cargo, o professor de direito Marcello Caetano²⁶, em setembro de 1968.

Aos 64 anos, Caetano não pretendeu promover grandes reformas políticas ou econômicas em Lisboa. O novo primeiro ministro português foi cauteloso, procurou trabalhar em prol da modernização econômica do país, mas de forma lenta e cuidadosa (MAXWELL, 2006, p. 43). A herança econômica que Salazar havia deixado era de um Portugal agrícola, pouco industrializado e extremamente atrasado em relação ao restante da Europa Ocidental. Em 1936, no início político do Estado Novo, Salazar deixou muito claro que Portugal e suas colônias eram “antiparlamentaristas, antidemocratas, antiliberais [...]” (MAXWELL, 2006, p. 37). Os tempos eram, agora, outros, e Caetano determinou a seus ministros de economia que Portugal, assim como suas colônias, precisaria adequar-se a algumas das novas tendências do mercado internacional.

Os resultados das novas políticas econômicas da gestão de Caetano também foram sentidos em Angola durante o início da década de 1970. As pequenas mudanças estruturais postas em voga pelos ministros da economia do novo regime agravariam um sentimento de impotência econômica dos colonos brancos angolanos. Durante quase toda a década de 1960 (precisamente, entre 1960 e 1968), a balança comercial angolana permaneceu num déficit constante. O afluxo de insumos importados por Angola não foi acompanhado de uma baixa de exportações, pelo contrário, essas se mantiveram sem maiores flutuações. A incongruência numérica da balança comercial angolana foi resultado das inúmeras necessidades materiais provenientes de um *boom* desenvolvimentista posto em prática pelos colonos portugueses. O

²⁶ Marcello Caetano deu início a sua vida política dentro do regime do Estado Novo ainda entre os anos de 1944 e 1947, quando foi Ministro das Colônias portuguesas (sobre esse período da vida de Caetano, e sobre algumas posturas políticas mantidas por ele durante aquele mandato, cf. BARBOSA (2016)). Caetano assumiu o posto de presidente do Conselho dos Ministros em 1968, e foi o último homem a exercê-lo antes do golpe militar português de abril de 1974.

andamento da Guerra Colonial contra os movimentos nacionalistas insuflou um sentimento de progresso estrutural e econômico entre parte dos colonos. Somente em 1969 que a economia angolana indicou um saldo positivo em relação aos anos anteriores da década. (PÉLISSIER, 2009, p. 329). Angola ia se desenvolvendo em um ritmo invejável e as amarras econômicas do pacto colonial mantido com a metrópole lisboeta iam tornando-se, cada vez mais, um visível empecilho para as ambições dos brancos angolanos. De acordo com René Pélissier (2009, p. 329), os brancos em Angola²⁷ foram, durante muitos anos, impedidos de explorar ao máximo as potencialidades econômicas do território devido à debilidade da manutenção econômica da própria metrópole.

Deve-se sublinhar o facto de que Angola ser então o país africano a sul do Sara com a perspectiva mais risonha de desenvolvimento económico (além da África do Sul). Isto era conhecido em Luanda, Lisboa, Nova Iorque, Moscovo e, possivelmente, também em Pequim. (PÉLISSIER, 2009, p. 330).

Claramente, uma parcela do empresariado português estava cansada dos programas e políticas econômicas intervencionistas do regime salazarista mantido por Caetano. Estivessem esses homens em Portugal, ou em Angola, uma coisa era certa: o corporativismo econômico do governo português tornara-se um grave entrave para o desenvolvimento de seus interesses financeiros. Os asseclas do moribundo Salazar tentaram manter um equilíbrio político entre os desejos dos grandes grupos de monopólio lusitano e o empresariado mais liberal (embora sempre pendendo para vontades mais conservadoras e protecionistas). Franco Nogueira – Ministro dos Negócios Estrangeiros – deixou claro, no início da década de 1970, que seria impensável a aceitação de qualquer reivindicação liberal pelo governo português, “especialmente, as ligadas em acordos com a África” (MAXWELL, 2006, p. 51).

Londres, Paris e Bruxelas haviam renunciado, durante os anos da década de 1960, ao domínio de extensas porções de terra pelo continente africano. Ao contrário das outras já antigas potências coloniais, Lisboa mantinha-se agarrada com unhas e dentes a seus territórios na África. Com a possibilidade iminente da morte de Salazar, bastião do arcaico regime do Estado Novo, e o crescente descontentamento dos colonos brancos para com a administração colonial, os primeiros anos da década de 1970 parecem ter colocado antigas certezas lisboetas sobre o futuro colonial de Angola em xeque. As atividades das guerrilhas nacionalistas no interior do país também haviam seguido em uma constatação escalada, e o peso das vontades dos negros

²⁷ Para mais dados históricos sobre a presença branca em Angola, cf. PIMENTA (2008).

nacionalistas poderia adquirir, mais cedo ou mais tarde, uma dimensão insustentável para os enfraquecidos braços do governo português.

Em 1971, Angola contava com a segunda maior população branca do continente, atrás, somente, da África do Sul. Notadamente, os desejos de uma importante parcela dessa população eram entravados pelas políticas econômicas atrasadas de sua metrópole. O desgaste gerado por esse descontentamento poderia, num momento próximo, redundar em um governo angolano independente, ou, como questionou Douglas Wheeler na época (2009, p. 350), “um governo fantoche pró-português constituído por colonos e assimilados”. As possibilidades que o futuro poderia reservar para Angola eram bem sabidas, não somente por Savimbi, mas por outros membros influente da UNITA. Suponhamos que o movimento de Savimbi contasse com o fato de uma continuidade dos brancos em Angola, e que, decorrente disso, o futuro do país viesse a ser composto por um complexo amálgama social de raças. Com certeza, após uma transição de poder, os colonos brancos manteriam sua posição social hegemônica em relação ao restante das populações do país. Mas e se Savimbi portasse um poder político para com os portugueses? Afinal de contas, a simpatia de muitos povos do interior angolano repousava sobre os ombros do presidente da UNITA, e era claro que, caso o MPLA tivesse sucesso em suas empreitadas (seguindo aquilo que era propagandeado pelo partido), aos brancos só sobraria aquilo que o governo negro permitisse.

Entre os anos de 1969 e 1971, a UNITA viu-se em um grave estado de latência política e militar no leste angolano. A maneira encontrada para reverter a calamitosa situação do movimento viria, inicialmente, a partir da formação de contatos entre membros da direção da UNITA e influentes madeireiros portugueses da região do Moxico. Como relatou o principal encarregado da inteligência militar portuguesa do leste angolano, Fernando Passos Ramos, “Savimbi aliava-se ao diabo, se fosse possível que isso não prejudicasse a UNITA. Vem nos livros e manuais dele” (FERNANDO, 2012, p. 108). Garantir a aproximação de seu movimento às entidades portuguesas era uma questão-chave para garantir a própria sobrevivência da UNITA dentro do contexto de sua guerra anticolonial.

A expansão do conflito no leste angolano levou as autoridades militares coloniais a tomar novas medidas estratégicas para combater a expansão das atividades de guerrilha na região. Especialmente preocupados com o alargamento da área de atuação do MPLA, os militares portugueses criaram, em março de 1971, a Zona Militar do Leste (ZML). As tropas presentes nessa delimitação setorial geográfica seriam comandadas por Bettencourt

Rodrigues²⁸, homem que, segundo a historiografia (FERNANDO, 2012, p. 113), procurou enfrentar a Guerra Colonial por vias menos militarmente incisivas, ou mais “pacíficas”. Rodrigues foi um homem que preencheu um papel fundamental nas negociações políticas entre a UNITA e as autoridades colônias portuguesas nos primeiros anos da década de 1970. A partir de uma postura menos belicosa do alto comando militar da ZML, a organização de Savimbi teve maiores chances de dar início a suas aproximações diplomáticas com colonos e militares portugueses.

Os contatos mais pontuais entre membros da UNITA e os colonos portugueses tiveram início, segundo o trabalho compilatório do jornalista William Minter (1988, p. 33), em meados da metade do ano de 1971. Em setembro daquele ano, um membro da UNITA enviou, sob o pseudônimo de Edmundo Rocha, uma carta para o madeireiro português Zeca Oliveira. Nesse documento presente na obra de Minter (1988, p. 33-34), Rocha relatou o duro fato da existência de uma guerra em Angola e de como esse conflito estava afetando, negativamente, a economia do país. Em seguida, o angolano demonstrou que “eles”, no caso, a UNITA, estariam dispostos a limitar os danos causados por esse conflito. Por final, Rocha foi enfático ao assegurar Oliveira de que, caso os madeireiros seguissem algumas demandas do movimento angolano, nenhum imprevisto se abateria sobre as atividades madeireiras na região.

A resposta do português veio alguns poucos dias depois, e foi muito clara em alguns pontos. Oliveira replicou às palavras de Rocha em uma correspondência datada do dia 11 de setembro de 1971 (MINTER, 1988, p. 34). O português iniciou a correspondência alegando, com muita veemência, que a existência de uma guerra em Angola era, sobretudo, fruto das vontades de pessoas de má índole e nocivas à paz. Oliveira reconheceu, sem demora, que o contato por parte da UNITA se deu pelas dificuldades vividas pelo movimento, e o português deixou claro que ele e seu parceiro de negócios estavam aptos a buscar um diálogo entre as duas partes. Contudo, Oliveira afirmou que buscaria, conversar, apenas, sobre propostas construtivas e que visassem soluções a longo prazo. Rapidamente, o madeireiro deixou claro que aquele diálogo não era do conhecimento das autoridades portuguesas, fossem elas civis ou militares, mas afirmou que, uma cooperação honesta entre a UNITA e os madeireiros não seria vista com maus olhos pelo governo no futuro. O português ainda garantiu que ajudaria financeiramente o

²⁸ General José Manuel Bettencourt (ou Bethencourt) Rodrigues atuou em importantes cargos políticos e militares durante o mandato de Caetano à frente do governo português. Além de comandar a ZML de Angola, Bettencourt Rodrigues foi convocado para ser Ministro do Exército português entre os anos de 1968 e 1970, e governador da Guiné Portuguesa em substituição a António de Spínola em setembro de 1973. Sobre escritos do general em conjunto com outras figuras militares de grande importância para o corpo militar do Estado Novo (como Joaquim da Luz Cunha, Kaúlza de Arriaga e Silvino Silvério Marques) ver: CUNHA, J. et al. *África, a vitória traída*. Braga, Intervenção, 1977.

movimento de Rocha com uma soma mensal de 2 mil escudos, obviamente, se as atividades madeireiras na região do Rio Lungué Bungo não fossem afetadas.

*We will collaborate in the struggle against UPA and MPLA which are influenced by foreign countries attempting to ruin our Angola, making so many victims among the innocent population. Angola always belonged to the blacks and whites working together for the common good [...] Let us also work for growth and stop spying on each other in the bush so as to kill each other*²⁹. (MINTER, 1988, p. 35).

No trecho acima, ficaram expostas algumas das intenções colaborativas (e políticas) de Oliveira para com o pessoal da UNITA. Os movimentos de Roberto e Neto foram postos, na visão do madeireiro, como organizações-fantoches que, de maneira escusa, atuariam em prol das pretensões políticas das grandes potências internacionais da época³⁰. Além disso, houve a exposição de um desejo, por parte de Oliveira e de seu parceiro de negócios, de uma Angola pacífica, onde os povos, brancos ou negros, cooperariam para um futuro de bem comum. Obviamente, o empresário madeireiro e seus colegas de ofício almejavam, acima de tudo, a estabilidade política da região – e de Angola como um todo – por razões puramente de interesse comercial. A correspondência de Oliveira foi permeada de um discurso de teor político direto, mas muito raso. O madeireiro não deixou claro os pormenores de como seria possível a realização desse imperturbável futuro. Muito provavelmente, ele sabia que suas correspondências estariam sujeitas a interceptação e averiguação por parte dos quadros coloniais da DGS⁴¹. Qualquer detalhe de escrita que pudesse posicioná-lo como alguém contrário ao regime lisboeta seria estrategicamente omitido (demonstrações de descontentamento para com o governo aguçavam o faro das polícias de repressão do estado). Oliveira finalizou sua carta em tom de negociata: caso o lado de Rocha estivesse de acordo com as propostas apresentadas pelo madeireiro, ambos poderiam selar, por definitivo, seu apoio mútuo.

²⁹ Foi utilizada, para a realização deste trabalho, a obra de William Minter (1988) redigida em língua inglesa. Para não afetar o caráter das fontes, preferiu-se manter os trechos em seu formato original.

³⁰ A afirmação dada pelo madeireiro em relação às verdadeiras intenções políticas do MPLA e da FNLA é passível de grande debate em um espectro de análise política e historiográfica. Oliveira escreveu sobre uma determinada percepção política própria do manejo internacional da Guerra Fria e seu reflexo na conjuntura da Guerra Colonial angolana. Para este trabalho, importa, especialmente, a percepção deste estado da arte apresentado por Oliveira, e seu uso retórico para o estabelecimento de relações políticas entre os grupos de madeireiros do leste de Angola e o movimento dirigido por Jonas Savimbi.

³¹ Com a transição do mando de regime do Estado Novo, a administração de Marcello Caetano extinguiu a antiga PIDE e criou um “novo” órgão chamado de Direção-Geral de Segurança (DGS). A DGS manteve certas particularidades da PIDE, especialmente o caráter de polícia política repressora de qualquer organização ou indivíduo contrário às políticas do Estado Novo.

A carta seguinte – catalogada como documento de número 71/3 (datada de 14 de setembro de 1971) na obra de William Minter (1988, p. 36) – contou com um relato que pontua, precisamente, um momento de transição e remodelação política dos discursos de cunho nacionalista da organização de Jonas Savimbi. O objetivo de se aproximar dos portugueses se evidenciou, claramente, em um trecho da carta endereçada ao madeireiro português. Em um de seus parágrafos, Rocha coloca, de forma muito explícita, que a UNITA considerava como parte da “*angolan nation*” (MINTER, 1988, p. 37), não somente a maioria negra, mas, também, os brancos e mestiços residentes no país. Anteriormente a essa exposição, a organização de Savimbi não havia se posicionado de tal maneira em relação aos brancos que habitavam Angola.

According to our political outlook, not only those who were born and live here are considered Angolans, as far as white people are concerned, but all those who choose Angola as their motherland. (ROCHA, 1971 apud MINTER, 1988, p. 37).

Em 1970, 290 mil dos quase 5 milhões de habitantes de Angola eram de origem – designação racial e étnica – europeia (ENDERS, 1997, p. 96). Inclusive, muitos desses indivíduos sequer haviam nascido em solo angolano, eram fruto das vagas de migração oriundas da metrópole portuguesa após a Segunda Guerra Mundial. Ao se deparar com as dificuldades estratégicas de seu isolamento no interior do leste angolano, Savimbi promoveu, para concretizar suas intenções de aproximação com os portugueses, uma mudança contextual e propagandística de sua noção política para com a composição nacional de Angola. Os verdadeiros angolanos, no discurso da organização, não eram mais apenas os negros camponeses e intelectuais revolucionários, eram, também, (em 1971), os brancos. Além disso, uma importante constatação emergiu nas palavras de Rocha: ser de nacionalidade angolana extrapolaria espectros de identidade por herança etnocultural e adentraria, conjuntamente, em contextos processuais de escolha ou adesão. Portanto, o branco português emigrado de terras lusitanas estaria, de acordo com esse novo enunciado político da UNITA, incluso na estrutura social e nacional de Angola se, como posto na citação anterior, esse indivíduo aceitasse o país como sua “terra-mãe”.

Essa percepção de nação angolana exposta pelas palavras de Rocha manifestou uma visível adaptação política da organização de Savimbi em relação à condição dos brancos no país. Escolher Angola como nação seria, em âmbito ideológico, de um teor muito próximo a conceitos nacionalistas cívicos de origem moderna, em que o indivíduo adota, legalmente, uma determinada nacionalidade (SMITH, 1997, p. 23). Não compartilhando de um passado ou

cultura em comum com os nativos do território, os colonos portugueses em Angola não estariam inseridos em uma perspectiva de formação nacional por base, por exemplo, de identificação étnica e racial. Segundo as teorias modernas sobre nação cunhadas pelo filósofo e historiador francês Ernest Renan [1823-1892] (1997, p. 173), a existência de uma nação passa, principalmente, pela aceitação dos indivíduos em fazerem parte dela. Mesmo pondo grande importância na questão da existência de um passado comum como força de união popular em uma nação, o francês afirmou que as perspectivas de um futuro sob mesmo objetivo também catalisariam uma vontade de formação nacional ³². No caso angolano, a inexistência de um passado em comum poderia ser suprimida pelo sentimento coletivo de possuir “no futuro, um mesmo programa a realizar” (RENAN, 1997, p. 173). A perspectiva de um futuro próspero em comunidade seria o principal discurso propagandístico de Savimbi para garantir a confiança política dos colonos brancos de Angola.

Todavia, o teor de inclusão étnica e racial do discurso nacionalista da UNITA se revelaria, em dois documentos seguintes da lista de cartas compiladas por William Minter, como uma ideologia propagandística de valor puramente externo às verdadeiras confluências de ideais presentes no seio da organização. Endereçada a Zeca de Oliveira, a carta de Emundo Rocha escrita no dia 20 de setembro de 1971 foi, acima de tudo, um desabafo do angolano sobre a sua posição e *status* perante outros membros de sua organização (MINTER, 1988, p. 38-40). Rocha deu início a sua escrita confessando que tinha medo de que suas conversas com Oliveira fossem tidas pelos seus colegas como colaboracionismo direto e individual com os portugueses. Por ser um mestiço, Rocha revelou que tinha inúmeros problemas dentro da comunidade da UNITA. Devido à cor de sua pele e sua formação intelectual, o angolano era odiado por membros negros da organização, especialmente, por aqueles com pouca, ou nenhuma, formação intelectual.

O relato de Edmundo Rocha – pseudônimo de Sabino Candende, segundo João Paulo Guerra (2002, p. 65) – corrobora com a tese de que, a partir da aproximação da UNITA com os portugueses, a organização de Savimbi passou a atuar, notadamente, com mais de uma agenda de discurso nacionalista. Dentro dos quadros da UNITA, como bem revelou Rocha, pairava um

³² Historicamente, a tese do “plebiscito diário”, cunhada por Renan surgiu, notadamente, durante um período de grande conflito entre a França e o Reino da Prússia (Guerra Franco-Prussiana de 1870). As conclusões de Renan em relação ao nacionalismo postaram-se em oposição às mobilizações intelectuais e etnolinguísticas cunhadas por autores germânicos, como Johann Fichte. Ao contrário da questão germânica de nacionalismo relacionado à identificação por características em comum, Renan elaborou sua tese tendo em mente a resolução de nacionalidade por adesão. A proximidade histórica com o caso da anexação prussiana da região da Alsácia-Lorena e as decisões populares por pertencimento a uma nação, ou outra, se fizeram muito pertinentes dentro das análises cunhadas por Ernest Renan.

latente preconceito contra as atividades do próprio angolano em virtude de seu grau de instrução e da cor de sua pele. Essa atitude de certos quadros do movimento de Savimbi para com Rocha indicou, portanto, a existência de uma evidente dicotomia entre a postura política externa e interna do movimento. Enquanto os discursos para com os portugueses carregavam consigo um teor nacionalista de aceitação plural e moderna, as entranhas da organização eram permeadas por antigos sentimentos nacionalistas de origem pré-moderna, e fortemente arraigados em noções de identificação étnica. A UNITA passou a operar, a partir do início da década de 1970, em uma evidente dicotomia ideológica entre aquilo que era propagandeado para o mundo exterior, e aquilo que era mantido no íntimo da organização. Dentro de um contexto de *big picture* continental, a organização de Savimbi exprimiu a clara dialética nacionalista africana de existência entre um mundo moderno e um tradicional.

Segundo Anthony Smith (1997), os quadros internos da UNITA seguiriam uma ideia de nação baseada em um modelo de cunho étnico e “não ocidental”. De acordo com as palavras do intelectual britânico, “ao passo que o conceito ocidental [moderno] estabeleceu que um indivíduo deve pertencer a uma nação, mas pode escolher qual [...] o conceito não ocidental ou étnico não permite essa amplitude” (SMITH, 1997, p. 25). Contrário ao postulado de Ernest Renan (1974), os membros da UNITA – de maioria campesina e tribal – não contemplariam a existência de identificação nacional como uma escolha, mas sim, como um pertencimento pré-definido e inerente a uma conjuntura de compartilhamento cultural e racial. Enquanto que, de forma exterior, o “nacional” de vertente moderna era o palatável para os portugueses, o étnico e tradicional era o que circulava pelas vísceras da criatura que Savimbi havia criado. O sucesso da empreitada do ovimbundo dependeria, em muito, da sua habilidade em manter a dualidade de posturas nacionalistas da sua organização.

Em finais de 1971, informações mais concisas sobre os acordos traçados pela UNITA com os madeireiros portugueses chegaram aos ouvidos, não somente do comando supremo da ZML, mas, também, aos da direção da DGS angolana. Segundo João Paulo Guerra (2002, p. 66), em 9 de novembro de 1971, o brigadeiro Bethencourt Rodrigues despachou um ofício direto ao Comandante Chefe do exército português em Angola. Ciente das oportunidades estratégicas que poderiam ser obtidas a partir da nova conjuntura de alianças traçadas no leste angolano, Bethencourt Rodrigues redigiu um pedido de permissão ao General Francisco da Costa Gomes³³ para dar prosseguimento aos contatos com os membros da organização de

³³ Francisco da Costa Gomes foi um militar de grande destaque não somente na condução dos contatos entre as forças armadas coloniais e a UNITA durante os primeiros anos de 1970, mas, também, nos acontecimentos que cercaram o golpe militar português de abril de 1974. O general manteve, durante seu comando da Região Militar

Savimbi. O brigadeiro esclareceu, em seu ofício, alguns pontos que poderiam ser tomados como condições favoráveis para iniciar um plano de cooptação e subsequente transformação da UNITA em uma estrutura militar aliada. A divergência ideológica da UNITA para com a UPA-FNLA e o MPLA poderia ser aproveitada para criar “uma zona tampão impedindo a progressão da subversão” (GUERRA, 2002, p. 66).

Em um memorando datado do dia 3 de dezembro de 1971, foram lançadas, do quartel general central das tropas coloniais de Angola, as bases procedimentais para o funcionamento da Operação Madeira (MINTER, 1988, p. 49). Endereçado a Rebocho Vaz, o documento militar contou com três pontos operacionais principais, e que deveriam ser do conhecimento do Governador Geral angolano. O primeiro ponto traçado pelos militares dizia respeito à possibilidade de, em um momento futuro, Savimbi ser colocado em algum posto administrativo; contudo, segundo as recomendações de Rebocho Vaz escritas posteriormente, o cargo para o ovimbundo teria, apenas, um caráter semioficial. Em segundo lugar, os combatentes de guerrilha da UNITA seriam integrados às Forças Armadas coloniais sob o estatuto de “forças irregulares”. Por último, o alto escalão militar colonial recomenda a promoção “sociocultural” das populações presentes dentro da área de influência da UNITA e a formação de uma tropa irregular composta de 500 guerrilheiros.

Perto dessa mesma data (início de fevereiro de 1972), Savimbi redigiu uma carta endereçada, dessa vez, às autoridades de meia patente envolvidas no Grupo de Trabalho Madeira (MINTER, 1988, p. 57). O líder da UNITA teria remetido sua correspondência ao Coronel Rebocho Vaz (Governador Geral de Angola), ao General Costa Gomes (Comandante-chefe das Forças Armadas de Angola) e a Aníbal de São José Lopes (diretor da DGS angolana) com o propósito de se fazer claro perante sua postura de cooperação (GUERRA, 2002, p. 69). Todavia, a carta escrita pelo ovimbundo foi extensa, e conteve diversas peculiaridades que merecem ser analisadas de forma mais detalhada e crítica.

Em suma, a carta redigida pelo presidente da UNITA foi, além de um documento formal de negociação política, uma exposição de certos valores e qualidades pertencentes a sua pessoa. Procurando fazer-se claro, Savimbi fez questão, durante toda a sua escrita, de elucidar o fato de que as autoridades portuguesas estavam negociando, não com mais um guerrilheiro

angolana, uma postura política que acatou certa aproximação diplomática – Operação Madeira – com os homens do movimento de Jonas Savimbi. Após o 25 de Abril, Costa Gomes aderiu ao Movimento das Forças Armadas (MFA), participando da formação de um governo de transição para Portugal. Logo em seguida ao mandato de António de Spínola, tornou-se presidente de Portugal entre os anos de 1974 e 1976. Participou, enquanto presidente, do evento que consagrou as assinaturas entre os três movimentos angolanos no Acordo de Alvor em janeiro de 1975.

ignorante da mata, mas com um homem intelectualizado e ciente de toda a sua força política, praticamente, um “doutor”. O ovimbundo fez uso de expressões idiomáticas em latim e francês, além de reiterar o fato de que havia estudado na Suíça em conjunto com filhos de grandes famílias portuguesas.

I do not think that any man should underestimate the education that others had abroad. I studied in Switzerland with children of great Portuguese families whose names are irrelevant here. Science is universal, so it would be absurd to condemn me before I am in your hands because I may never appear since I understand the true interpretation of the law whether it be Latin or Germanic [...] Having said this, I am not willing to exchange correspondence with anyone who does not know legal and political language (SAVIMBI 1972 apud MINTER, 1988, p. 58-59).

Uma das motivações da escrita desse texto endereçado às autoridades coloniais portuguesas veio, segundo o presidente da UNITA, por causa do recebimento de uma correspondência oriunda da mão de Bethencourt Rodrigues. Nas palavras de Savimbi, o conteúdo daquela carta apresentava termos dúbios e um tanto vagos. Portanto, o ovimbundo havia decidido buscar audiência com as altas patentes envolvidas nas negociações.

What motivates me to write this is the fact that such conversations have not produced anything since there is no good will, and certain terms used in the letter of January 23, 1972, are either too explicit for me or very vague for whoever had set them down. But since it is stated that the matter is known to the senior authorities of Angola, I decided to take another step forward to seek more understanding audience with those who have power of decision (SAVIMBI, 1972 apud MINTER, 1988, p. 57).

Datada do dia 23 de janeiro de 1972, a correspondência recebida por Savimbi e proveniente do gabinete da direção do Grupo de Trabalho Madeira pretendeu estabelecer, especialmente, alguns importantes fundamentos legais para a interação diplomática entre as autoridades portuguesas e a UNITA. Listados ao final do texto, os itens não chegam a ofuscar a importância de outra passagem que concerne, especificamente, à visão legal das autoridades portuguesas em relação a Savimbi.

We [Portuguese authorities] only deal with you as a Portuguese. As a Portuguese who to date has been a rebel, leading a subversive struggle, but portuguese, just as you people are Portuguese. Nor can you be considered foreigners in this land which is Portugal, nor can we be considered foreigners in this Portuguese land of Angola, which owes a lot to its natives but owes much more to those from other Portuguese lands who have come here to work. No one would understand any other way. (MINTER, 1988, p. 55-56).

O comandante Bettencourt Rodrigues manifestou visão política passada por superiores de que, acima de todas as circunstâncias presentes, Savimbi era “português”, pois havia nascido e sido criado em terras pertencentes a Portugal. Dessa maneira, o presidente da UNITA seria tratado, legalmente, com as devidas incumbências normativas aplicáveis a um português qualquer. Além disso, as autoridades quiseram esclarecer o fato de que, em sua percepção política, tanto os portugueses emigrados de terras lusitanas, quanto os negros angolanos, eram pertencentes ao mesmo âmbito político e legal. Eram, todos, pois, portugueses.

Savimbi não era “português”, e sabia muito bem disso: *“I begin by lamenting and excusing the spelling of the adjective of nationality [...] those who write to me should know that I am no longer a political eunuch who can accept implied terms.”* (SAVIMBI 1972 apud MINTER, 1988, p. 58). Poderia compartilhar do saber universal da ciência com seus pares políticos portugueses, mas isso não o incumbiria de toda uma carga sentimental que permearia uma consciência de identidade nacional portuguesa. O líder da UNITA aparentou ter sido ofendido pela designação, pois tinha consciência que, mesmo entrando em acordo legal com os “Tugas”, sua consciência identitária repousaria, sempre, sob o adjetivo “angolano”. O constante reiterar dos conhecimentos legais e políticos do ovimbundo veio como uma maneira de assentar, politicamente, sua figura como um homem sábio e seguro de suas intenções para o futuro. A UNITA nutria a suas próprias anseios para a formação e sistematização de uma nova Angola, assim como as próprias autoridades governamentais portuguesas. A diferença da organização de Savimbi para com as rivais foi, justamente, a necessidade da aproximação de algumas de suas políticas nacionalistas às convenções do governo colonial angolano.

A lua de mel entre Savimbi e os portugueses era promissora, mas, para a infelicidade do ovimbundo, ela não duraria até final do ano de 1973. Em abril, uma mudança política nos quadros militares da colônia iria mudar os rumos da Operação Madeira. Chegado da guerra em Moçambique, general Abel Hipólito ³⁴ iria substituir um dos maiores apoiadores da operação militar de aliança com a UNITA. Bethencourt Rodrigues não mais estaria à frente da ZML, este posto seria ocupado, agora, por um militar que considerava “terroristas todos iguais e que, por isso, devem ser tratados todos da mesma maneira” (HIPÓLITO apud FERNANDO, 2012, p.

³⁴ Durante o final da década de 1960, general Abel Hipólito atuou na luta contra as tropas da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) que atuavam na região noroeste de Moçambique. Após alguns anos de combate na região do Niassa, Hipólito foi transferido, em setembro de 1973, para o Moxico angolano. Ao tomar a posição deixada por Bettencourt Rodrigues, o novo general vindo do interior moçambicano tomou uma nova conduta política para com as relações entre as tropas portuguesas e os homens da UNITA. Segundo as palavras do militar, seria necessário, de forma imediata, acabar com o “tumor da UNITA” (HIPÓLITO apud FERNANDO, 2012, p. 132).

131). Em tempo, as tropas portuguesas da ZML foram cercando as áreas de atividade da UNITA para, em 23 de setembro de 1973, dar um fim definitivo à Operação Madeira.

Nomeada de Operação Castor, esse novo esforço de guerra das tropas coloniais portuguesas visava, como objetivo final, a eliminação da presença da UNITA em antigas zonas de refúgio acordadas anteriormente. Mesmo pessimista, Savimbi tentou restabelecer contato, logo após o começo das hostilidades, com o comando militar português. Em desvantagem perante às novas circunstâncias, qualquer apoio ou simpatia por parte das tropas coloniais seria mais que bem-vinda. Os militares que mantinham alguma confiança na figura de Savimbi eram poucos, e faziam parte de uma ala mais pacifista da ZML. Benjamim Almeida, comandante do quartel de Cangume era um desses. O militar português possibilitou a Savimbi de manter um canal aberto de comunicação entre a UNITA e as autoridades de alto escalão da ZML. Sob pressão da ala pacifista, um novo encontro com Savimbi foi marcado para o dia 20 de outubro de 1973 (FERNANDO, 2012, p. 138).

Por mais de cinco horas naquele 20 de outubro, Savimbi – acompanhado por Miguel N’Zau Puna, Samuel Chiwale e Sabino Sandele – dialogou com os portugueses sobre diversos assuntos referentes a sua nova aproximação. Em um relatório escrito por Benjamim Almeida, o líder da UNITA continuava, dentro das linhas de resumo da reunião, a ser referenciado como o Mais-Velho (FERNANDO, 2012, p. 139). Durante os meses seguintes, Savimbi empenhou-se em reatar os laços de amizade com as autoridades portuguesas, mas sem obter maiores resultados. Em janeiro de 1974, Sabino Sandele entrou, por orientação das ideias de seu líder, em contato com o madeireiro Zeca de Oliveira. Em uma carta muito breve, Sandele expressou as sérias preocupações que o “Mais-Velho” sustentava com o desenvolver da situação entre a UNITA e as autoridades coloniais. Ademais, relatou a vontade de Savimbi em ter contatos diretos com Luanda, sem ter que se reportar, em primeira instância, ao comando da ZML. O ovimbundo sentia, assim como outros membros da organização, uma enorme falta de confiança perante as atitudes mantidas pelos militares subordinados ao comando de Abel Hipólito (MINTER, 1988, p. 87).

De fato, os contatos de Savimbi com Luanda tornaram-se, a partir de janeiro de 1974, uma realidade. A DGS angolana quis manter, de forma independente às posturas tomadas pelos militares, suas ligações com o líder da UNITA. Graças ao intermédio do padre Araújo de Oliveira, Savimbi pôde enviar suas palavras diretamente ao governador-geral de Angola (GUERRA, 2002, p. 76). Por meio de uma carta enviada pelo padre Oliveira ao gabinete do governador-geral, ficou implícita a vontade de Savimbi em negociar, imediatamente, um cessar-fogo entre seus homens e as tropas portuguesas. Oliveira insistiu que a UNITA havia

arcado de forma honesta com seus compromissos até aquele momento, e isso serviria de motivo para que maiores diálogos e acordos fossem avaliados pelas autoridades de Luanda (MINTER, 1988, p. 92).

As palavras de Oliveira chegaram ao conhecimento do gabinete do general Luz Cunha no quartel-general das Forças Armadas de Angola. Sob a forma de um relatório militar (MINTER, 1988, p. 94), foi posto em análise se os antigos laços estratégicos e logísticos com Jonas Savimbi deveriam ser refeitos. Por um lado, o relatório exaltou a utilidade da UNITA na luta contra os movimentos de Neto e Roberto; por outro, acusou sua desconfiança para com a história da figura política de Savimbi. Seria necessário verificar, segundo as diretrizes impostas por Luz Cunha, se o Mais-Velho estaria agindo de boa-fé. O ovimbundo possuía ligações com organizações internacionais, com o governo chinês e mesmo com o MPLA. O passado de Savimbi trazia desconfianças muito justificáveis às autoridades coloniais, e suas antigas ligações com a UPA e o MPLA eram, de qualquer forma, geradoras de preocupação aos olhos dos portugueses.

A continuidade nos diálogos de uma possível readmissão da UNITA nos quadros auxiliares do governo colonial estendeu-se até abril de 1974. Conforme as perspectivas do ministro português Silva Cunha, o movimento de Savimbi caminhava em direção ao seu reconhecimento pelo governo português. A luta da UNITA contra o MPLA era garantia de um gradual “regresso do seu chefe, Jonas Savimbi, e de seus subordinados à comunidade portuguesa” (GUERRA, 2002, p. 77). Contudo, os dias finais de abril de 1974 mudariam, por completo, o *establishment* do ambiente político de Angola e Portugal. Novamente, Savimbi teria que por seu instinto político pragmático em prática.

2.3 CRAVOS COM ESPINHOS

Em 25 de abril de 1974, após uma longa vida de mais de 40 anos, o regime do Estado Novo salazarista foi, rapidamente, deposto por um golpe militar. Nomeada de Revolução dos Cravos, o episódio que deu fim ao legado salazarista foi orquestrado, primordialmente, por um grupo de jovens militares de esquerda do Exército Português. Esses homens deram origem, ainda no início da década de 1970, ao Movimento das Forças Armadas (MFA)³⁵. Motivados pela sua insatisfação profissional e pelo constante engajamento nas guerras das colônias africanas, os homens do MFA organizaram-se para pôr um fim definitivo ao moribundo

³⁵ O MFA teve sua origem sob o nome de Movimento dos Capitães (REZOLA, 2007, p. 30).

“Império Lusitano”. Os rescaldos das mudanças em Portugal afetariam, diretamente, o futuro de Angola e de Jonas Savimbi.

O alto escalão das Forças Armadas portuguesas também já dava sinais, desde o final da década de 1960, de descrédito para com a postura política de Lisboa em relação aos seus comandantes em África. General Spínola ³⁶, personalidade que compunha o MFA, havia dito, em 1968, ainda quando comandante-chefe das forças portuguesas na Guiné, que a guerra, naquela localidade, já havia sido perdida (MAXWELL, 2006, p. 54). A consciência da inevitabilidade de um fracasso na manutenção colonial por parte dos generais portugueses era contraposta por um desejo romântico de continuidade “ultramarina” dos velhos políticos salazaristas. Os domínios de Portugal em África estavam ruindo; era necessário, para o governo português, reavaliar a relação de Lisboa com suas “futuras ex-colônias”. Spínola publicou, em fevereiro de 1974, um livro expondo não só suas preocupações com o atraso econômico do país e a prolongada guerra África, mas, também, algumas notáveis propostas políticas para – como foi nomeada a publicação – “Portugal e o futuro” (SPÍNOLA, 1974).

Spínola fez uso, durante a introdução de sua obra, de alguns termos muito peculiares como “Comunidade Lusíada”, “comunidade lusa” e “lusitanidade” ³⁷. Tais termos remeteriam, a partir do prosseguimento da escrita da obra, à existência de um suposto espírito de identidade conjunta herdado pelos povos que, em algum momento da história, fizeram parte direta do mando português. Essas populações fariam parte, portanto, do legado de uma comunidade de valores lusíadas que extrapolariam as divisas territoriais europeias de Portugal. Para o general,

³⁶ António de Spínola foi o primeiro presidente de Portugal após o fim do regime do Estado Novo em abril de 1974. General do exército português foi governador e comandante-chefe das forças armadas coloniais da Guiné portuguesa entre os anos finais da década de 1960 e o ano de 1973. A recusa de uma renovação de seu mandato à frente da colônia portuguesa levou o general de volta a Portugal na transição de 1973 para 1974. Segundo o trabalho de Maria Inácia Rezola (2007, p. 40), em janeiro de 1974, Spínola entrou em contato com os militares que haviam formado o Movimento dos Capitães e deu início às conversas sobre um possível golpe de estado. De maneira oposta a atitude tomada pelo general Costa Gomes, o ex-comandante da Guiné mostrou-se apto a exercer um papel de liderança dentro da composição interna do MFA. Com a escrita do seu livro, sua exposição política dentro e fora das forças armadas o ajudou a se sedimentar como figura ideal para o cargo de presidente (REZOLA, 2007, p. 61).

³⁷ O contexto de comunidade extranacional cunhada por Spínola se assemelhou, em alguns detalhes, com a concepção internacionalista de comunidade francófona euro-africana produzida pelo primeiro presidente do Senegal, Léopold Senghor. Segundo a pesquisa de Márcio Barbosa (2011, p. 149), os discursos de Spínola foram enormemente influenciados pelas palavras e planos de Senghor para a África Francesa. Léopold Senghor se manteve, de acordo com Tavares (2010), na busca de um projeto de “civilização universal” baseado em uma concepção de identidade plurinacional e multirracial. Essa ideia do primeiro presidente senegalês foi permeada pelos conceitos de francofonia, lusitanidade e negritude. Senghor viu, a partir do modelo de “civilização brasileira”, um ideal de identidade plural, que seria, sobretudo, filha da lusitanidade – ou “lusotropicalidade” aos moldes de Gilberto Freyre – que deveria, assim como tentou Spínola (1974, p. 94-95), ser projetada para um futuro próximo. Spínola e Senghor compartilharam de projetos de identidade (multi)nacional muito semelhantes, e que merecem ser trabalhados com maior amplitude acadêmica. Para mais sobre os ideais de Léopold Senghor, cf.: SENGHOR (1978).

esse espírito era maior que, por exemplo, as motivações e razões particularistas de certos movimentos de libertação em África em cortar, por completo, seus laços com Lisboa. Portugal precisava ser renovado, e isso requereria a unidade entre os portugueses europeus e africanos (SPÍNOLA, 1974, p. 53).

O contexto de “lusitanidade” acarretava, de acordo com as palavras de Spínola (1974, p. 142), no direcionamento das políticas de Portugal em reconhecer o direito de autodeterminação das populações ultramarinas. Não caberia à Lisboa postar-se soberana sobre esses povos e intrometer-se na liberdade de condução de seus destinos com base em suas próprias vontades. Contudo, o general argumentou, de forma muito otimista, que “seremos, pois, inatacáveis desde que os grupos socioculturais que integramos afirmem [...] o desejo de continuarem portugueses” (1974, p. 144). Spínola acreditava que, no momento em que uma escolha fosse exigida dos africanos, estes optariam, de forma inequívoca, por permanecer juntos a uma ideia de *commonwealth* portuguesa de estados autônomos. O general chegou, em um determinado ponto de sua escrita, em propor algo nas linhas daquilo que ele nomeia como “espaço português” esquematizado sobre a forma de um “Estado plurinacional” (SPÍNOLA, 1974, p. 154).

Publicada pouco meses antes do golpe militar, a obra do general Spínola era, sobretudo, um sinal da dimensão da crise institucional que havia se abatido sobre o governo português. Em 1974, as complicações institucionais decorrentes de mais de quatro décadas de um regime conservador haviam chegado em um ponto crítico. Inúmeras parcelas da população portuguesa ansiavam por mudanças estruturais que revertessem as mazelas sociais do Estado Novo. As influências das palavras de Spínola tornaram seu livro em um *best-seller*, sua patente militar e sua posição (vice chefe do Estado-Maior das Forças Armadas) dentro da estrutura governamental de defesa lusitana o condicionavam a ser, naquele momento, “o homem ideal para dizer o indizível” (MAXWELL, 2006, p. 58). A repercussão do livro de Spínola foi tão grande que, assim que possível, Savimbi escreveu para um aliado “*Could you please get me a copy of the book of General António de Spínola. It is material we need to know.*” (SAVIMBI, 1974 apud MINTER, 1988, p. 98).

Consumado o golpe militar em finais de abril de 1974, o MFA procurou traçar, rapidamente, novas diretrizes políticas a serem seguidas pelo governo português. Além das propostas de implementação de novas medidas econômicas e sociais para Portugal, o movimento militar que havia tomado o poder em Lisboa precisava achar, de imediato, alguma solução para a polêmica questão colonial. Os anseios para com o futuro das colônias lusitanas acabaram por ser divididos, segundo Kenneth Maxwell (2006, p. 126), em cinco grupos de

distintas opiniões políticas. O primeiro destes grupos – colocado “à direita” pela interpretação de Maxwell (2006)³⁸ – seria o círculo de oficiais mais próximos a António de Spínola (os “spinolistas”). Além de simpatizar com algumas diretrizes políticas compostas pelo general, esse grupo mantinha uma postura muito estrita em relação à interpretação do programa político cunhado pela Comissão Coordenadora do Programa (CCP) do MFA. O segundo grupo que compunha o espectro político multipolar do MFA situava-se mais ao centro, em âmbito político de “moderação”, mas ainda era, constantemente, visto como parte da agremiação maior dos “spinolistas”. Composto por figuras como o tenente-coronel Ramalho Eanes³⁹, aqueles homens “achavam que as forças armadas não deviam desempenhar papel político, e sim atuar para garantir um sistema democrático em moldes ocidentais.” (MAXWELL, 2006, p. 126).

Os três grupos restantes da listagem proposta por Maxwell (2006, p. 127) estariam posicionados em um espectro ideológico pertencente ao conceito político de “esquerda”. Segundo a obra escrita por Maria Inácia Rezola (2007, p. 113-114), esses grupos eram conhecidos como: gonçalvistas, moderados e populistas. A primeira dessas coletividades era articulada pelo coronel Vasco Gonçalves (razão do nome), e era fortemente influenciada pelas ideias políticas do não mais clandestino Partido Comunista (PC) português (MAXWELL, 2006, p. 128). Os moderados eram compostos por figuras como Ernesto Melo Antunes, diretor de redação do programa do MFA e o major Vítor Alves. Esse grupo mantinha um ideário político próximo ao do Partido Socialista (PS) português de Mário Soares, organização política essa que exprimia uma vertente ideológica socialdemocrata (REZOLA, 2007, p. 114). O último dos três grupos, o populista, era associado a Otelio Saraiva de Carvalho, e possuía “posições ideológicas imprecisas, mas forte apoio militar.” (MAXWELL, 2006, p. 129). Clamavam, de forma não muito coesa, em favor de um poder popular. O MFA tentou, com certa dificuldade entre os grupos, manter sua complicada coesão unitária.

Procurando garantir ou afirmar sua independência, o MFA posiciona-se entre um PCP de cujas intenções hegemônicas desconfia, e um PS, que, com algum desdém, conota com a social-democracia europeia. Uma “via socialista independente” cujos contornos não são ainda bem claros mas onde sobressai o desejo de manter a coesão do movimento... O programa do MFA falava vagamente na instauração de uma democracia. Mas que tipo de democracia. (REZOLA, 2007, p. 114).

³⁸ Não cabe a este trabalho propor uma discussão pormenorizada sobre a interpretação de aspectos ideológicos que permeiam as construções teóricas – e políticas – entre “esquerda” e “direita”. As categorizações feitas por Kenneth Maxwell (2006) serão tomadas, portanto, como forma de uma tentativa de sistematização simplificada das inúmeras tendências políticas que se evidenciaram nos meses seguintes ao 25 de Abril.

³⁹ Presidente português entre os anos de 1976 e 1986.

Em relação ao caso angolano, é importante ressaltar que o PC português teve, de forma visível, uma predileção à agenda política e ideológica mantida pelo movimento de Agostinho Neto ⁴⁰. Por um lado, figuras da ala mais radical do MFA, como o major Otelo Saraiva de Carvalho (mesmo não alinhado com o PC) e o almirante Rosa Coutinho desempenharam importante papel político no fomento às vontades do MPLA. Por outro lado, as visões políticas de Spínola para o futuro de Portugal e de seus territórios “ultramarinos” divergiam, em muito, do programa de propostas redigidas pela CCP do MFA. Enquanto o general pretendia pôr em prática mudanças administrativas de forma gradual, os militares do MFA faziam questão de buscar uma transição política imediata para as colônias. Spínola vislumbrava a possibilidade da formação de um grande estado federado lusitano, enquanto militares do MFA ambicionavam garantir a rápida libertação colonial do jugo governamental lisboeta. Segundo Maxwell (2006, p. 139), os programas de Spínola e do MFA compunham um espectro político tão polarizado que a vitória de um somente seria possível com a eliminação do outro.

Em 14 de junho de 1974, poucos meses após a Revolução dos Cravos, Savimbi assinou, no leste angolano, um cessar-fogo formal com representantes militares das autoridades coloniais portuguesas (GUERRA, 2002, p. 84). Seu movimento foi, entre as três grandes forças nacionalistas de Angola, a primeira a assinar um acordo de paz com os “tugas”. As organizações de Holden Roberto e Agostinho Neto iriam desenvolver conversações pacíficas com as autoridades portuguesas apenas, durante o mês de outubro daquele ano. A intenção de Savimbi para com o acordo de paz traçado com os portugueses em julho de 1974 remeteu a uma antiga postura política que já havia sido operada por sua organização. A gradual aproximação da UNITA com membros do governo colonial lusitano havia começado durante os primeiros anos da década de 1970, com o advento das atividades da Operação Madeira. Apesar de um curto período de desavenças entre os dois lados entre 1973 e 1974, a organização angolana decidiu renovar seus votos de paz com seus antigos algozes coloniais por um motivo político muito pragmático: sua presença dentro do espectro de domínio do poder. Os portugueses ainda eram, logo após o 25 de Abril, a maior representação de poder político e militar em Angola, garantir uma aliança rápida com os “tugas” seria, portanto, estrategicamente frutífero para a organização de Savimbi.

⁴⁰ Durante os anos em que estudaram na CEI, proeminentes membros da direção do MPLA como Agostinho Neto, Lúcio Lara e Mario Pinto de Andrade tiveram contato direto com figuras integrantes do clandestino PC português e outros movimentos anti-salazaristas (ROCHA, 2009, pg. 91). A relação e preferência da ala mais radical do MFA com os desejos do MPLA não foi, de forma alguma, coincidência ou simples associação ideológica recente aos eventos do 25 de Abril (BITTENCOURT, 1997).

Figura 11 – Incerteza sobre o futuro angolano em 1974



Fonte: Observador (s.d.).

Em junho de 1974, logo após a consolidação do acordo de paz entre a UNITA e as forças militares coloniais, Jonas Savimbi e seus homens não perderam tempo para dar início a negociações com vários grupos civis e empresariais portugueses (MAXWELL, 2006, p. 144). O alto círculo de dirigentes da UNITA havia, segundo Savimbi (1979, p. 30), debatido sobre as propostas cunhadas por Spínola e seu possível *outcome* político para Portugal e Angola. Por mais que os objetivos nacionalistas do movimento tivessem seu foco perante as necessidades dos povos negros do interior, os brancos em Angola eram uma peça demográfica chave para qualquer desenvolvimento conjuntural de uma independência do país. As modulações discursivas da organização de Savimbi para com a presença dos brancos em Angola e sua aceitação pela pátria angolana teria um grande peso na conquista das simpatias de uma parte da população branca residente no país. Mesmo após o fracasso dos planos de Spínola e o êxodo em massa dos brancos em 1975, Savimbi foi categórico em sua resposta, quando indagado em uma entrevista realizada pelo jornalista João Rosa (1978) sobre a adesão das populações angolanas às ideias de “portugalidade” preconizadas por Spínola ⁴¹.

⁴¹ O mandato presidencial de Spínola foi breve, durou apenas de maio de 1974 até o final de setembro daquele mesmo ano. Durante sua curta existência, a gestão do general sobre o Estado Português foi envolta em um período de grandes desgastes, nomeadamente, a falta de coordenação interna da própria estrutura do novo governo e o quadro de incertezas políticas e econômicas que assolaram o país após o 25 de Abril. Além disso, Spínola lidava com os políticos da mesma forma que lidava com soldados, produzindo inimizades entre seus colegas que formavam o Conselho de Estado e o órgão de coordenação do MFA (REZOLA, 2007, p. 80). O anseio de Spínola em concretizar suas políticas de centralização de poder foram causando, gradativamente, sua fragilização como figura de líder presidencial. O constante embate político entre Spínola – alçando um discurso forte discurso anticomunista (REZOLA, 2007, p. 50) – e outros setores do MFA – nomeadamente aqueles inseridos dentro do

Porque, em primeiro lugar, se se fizesse um referendo naquele momento, com certeza que as populações optariam pela portugalidade, na fórmula preconizada pelo presidente Spínola. Mas eu penso que tal fórmula a ser definitiva, não teria sido aceite nas ex-colónias portuguesas, que a população portuguesa votasse, em massa, pela continuação da sua portugalidade, tal como as próprias populações africanas [...] a verdade essencial é que todas as populações de expressão portuguesa nunca se pronunciariam contra Portugal... a sua maioria esmagadora defendia a independência nacional, mas mantendo laços estreitos com Portugal (SAVIMBI apud ROSA, 1978, p. 38).

O desenrolar da situação política em terras lusitanas e a subsequente renúncia de António Spínola como presidente do país trouxe, em setembro de 1974, mais incertezas para o futuro político de Angola. Ao contrário das outras duas maiores colônias portuguesas do continente africano – Guiné-Bissau e Moçambique –, em finais de 1974, as forças nacionalistas de Angola e o governo português ainda não haviam chegado em um consenso sobre um acordo e uma data de independência para o país (ENDERS, 1997, p. 107). Em novembro daquele ano, a UNITA abriu sua primeira delegação oficial em Luanda (GUERRA, 2002, p. 86) e tentou dar prosseguimento à aproximação com alguns influentes elementos brancos da capital colonial. A organização de Savimbi não se limitou à busca de apoio doméstico, os contatos e preciosos apoios por parte do governo vizinho de Kenneth Kaunda também foram reavivados (FERNANDO, 2012, p. 149). Progressivamente, os outros dois grandes movimentos de Angola também recorreram ao auxílio financeiro e logístico de entidades internacionais aliadas. O FNLA obteve suporte ostensivo por parte do governo zaireense de Mobutu Sese Seko ⁴² e de órgãos governamentais americanos, como a CIA (SILVA, 2013, p. 100). O MPLA recebeu, notadamente, um intenso apoio interno promovido pelas vontades do alto comissário de Angola, o almirante Rosa Coutinho e do major Otelo Saraiva de Carvalho, além de outros membros do exército português em Angola. Esses dois militares portugueses da ala mais radical do MFA desempenharam, entre 1974 e 1976, um papel vital na condução do apoio soviético e cubano para a organização comandada por Agostinho Neto.

Durante a passagem do ano de 1974 para 1975, o apoio internacional aos três movimentos nacionalistas ganhou uma dimensão ainda maior. Além de algumas poucas tropas portuguesas em solo angolano, cada uma das organizações nacionalistas angariou esforços e

espectro político da “esquerda” – causaram, nos últimos dias de setembro de 1974, a demissão definitiva do António de Spínola da presidência de Portugal (MAXWELL, 2006, p. 145).

⁴² Saído de uma crise que maculou o país no início dos anos de 1960, o antigo Congo-Kinshasa mudou de nome para Zaire ainda no primeiro ano da década de 1970. Após a crise da província do Katanga – episódio promovido pela liderança de Moisés Tshombé – o general Mobutu Sese Seko tomou a presidência do país promovendo a integridade territorial e administrativa de seu país. (FAGE, 2010, p. 503).

equipamento para formar seus próprios braços armados. A UNITA era, em comparação com os outros dois movimentos, a que possuía menos tropas disponíveis para um eventual combate, em torno de 6 mil homens (FERNANDO, 2012, p. 155). A tensão em Luanda e no restante de Angola era clara, e os primeiros desentendimentos entre as forças armadas dos movimentos nacionalistas tiveram início ainda nos últimos meses de 1974. Graças, especialmente, ao auxílio do alto comissário de Angola, Rosa Coutinho, apelidado pelos portugueses de “Almirante Vermelho” (MAXWELL, 2006, p. 146), o movimento de Agostinho Neto acabou por se beneficiar, materialmente, do favoritismo ideológico promovido por parte do marinheiro português. Não somente quantias de dinheiro foram repassadas para o MPLA ao final de 1974, como, também, apoio logístico e material soviético foram fornecidos, sem maiores percalços administrativos, para os homens de Neto na transição de 1974 para 1975 (FERNANDO, 2012, p. 153-158).

Em janeiro de 1975, os três grandes movimentos nacionalistas angolanos reuniram-se para o primeiro de dois acordos que iriam selar, por definitivo, os detalhes políticos da independência de Angola. O primeiro encontro entre os três movimentos se deu na cidade de Mombaça, no Quênia, em 5 de janeiro de 1975. Esse encontro em solo africano abriu o caminho para que, dez dias mais tarde, os três líderes se reencontrassem em uma pequena vila do Algarve português para assinarem os documentos do Acordo de Alvor. Composto por 60 artigos divididos em onze subdivisões capitulares ⁴³, a versão final do documento assinado em Alvor procurou ser enfático ao demonstrar, em seus primeiros artigos, que Angola passaria a ser, após a data de sua independência, um estado livre, soberano e dono de seu próprio futuro. As condições para a consolidação das medidas acordadas no documento passariam, em um primeiro momento, pela constituição de um governo de transição composto pela presença de um alto-comissariado português em conjunto com um colégio presidencial ocupado por um membro de cada movimento de libertação. Foram acertados diversos detalhes, também, sobre os direitos e deveres que competiriam ao governo de transição, assim como importantes quesitos sobre a futura organização judiciária e legislativa do país. Em relação à questão da “nova” nacionalidade angolana, o acordo expôs uma postura de viés moderno e em prol da escolha individual pelo pertencimento à nação angolana. O acordo estabelecia que

O Estado Português e os três movimentos de libertação, F. N. L. A., M. P. L. A. e U. N. I. T. A. comprometem-se a agir concertadamente para eliminar todas as sequelas do colonialismo. A este propósito, a F. N. L. A., o M. P. L.

⁴³ Para visualizar o acordo em sua totalidade, cf. <http://cedis.fd.unl.pt/wp-content/uploads/2016/01/ACORDO-ALVOR.pdf>.

A. e U. N. I. T. A. reafirmam a sua política de não discriminação segundo a qual a qualidade de angolano se define pelo nascimento em Angola ou pelo domicílio desde que os domiciliados em Angola se identifiquem com as aspirações da Nação Angolana através de uma opção consciente [...] A F, N. L. A., o M. P. L. A. e a U. N. I. T. A. assumem desde já o compromisso de considerar cidadãos angolanos todos os indivíduos nascidos em Angola, desde que não declarem, nos termos e prazos a definir, que desejam conservar a sua actual nacionalidade, ou optar por outra (ALVOR, 1975).

Marcada a independência de Angola para o dia 11 de novembro de 1975, cabia, às partes envolvidas, a manutenção pacífica dos termos de governança acordados nos documentos assinados em terras lusitanas. Contudo, as ideias prescritas em Alvor não duraram nada, e os primeiros grandes embates da Guerra Civil angolana vieram a estourar em Luanda no mês seguinte (SILVA, 2013, p. 92). Alvor poderia ter sido um marco para o começo de um futuro melhor para Angola, mas, como o próprio Jonas Savimbi declarou (1979, p. 46), o encontro havia sido um “grande logro”. Em 1979, poucos anos após as tentativas de acordo em Portugal e com a Guerra Civil angolana em forte desenvolvimento, o líder da UNITA não poupou críticas para com o episódio diplomático ocorrido em janeiro de 1975. O ovimbundo declarou que as negociações em Alvor se deram em uma “atmosfera pouco franca, de falsidade até, por parte da delegação portuguesa.” (SAVIMBI, 1979, p. 46). Obviamente, após o desfecho fracassado do acordo e do escalar das tensões da Guerra Civil com a entrada do apoio cubano e soviético ao MPLA, Savimbi tentou, de todas as formas possíveis, descreditar os atos diplomáticos ocorridos em Alvor. Segundo o ovimbundo, a delegação portuguesa foi visivelmente inclinada aos interesses do movimento de Neto, pois esta estaria “mais interessada em agradar ao MPLA que em fazer a defesa de Portugal e dos Portugueses.” (SAVIMBI, 1979, p. 48). Por mais que a constatação do líder da UNITA sobre um suposto interesse ulterior da delegação portuguesa tenha sido generalizadora, o fato da influência de figuras como Rosa Coutinho para com os interesses do MPLA foi notável e gerou grandes repercussões conjunturais no rumo do nascente conflito civil angolano. O enorme êxodo português de Angola – devido ao princípio do conflito interno no país – deixou Savimbi, em questão de poucos meses, sem um valioso apoio que havia construído, especialmente, em Luanda.

Mas Rosa Coutinho pretendia, exactamente, aterrorizar os brancos, para que eles partirem, tal como pretendia o MPLA e o PCP. Porque o contrário também seria verdade dado que, se A UNITA conseguisse manter essa população, teríamos uma força muito maior que aquela que efetivamente tivemos (SAVIMBI apud ROSA, 1978, p. 41).

A questão da saída dos quase 300 mil brancos que habitavam Angola entre os anos e 1974 e 1975 foi, em mais de uma ocasião, debatida pelo ovimbundo. Remetendo a uma questão de formação nacional angolana, o líder da UNITA utilizou-se de alguns conceitos de interpretação nacional – após o 25 de Abril – muito próximos, não somente a uma questão moderna de aceitação nacional – já debatida –, mas aos preceitos de “comunidade lusófona” apresentados por António Spínola no início da década de 1970. De acordo com as palavras do próprio Savimbi, o conceito de nacionalidade angolana proposto pela UNITA, em referência aos brancos, e sua permanência em terras angolanas beneficiava “milhares de portugueses radicados em Angola, foi uma questão que a UNITA se empenhou a fundo” em Alvor (SAVIMBI, 1979, p. 48). Em um capítulo intitulado “êxodo dos brancos: causas e efeitos” do livro *Angola: resistência em busca de uma nova nação* (SAVIMBI, 1979, p. 64) o ovimbundo dedicou-se, exclusivamente, a discursar sobre os moldes nacionalistas que UNITA havia programado para Angola. O discurso exteriorizado por Savimbi em 1979 manteve o mesmo teor de aceitação nacional moderna que aquele dirigido aos madeireiros portugueses no início da década de 1970.

A UNITA defendeu o ponto de vista da nacionalidade para brancos e mestiços, desde que esses estratos populacionais se identificassem com a construção harmoniosa de uma nova Angola, aceitando entrar na “escola da História”, para que os pretos, que são maioria, não vivessem constantemente dos seus ressentimentos [...] (SAVIMBI, 1979, p. 64-65).

A predileção política pragmática de Savimbi pela continuidade dos brancos em África mesclou-se com o discurso de integração internacional ao molde spinolista de “fórmula comunitária luso-brasileira-africana”, em que Portugal agraciaria “às novas nações da comunidade lusíada um papel benfazejo no equilíbrio da política mundial.” (SAVIMBI apud ROSA 1978, p. 65). Para a infelicidade de Savimbi, nem os planos de integração de Spínola e nem a continuidade dos brancos em Angola concretizaram-se. Em fevereiro de 1975, os três movimentos de libertação se mobilizaram para concretizar a defesa de seus objetivos políticos pela força, e Luanda passou a ser palco das primeiras escaramuças da Guerra Civil. A incursão de tropas zaienses em apoio à FNLA no norte do país e o início dos combates mais localizados entre a UNITA e o MPLA na região sul (SILVA, 2013, p. 92) eram sinais claros de que as soluções diplomáticas firmadas no Quênia e em Portugal haviam sido completamente ignoradas. O principal rescaldo social do início do conflito armado entre os movimentos foi, para Savimbi, a perda de preciosos aliados políticos.

Figura 12 – Começo da Guerra Civil, Luanda 1975



Fonte: Observador (s.d.)

As trocas de tiros entre as tropas dos três movimentos e o êxodo dos brancos marcaram ⁴⁴, em Angola, o início de um longo e sangrento conflito civil que duraria até o início da década de 1990. Na primeira metade de 1975, novamente em uma posição de desvantagem de força em relação aos seus dois principais rivais, Savimbi se viu na obrigação de tomar novas e drásticas medidas políticas e diplomáticas para salvaguardar a existência e relevância de seu movimento em terras angolanas. Sem a possibilidade de contar com o auxílio dos brancos portugueses, o ovimbundo iria apoiar-se na conjuntura ideológica regional e mundial da Guerra Fria para conquistar o apoio de novos brancos. Sem os brancos “tugas”, a UNITA daria início, na primeira metade de 1975, a uma aproximação diplomática, dessa vez, com os brancos “ianques” e os brancos “bôeres”.

⁴⁴ Sobre relatos do ponto de vista dos portugueses brancos em Angola durante a descolonização do país ver: FIGUEIREDO, L. *Ficheiros Secretos da Descolonização de Angola*. Lisboa: Alétheia, 2009.

3 A ESCALDANTE ANGOLA DE UMA GUERRA FRIA

3.1 NOVOS TEMPOS, NOVAS AMIZADES

O envolvimento e intervenção internacional nos *affairs* políticos dos movimentos nacionalistas angolanos ganhou enorme força após a consolidação do golpe militar português de 25 de abril de 1974. A possibilidade de uma eminente emancipação angolana do governo Lisboa atraiu, rapidamente, os interesses de importantes potências regionais e internacionais do período. Em plena Guerra Fria, Angola não escaparia, assim como Portugal, de ser inserida dentro de um complexo embate ideológico e político que se desenrolou durante quase toda a metade final do século XX. Contudo, o caso angolano transcendeu a uma convenção simplista de *clash* ideológico entre o “mundo capitalista” e o “mundo socialista”. A intervenção estrangeira em Angola após o 25 de Abril foi permeada, principalmente, pelo pragmatismo dos interesses políticos particulares dos países envolvidos (fossem eles potências internacionais, ou forças políticas de âmbito regional do sul do continente africano). Devido, portanto, à internacionalização do processo de independência angolano – e o subsequente conflito armado que se abateria sobre o país –, o teor dos discursos nacionalistas da organização de Savimbi sofreria importantes alterações para se alinhar com as políticas de alguns novos aliados.

Poucos dias após o 25 de Abril, a República Popular da China enviou, em maio de 1974, algumas toneladas de armamento e mais de uma centena de técnicos militares para dar auxílio às tropas de Holden Roberto em Angola (WOLFERS; BERGEROL, 1983, p. 5). Ao contrário da atitude chinesa, os Estados Unidos e a União Soviética não prestaram, de imediato, qualquer auxílio material aos movimentos nacionalistas de Angola. As duas maiores potências da Guerra Fria se resignaram, nos primeiros meses após a Revolução dos Cravos, a atender a chamada da OUA por acordos pacíficos entre os três movimentos. Entretanto, a latência dos soviéticos durou pouco e, em outubro de 1974, Moscou retomou o fornecimento de armamentos para a guerrilha do MPLA, manobra política que gerou uma resposta um tanto tardia por parte de Washington (SILVA, 2013, p. 99).

Em finais de janeiro de 1975, logo após a assinatura dos documentos de Alvor, os Estados Unidos decidiram por ser mais enfáticos em seu apoio financeiro para com o movimento regido por Holden Roberto. O diretor de assuntos africanos da *Central Intelligence Agency* (CIA) americana, John Colby, convenceu os cabeças do conselho de segurança norte-

americano – representados pelo órgão do *Forty Committee*⁴⁵ e seu famoso presidente, Henry Kissinger – a repassarem um auxílio financeiro de 300 mil dólares para a FNLA. Ao mesmo tempo, os soviéticos promoveram, com auxílio do governo da República Popular do Congo, um incremento em seu fornecimento de equipamento militar para os homens de Neto (SILVA, 2013, p. 100). O momento decisivo para a mudança de postura do governo americano perante a complexa situação política que se desenvolvia em solo angolano se deu, apenas, em de abril de 1975.

Precisamente, no dia 19 de abril daquele ano, Kenneth Kaunda realizou, na Casa Branca, um importante encontro com o presidente americano Gerald Ford e seu secretário de Estado Henry Kissinger. Durante um almoço, o presidente zambiano foi muito franco ao relatar que, naquele momento, a União Soviética estaria ganhando, a partir do apoio ao MPLA, grande espaço de influência em Angola (SÁ, 2011, p. 19). A expansão da esfera de influência soviética no cone sul africano se caracterizava, primordialmente, como uma ameaça aos governos africanos que não eram alinhados com as políticas do bloco moscovita. Dentro do contexto de jogo de poderes que se desenvolveu durante a Guerra Fria, a presença soviética naquela região do mundo seria de grande preocupação, também, para o próprio governo americano. Kaunda soube, de forma diplomática, apresentar uma solução para o entrave geopolítico que estava a se formar em Angola. De acordo com o presidente zambiano, o recurso ideal para que se evitasse o surgimento de um governo fantoche soviético em Angola tinha um nome: Jonas Savimbi. O ovimbundo que havia emergido da luta nas matas do leste de Angola havia captado a atenção de alguns importantes líderes da região sul do continente africano. A disputa acirrada entre as figuras de Neto e Roberto poderia dar a Savimbi a chance internacional de se tornar o líder institucional de um novo governo angolano.

We almost ignored Jonas Savimbi, the president of UNITA. Our colleagues had ignored Savimbi in the past, but this time he emerged as someone who could save the situation... The only chance we had of putting someone forward to the OAU with the possibility of acceptance was to suggest that Neto and Roberto should each lead his party and Savimbi would be the compromise leader of all three [...] Savimbi is a man of humility and good qualities. (KAUNDA, 1975, p. 2-4).

⁴⁵ O *Forty Committee* era composto por cinco postos políticos que abrangiam representantes dos secretariados do Estado, Defesa e Segurança Nacional, assim como o diretor da CIA e o chefe do Estado Conjunto Maior norte-americano. Segundo Silva (2013, p. 100), o comitê era responsável pela autorização das ações internacionais clandestinas conduzidas pela CIA e outras agências secretas.

O escalar das tensões em Angola a partir de fevereiro de 1975 obrigou Savimbi a buscar, de forma rápida, auxílio material e político para garantir a sobrevivência e a relevância de seu movimento perante as outras duas forças nacionalistas do país. Por mais que o movimento de Savimbi possuísse grande apoio popular nas zonas interioranas do centro-sul angolano, sua capacidade militar era a menor entre as três grandes organizações angolanas (SILVA, 2013, p. 100). A debilidade do poderio militar dos homens de Savimbi representava uma enorme ameaça à UNITA caso eclodisse, ainda na primeira metade de 1975, um conflito armado generalizado em Angola. Em março de 1975, o ovimbundo se reuniu com um agente do serviço secreto africano (SILVA, 2013, p. 104) para requisitar apoio do governo sul-africano do *apartheid*. As preocupações de Pretória em relação ao futuro de Angola foram, em um primeiro momento, relacionadas ao investimento do país em um complexo de várias represas situadas em importantes rios da metade sul do país ⁴⁶ (WOLFERS; BERGEROL, 1983, p. 12). As simpatias dos bôeres a Savimbi e incursão do exército africâner em terras angolanas se dariam, somente, mais tarde em agosto de 1975. Como os americanos, as autoridades sul-africanas ainda não tinham conhecimento pleno de Jonas Savimbi e sua organização, assim como quais seriam os rescaldos políticos de um envolvimento mais direto dentro do imbróglio de consolidação de uma Angola independente.

A partir da conversa com Kaunda, o governo americano decidiu estudar melhor a figura de Jonas Savimbi e as possibilidades do ovimbundo ser um real aliado das vontades geopolíticas de Washington. Entre abril e maio de 1975, as informações que circulavam nas centrais de inteligência americana sobre Savimbi eram inconsistentes e deixavam muitas dúvidas sobre a verdadeira natureza política do ovimbundo. Henry Kissinger ordenou um estudo mais detalhado de Savimbi ao Gabinete dos Assuntos Africanos do Departamento de Estado. O gabinete produziu, a partir da pesquisa de seu secretário, Nathaniel Davis, um relatório que pontuou algumas possíveis opções de operação política que os EUA poderiam tomar em relação à Angola e a Savimbi. A escolha da equipe de Kissinger foi pela atuação por vias diplomáticas e pacíficas em Angola. Uma intervenção militar direta de Washington poderia ocasionar, rapidamente, uma ampliação não quista pelos americanos do compromisso moscovita com o MPLA em Angola (SÁ, 2011, p. 189-190).

⁴⁶ A Namíbia fez parte, até o início dos anos de 1990, da república sul-africana do regime do *apartheid*. Antigo Sudoeste Africano, a Namíbia era a porta de entrada da África do Sul para Angola. Na primeira metade do ano de 1975, além de uma questão relacionada às represas construídas em parceria com o governo português, Pretória tinha certa preocupação com o trânsito de guerrilheiros do movimento de independência namíbio da *South West Africa People's Organization* (SWAPO) entre o sul de Angola e a Namíbia.

Em julho de 1975, o Forty Committee autorizou, sob o aval de Henry Kissinger, a criação de um fundo de repasse de verbas para os movimentos de Roberto e Savimbi em Angola. A intenção americana era tentar garantir um equilíbrio de poder entre os três movimentos para que, em um determinado momento, o cumprimento das diretrizes diplomáticas seladas em Alvor fosse tomado como a opção mais sensata a ser seguida (SILVA, 2013, p. 101). Infelizmente, para o povo angolano, o envio de apoio financeiro à FNLA e à UNITA não trouxe consigo o apaziguamento da tensa situação vivida no país. Os meses se passavam e a data formal de independência de Angola chegava cada vez mais perto. Os conflitos, por sua vez, se tornavam mais constantes, especialmente em Luanda, e a perspectiva de uma solução pacífica à situação angolana parecia esmaecer a cada novo dia.

Ao mesmo tempo em que as duas maiores potências mundiais do período da Guerra Fria tomavam, com certo distanciamento, medidas de incentivo material aos seus movimentos prediletos, um militar português convenciu Fidel Castro a se envolver, diretamente, no caso angolano. Liderada pelo major Otelo Saraiva de Carvalho – membro integrante de uma ala de espectro ideológico mais radical do MFA português –, a delegação de militares portugueses que rumou a Cuba em julho de 1975 tinha um propósito político muito concreto em mente. Reunido com os irmãos Castro (Fidel e Raúl), o major português relatou que o MPLA vivia em uma complicada situação de poderio militar em relação aos seus rivais. Impossibilitado de efetuar qualquer auxílio direto aos membros do MPLA, o major português se viu na obrigação de solicitar apoio ao revolucionário caribenho. Fidel aceitou, e o plano para uma intervenção militar cubana em Angola começou a ser traçado (SILVA, 2014).

Em agosto de 1975, o escalar dos conflitos entre as tropas do MPLA e da UNITA na região sul do país obrigou Savimbi a declarar, no dia 21 daquele mês, uma guerra formal contra o movimento de Neto. A mudança de postura de Savimbi em relação ao MPLA gerou uma resposta positiva das autoridades sul-africanas, e Pretória intensificou seu auxílio militar aos soldados do Ovimbundo. Com apoio da atividade da CIA na região, o serviço secreto sul-africano conseguiu fornecer equipamento até para as forças da FNLA através do governo zaireense (SILVA, 2013, p. 105). A *South African Defense Force* (SADF) chegou a criar, em meados de setembro daquele ano, um complexo militar de treinamento para as tropas da UNITA e da FNLA na província sulista de Cunene. Os soldados que lutavam sob o mando de Savimbi eram inexperientes, e a guerrilha da UNITA era desprovida de material bélico adequado para causar maiores problemas às tropas do MPLA (WOLFERS; BERGEROL, 1983, p. 15). A SADF procurou sanar algumas das dificuldades vividas pelos guerreiros do Ovimbundo para que, em outubro de 1975, pudessem lançar uma ofensiva militar em direção à Luanda.

Apelidada de Operação Savannah, a manobra planejada pelas altas autoridades da SADF teve, como objetivo final, uma possível tomada da capital angolana. Formada por uma coluna de homens da UNITA sob apoio próximo de blindados sul-africanos, a *strike-force Foxbat* rumou em direção ao norte do país por volta da segunda metade do mês de outubro de 1975 (SILVA, 2013, p. 108). Poucos dias antes da independência de Angola, as forças da UNITA chegaram, apoiadas pelos veículos blindados da SADF, a poucos quilômetros de Luanda. Com a possibilidade de uma rápida tomada da cidade costeira, os oficiais da SADF que acompanhavam as tropas da UNITA foram comunicados, pelo próprio Savimbi, de que a tomada de Luanda não seria finalizada. Segundo um documento do exército sul-africano (SADF, 1977), o líder da UNITA preferiu não adentrar na capital angolana por motivos puramente políticos e ideológicos.

Meanwhile Unita [...] appealed to the SADF for support against communist infiltration in Angola. The communists were at that stage occupying their traditional area in Southern Angola. Dr. Savimbi had full confidence that if he could maintain his authority in his traditional area the MPLA would have agreed to a peaceful change of government in which all three movements would have been represented. (SADF, 1977).

A proposta estratégica de Savimbi acabou sendo respeitada pelos militares da SADF, e as tropas auxiliares sul-africanas mantiveram suas posições a mais de uma centena de quilômetros ao sul de Luanda. A decisão do ovimbundo em não tomar a capital angolana de assalto se baseou, segundo Deon Geldenhuys (1984, p. 77), em uma estratégia política para com o subsequente reconhecimento internacional de um novo governo angolano a partir do dia 11 de novembro de 1975. Em janeiro do ano seguinte, a OUA iria se pronunciar em relação à independência angolana e ao devido cumprimento das diretrizes políticas acordadas em Alvor. A presença de uma força pró-Savimbi nas proximidades de Luanda – ou, pelo menos, a demonstração de força bruta militar por parte do ovimbundo – poderia obrigar o MPLA a aceitar algum tipo de negociação diplomática com os outros dois movimentos. Segundo a análise feita por Sérgio da Silva (2013, p. 108) “[...] a intervenção sul-africana em Angola só é compreensível se for interpretada como um meio de forçar o movimento de Agostinho Neto a concluir um acordo antes da independência.”.

Enquanto a coluna militar das tropas da UNITA/SADF manteve seu terreno na metade sul do país, Holden Roberto ordenou as tropas da FNLA para que avançassem em direção à Luanda. Um dia antes da independência formal do país, a investida militar de Roberto sob a antiga capital colonial foi militarmente solapada por um esforço conjunto entre os soldados do

movimento de Neto e seus mais novos aliados de front. Nomeada de Operação Carlota, a entrada cubana no conflito civil angolano teve início após as conversas entre Fidel Castro e o major português Otelo Saraiva de Carvalho. Depois de meses de planejamento, o primeiro grande contingente de tropas cubanas desembarcou em Angola na semana anterior ao dia da independência. Pegando a comunidade internacional de surpresa, Fidel Castro mobilizou, até o final de dezembro de 1975, em torno de 7500 homens para auxiliar Neto em sua revolução (SÁ, 2011, p. 226). Com Roberto derrotado no norte e Savimbi estacionado na metade sul do país, não houve nenhuma grande resistência para que o alto-comissário português Leonel Cardoso garantisse a independência plena de Angola para as mãos do MPLA em Luanda. Em fevereiro do ano seguinte, o conhecimento da intervenção americana e sul-africana em Angola acabou por incitar, em vários países africanos, o reconhecimento diplomático do MPLA como o legítimo governador do novo estado angolano (SILVA, 2013, p. 110).

Ainda em 11 de novembro de 1975, enquanto as tropas do MPLA e seu simpatizantes festejavam a independência do país em Luanda, outra proclamação de independência foi realizada, conjuntamente, na região centro-sul do país. A República Democrática de Angola (RDA) foi estabelecida na cidade de Huambo (a colonial Nova Lisboa) a partir de um acordo entre os movimentos da UNITA e da FNLA. Servindo de contraponto geopolítico para a formação da nova república sob o mando do movimento de Agostinho Neto, a RDA teve uma vida curtíssima, durou, apenas, até o final do ano de 1975. Segundo Savimbi (1979, p. 62-64), a tentativa de formação da RDA fracassou, especialmente, pela “incompetência da FNLA” em gerir a nova situação, assim como a impossibilidade da UNITA abrir mão de determinadas diretrizes políticas suas. Em realidade, a efêmera RDA foi uma tentativa política fadada ao fracasso, talvez, por ingenuidade das duas partes envolvidas. Visando a um reconhecimento internacional urgente, a projeção fictícia da existência de um governo organizado na metade sul de Angola não suportaria as próprias diferenças entre as partes envolvidas. No dia de natal de 1975, o movimento de Savimbi dispersou e repeliu as forças da FNLA que estavam estacionadas nas cidades sob o comando do movimento do ovimbundo (FERNANDO, 2012, p. 177).

Figura 13 – Agostinho Neto durante o 11 de Novembro de 1975



Fonte: Efemérides do Efemello (s.d.).

A transição do ano de 1975 para 1976 marcou outro período de complicações e isolamento internacional por parte da UNITA. Antes mesmo da dissolução da moribunda RDA, o senado americano decidiu, ciente das operações secretas conduzidas pela CIA em Angola, dar um fim legal ao auxílio americano à UNITA e a FNLA. Em 19 de dezembro, a emenda Tunney-Clark cessou, fomentada pelo recente desastre americano no Vietnã, o apoio financeiro da agência central de inteligência americana aos rivais do MPLA em Angola (SÁ, 2011, p. 279). Abalada pela dura decisão de Washington, Pretória tentou, a pedido de Savimbi, protelar a retirada de suas tropas das regiões dominadas pelos homens da UNITA. Todavia, a SADF não manteria um envolvimento solitário em terras angolanas, e a retirada do apoio americano à UNITA significou o fim da campanha militar iniciada em 1974. Em março de 1976, para a infelicidade de Savimbi, as tropas sul-africanas se retiraram de Angola em direção à Namíbia (SILVA, 2013, p. 113). Novamente, Savimbi teria que lutar contra o isolamento internacional da UNITA nas matas de Angola.

A exposição internacional das alianças do movimento de Savimbi com os governos de Washington e Pretória acabaram, nos últimos anos da década de 1970, por sujar, internacionalmente, o nome da organização do ovimbundo. Regionalmente, a aliança da UNITA com o governo de segregação racial sul-africano gerou sérias críticas a sua pessoa. Como poderia um líder revolucionário negro se alinhar com os anseios políticos do governo do *apartheid*? Perseguido por inúmeras acusações, o ovimbundo empenhou-se em esclarecer, ao final dos anos de 1970, os pormenores das “controversas” alianças internacionais promovidas pela UNITA. Conforme escreveu Savimbi (1979, p. 69), “[...] a UNITA contactou realmente

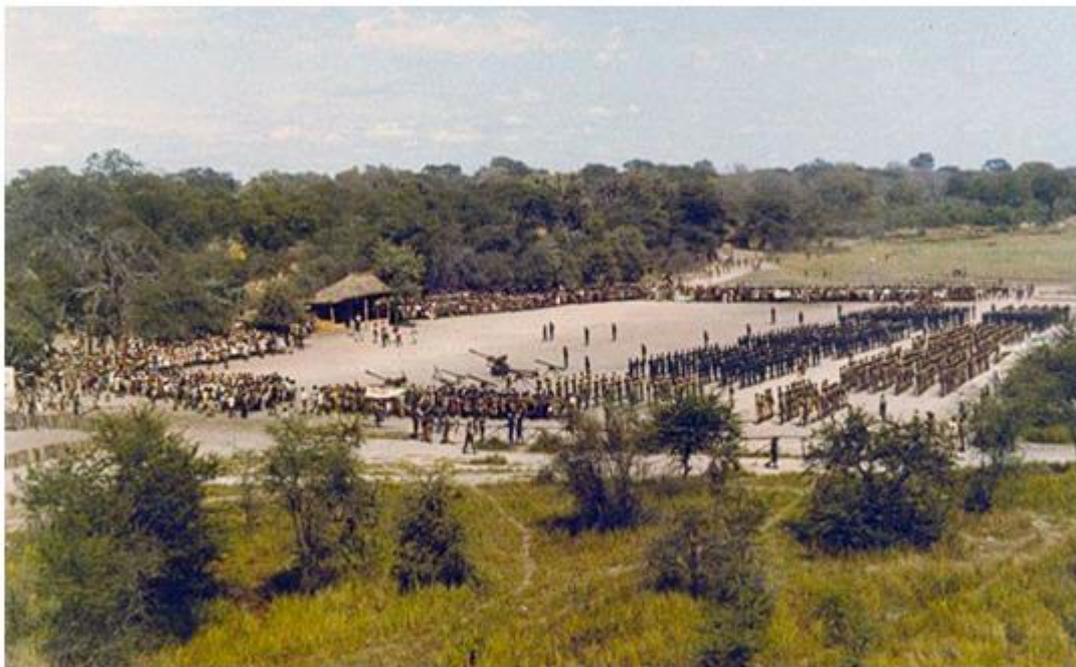
amigos do Ocidente” com o intuito de se posicionar, geopoliticamente, de forma contrária à “influência acelerada dos russos em nosso País. ”. O ovimbundo tentou deixar claro também que, acima de tudo, a decisão pela adesão de apoio internacional na Guerra Civil teria tido um caráter puramente pragmático. Se os soldados do MPLA tiveram auxílio dos “russos” e cubanos, por que a UNITA não poderia engajar sua diplomacia em contatar aliados dispostos a combater a tal expansão soviética? Dentro de um escopo de incongruência ideológica, o pragmatismo estratégico e a subsequente garantia de sobrevivência de seu movimento falaram mais alto. Utilizando-se da diretriz maoísta da “frente unida” (TSÉ-TUNG, 1974, p. 206), Savimbi identificava sua postura de aliança internacional com o contexto histórico chinês de quando o Partido Comunista Chinês se aliou com o Partido Nacionalista de Chiang Kai-Shek para derrotar o exército imperial Japonês. Para o líder da UNITA, qualquer aliança com as potências ocidentais capitalistas e liberais poderia ser justificada a partir dessa argumentação (KEAN, 2007).

A partir de março de 1976, as investidas militares do MPLA sob o apoio das tropas expedicionárias de Fidel foram, aos poucos, compelindo o recuo das tropas de Savimbi em direção ao sul do país. Em maio daquele ano, Agostinho Neto colocou os pés em Huambo, bastião da zona de influência tradicional de Jonas Savimbi, e promoveu um comício em favor do governo de Luanda (FERNANDO, 2012, p. 187). Com a perda de uma das regiões angolanas mais preciosas a Savimbi, o líder da UNITA decidiu pela convocação de um novo congresso geral de seu movimento. Devido ao revés de uma perda tão importante para o MPLA, a UNITA necessitava de uma reformulação e exposição propagandística estratégica de seus ideais e de suas práticas políticas. Um congresso aberto serviria, também, como palanque para a profusão da imagem e dos pronunciamentos políticos cunhados pela carismática figura de Jonas Savimbi.

Entre os dias 23 e 28 de março de 1977, os quadros da UNITA conseguiram reunir os recursos necessários para a realização de seu IV Congresso Ordinário. Ocorrido nas matas da metade sul da província de Huambo, o evento demarcou um importante ponto de transição e consolidação ideológica dos discursos nacionalistas da organização. Os poucos anos que haviam se passado desde o 25 de Abril português haviam trazido profundas mudanças para a conjuntura geopolítica do país. O êxodo em massa dos brancos e a internacionalização do conflito civil angolano tiveram seus resultados refletidos, de forma muito clara, na redação do comunicado final do IV Congresso da UNITA (SAVIMBI, 1979, p. 205). A fuga dos brancos das terras angolanas havia eliminado, para o movimento de Savimbi, uma das constantes mais importantes da complexa equação de formação nacional de uma nova Angola. A saída dos brancos também retirou, das mãos de Savimbi, uma aliança importantíssima com uma larga

fatia daquela população. O “problema dos retornados de Portugal” foi, como foi indicado no comunicado (SAVIMBI, 1979, p. 206), responsabilidade dos esforços praticados pelos militares portugueses Otelo Saraiva de Carvalho e Rosa Coutinho. Estes homens teriam, da mesma forma, enorme culpa pela expansão da presença do governo expansionista soviético (e cubano) em terras angolanas. A partir desse conluio internacional entre atores governamentais “comunistas”, a UNITA daria início a sua ferrenha luta contra aquilo que Savimbi (1979, p. 206) nomeou de “Social imperialismo russo”.

Figura 14 – Base da Jamba no início da década de 1980



Fonte: Pinterest (s.d.).

Ao final da década de 1970, as constantes investidas dos militares do MPLA às tropas da UNITA coagiram Savimbi a realocar sua base operações para o extremo sudeste do país. Além de contar uma enorme desvantagem numérica de tropas em relação ao seu rival, a UNITA carecia de armamentos adequados para lidar com os numerosos blindados e jatos que o movimento de Neto havia adquirido de seus parceiros soviéticos. A saída encontrada por Savimbi e seus homens foi recorrer ao apoio de seus amigos sul-africanos. A base de Jamba, novo quartel-general de Savimbi, ficava a poucos quilômetros da faixa de Caprivi, fronteira aberta entre Angola e Namíbia. Lá, a UNITA criou o que seria uma pequena capital, com escolas de treinamento para os quadros, hospitais e oficinas de material bélico (FERNANDO, 2012, p. 196). Com uma defesa garantida pelos aliados de Pretória, a nova base central da UNITA deu a Savimbi a chance de reestruturar sua atuação política e militar na região. A partir

das matas da província de Cuando-Cubango, o ovimbundo passou a arquitetar a continuidade e sobrevivência, não somente de seu movimento, mas de seus ideias e conceitos de projeto de uma nação angolana.

Encravada no meio da vegetação cerrada do sudeste Angolano, a base de Jamba serviu como plataforma de exposição internacional e regional dos valores políticos e ideológicos da UNITA. Nos primeiros anos da década de 1980, Savimbi passou a investir tempo e recursos materiais para conquistar (e reconquistar) valiosos apoios internacionais para seu movimento. Aliado vital durante os embates iniciais do conflito civil angolano, os Estados Unidos estavam incapacitados, desde 1976, de fornecer qualquer auxílio financeiro substancial para a organização de Savimbi. Engessada pela Emenda Tunney-Clark, a gestão governamental do presidente americano Jimmy Carter (1977-1981) apenas assistia enquanto seu maior rival mundial expandia sua esfera de influência por mais um país africano. Frustrado pela leniência de Washington em relação à “invasão soviética” em Angola, Savimbi procurou persuadir, pessoalmente, seus amigos ianques “antissoviéticos”.

Em uma entrevista para a revista norte-americana *The American Spectator* publicada em janeiro de 1980, o ovimbundo utilizou-se de toda a sua experiente retórica para convencer o público americano da importância da luta da UNITA em Angola. Caracterizado como “pró-ocidente” pelo autor da matéria, Savimbi criticou a inaptidão diplomática da gestão Carter em não agir de forma enfática contra a invasão do continente africano por tropas cubanas e soviéticas. Utilizando-se de uma tática que já havia sido empregada para conquistar a simpatia dos madeireiros portugueses do leste angolano, o líder da UNITA recorreu, novamente, à tática maoista da luta de frente unida contra um inimigo comum.

And in the long run, our enemy is your enemy, has always been your enemy, and at least for the foreseeable future will remain your enemy. We have much common ground, and while we are not asking you to fight our war, because we are capable of doing that ourselves, it is natural for us to cooperate (SAVIMBI apud MAIER, 1980).

Savimbi se fez convincente, não queria tropas americanas para lutar a sua guerra, mas necessitava de apoio material para conduzi-la, precisava de dinheiro e armas, e o governo americano poderia prover essas tão preciosas ferramentas. A Emenda Clark era um empecilho legal que engessava qualquer prerrogativa de apoio à UNITA por parte dos setores especializados e agências secretas do governo estadunidense. Para a sorte de Savimbi, uma nova gestão presidencial tomou posse do governo americano em 1981, e as chances de apoio por parte dos amigos ianques tornaram-se muito mais tangíveis. Desde o momento em que

assumiu o comando da Casa Branca, a equipe política de Ronald Reagan esteve convicta em reverter a falta de ação americana em relação à presença e expansão do poderio político soviético pelo mundo. Chamada de Doutrina Reagan (KISSINGER, 1994, p. 774), a nova postura política e ideológica do governo americano era voltada para “[...] *help anticommunist counterinsurgencies wrest their respective countries out of the Soviet space of influence.*”. Os ganhos políticos soviéticos durante anos da década de 1970 haviam pressionado o governo americano a tomar medidas internacionais contrárias ao rápido expansionismo moscovita sob a ideologia do socialismo internacionalista. Como que Jonas Malheiro Savimbi – um autoproclamado socialista e maoísta – captaria o apoio da maior potência liberal e capitalista do mundo? Pela retórica diplomática e pelo controle propagandístico de seu próprio movimento.

Segundo Miguel N’Zau Puna (FERREIRA, 1994), antigo quadro de direção do movimento, Savimbi era um ferrenho defensor das teorias marxista-leninistas, assim como das diretrizes interpretativas sobre as teorias marxistas que foram cunhadas pelo chinês Mao Tsé-tung. Dentro dos centros de formação intelectual e ideológica da Jamba, o ovimbundo dava aulas sobre teorias de cunho ideológico socialista rodeado por grandes retratos de Marx, Lenin, Stalin e Mao. Dentro das exposições e aulas realizadas no Centro de Estudos Kapesi Kafundanga (Cekk) da Jamba, o ovimbundo empregou o uso de um manual de luta revolucionária (Guia Prático do Revolucionário) aos moldes do Livro Vermelho de Mao. Como relatou o jornalista James Kean (2007), para o líder da UNITA, “[...] a guerra em Angola tinha pouco a ver com a luta contra o comunismo, até porque ele idealizava a criação de uma ditadura, baseada na classe dos camponeses [...]”. Enquanto arrebanhava seus quadros a partir do discurso da dialética marxista, fora da Jamba, Savimbi negava qualquer associação sua com o comunismo. De acordo com os relatos de Miguel N’Zau Puna, o líder da UNITA era muito claro ao afirmar que era, para seus quadros, comunista; contudo, como teria dito o próprio Savimbi “[...] se algum de vocês for lá para fora divulgar, eu vou gritar que é tudo mentira! ”. (N’ZAU PUNA apud FERREIRA, 1994).

A maneira de manter em sigilo suas verdadeiras convicções foi um trunfo que Savimbi manteve durante muitos anos dentro de seu quartel-general no interior angolano. Ao mesmo tempo em que servia de cartão de visita para autoridades estrangeiras e lideranças do continente africano, a base da Jamba era cercada por segredos e confidencialidade (FERNANDO, 2012, p. 197). Visitantes eram acompanhados de perto pelo serviço de inteligência da UNITA, e mesmo os quadros de maior confiança para o ovimbundo não viajavam ao exterior sem vigilância (FERREIRA, 2007). Após a realocação para o extremo sudeste angolano no final da

década de 1970, a ideologia interna da UNITA passou por uma fase de notória radicalização, especialmente em relação à imagem de liderança de Savimbi perante o restante do movimento (FERNANDO, 2012, p. 196). O culto à personalidade do ovimbundo cresceu a tal ponto que, operacionalmente, a UNITA era um regime ditatorial representado pela figura de Savimbi. A palavra do líder era a lei, e punições aguardariam aqueles que não respeitassem os dogmas impostos pelo alto escalão do movimento. Assim, com um regime fechado e controlado nos mínimos detalhes, Savimbi pôde vender a ideia que quisesse ao exterior.

A propaganda anticomunista divulgada por Savimbi à mídia americana gerou seus primeiros frutos durante a primeira metade de 1981. Percebida pelo governo americano como uma organização de postura contrária aos anseios de Moscou em Angola, a UNITA foi contatada pela direção da CIA logo após a tomada de posse da gestão Reagan em janeiro daquele ano. Dois meses após os contatos iniciais entre Washington e a Jamba, conselheiros militares americanos visitaram Savimbi em sua base no sudeste Angolano. Nos meses seguintes, o ovimbundo se encontrou, pessoalmente, com outros importantes membros do alto escalão da administração Reagan e das agências de serviço secreto americano. Conhecidas as necessidades e carências materiais do movimento, o governo norte-americano se comprometeu, em dezembro de 1981, com o envio de auxílio financeiro à UNITA. Mesmo impossibilitados pelas diretrizes legais impostas pela Emenda Clark, os homens da gestão de Ronald Reagan procuraram arquitetar formas clandestinas de amparar, financeiramente, o movimento de Savimbi. Graças aos acordos diplomáticos firmados entre Washington e Pretória, os homens de Savimbi receberam, pelas mãos do serviço secreto sul-africano, armamento e munições patrocinadas pelos seus amigos “ianques”⁴⁷ (WRIGHT, 1997, p. 216).

⁴⁷ A aproximação da gestão Reagan com a UNITA coincidiu, temporalmente, com o início da implementação de uma nova estratégia política cunhada pelo governo sul-africano. Tida como a “Estratégia Nacional Total” (SILVA, 2013, p. 156), a gestão do primeiro-ministro P.W. Botha trabalhou em prol da consolidação de seu país como a maior força política e militar da região. Baseando-se na premissa da desestabilização de regimes contrários às vontades do governo africâner, as forças armadas da SADF passaram a atuar, a partir de 1981, de forma ilegal em solo angolano. Contemplando a ligação do governo americano com os homens da UNITA, o alto escalão militar sul-africano não perdeu tempo em intensificar a sua atuação ao lado dos soldados de Savimbi.

Figura 15 – Ronald Reagan e Jonas Savimbi na Casa Branca em 1981



Fonte: Getty Images (s.d.)

Eleito para mais um mandato no comando da maior potência bélica do *Free World* em janeiro de 1985, Ronald Reagan intensificou seus esforços para consolidar os objetivos propostos pela sua doutrina homônima. Em junho de 1985, o congresso norte-americano, finalmente, sucumbiu à pressão política imposta pelo *lobby* do setor executivo da gestão Reagan para rejeitar a imposição legal da Emenda Clark. Logo após a sua anulação, o gabinete presidencial norte-americano se posicionou, publicamente, como inclinado a dar suporte militar para as tropas da UNITA (WRIGHT, 1997, p. 238). Antes de viajar para Washington no primeiro mês de 1986, Savimbi redigiu um importante texto para a edição de inverno da revista americana *Policy Review*. Em um tom de promoção propagandística das atividades de guerrilha de seu movimento, o ovimbundo reiterou seu posicionamento político em relação ao dito nocivo “*soviet colonialism*” (SAVIMBI, 1986).

Segundo as palavras redigidas pelo líder da UNITA, logo após o fim do mando português em Angola, o país foi recolonizado pela União Soviética e seus aliados. Para Savimbi, o MPLA era, tão somente, um fantoche político dos anseios expansionistas promovidos pelo bureau governamental do Kremlin. Em relação aos seus antigos laços com o governo Chinês, o ovimbundo admitiu possuir fortes ligações ideológicas com as teorias de luta guerrilheira trabalhadas por Mao Tsé-tung, mas apenas nesse âmbito. Ao escrever sobre as

possibilidades do futuro econômico e político de Angola, Savimbi se fez muito direto ao afirmar que também havia aprendido a como não manter uma economia e uma nação sob os mandamentos cunhados pelo revolucionário chinês. Posicionando-se como um defensor da livre iniciativa e da propriedade privada, o líder da UNITA proclamou “*Collectivist agriculture does not work. Peasants must be able to own their own land, their own houses, and their own cattle. People must be free to practice their religions, and observe tribal traditions.*” (SAVIMBI, 1986). Em seu artigo publicado no periódico Semanário Angolense, James Kean (2007) registrou que, dentro do Cekk na Jamba, criticava-se ferozmente o funcionamento do livre-mercado, assim como quaisquer tendências liberais que contradissem os dogmas econômicos das teorias marxistas. Dentro da capital da UNITA, segundo Kean (2007) “a iniciativa privada não era admitida”.

A propaganda moldada para agradar aos ouvidos do governo estadunidense foi seguida de pedidos por apoio material e de equipamento bélico para contra-atacar as tropas do MPLA cubano-soviético. Omitindo qualquer participação militar das tropas da SADF no conflito que se desenvolvia em solo angolano, Savimbi se disse encorajado pela rejeição da Emenda Clark – obstáculo legal que já havia sido transposto pelo serviço secreto americano – e pela perspectiva de apoio direto da gestão Reagan para a UNITA. Savimbi teve sucesso, e acabou visitando Ronald Reagan, pessoalmente, na Casa Branca em 30 de janeiro de 1986. O resultado, quase 100 milhões de dólares em compromissos militares do gabinete presidencial americano com as tropas da Jamba entre 1986 e 1988 (WRIGHT, 1997, p. 248), e o recrudescimento, até o final dos anos de 1980, do conflito civil angolano com a intensificação dos embates entre todos os lados envolvidos.

3.2 O FEITIÇO DO MODERNO

Em um cenário de conflito internacional generalizado entre a UNITA e o MPLA, Cuba, África do Sul, Estado Unidos e União Soviética travaram – por vezes, de forma indireta e pelas mãos dos próprios angolanos – alguns dos embates militares mais quentes da Guerra Fria. Ao mesmo tempo, as políticas e os discursos nacionalistas da UNITA continuaram a funcionar, para com os povos angolanos, sob a égide das diretrizes políticas propostas pelo alto escalão do movimento. Desde o IV Congresso Ordinário da UNITA em março de 1977, a organização manteve uma certa coerência interna em relação às suas ideologias de formação e sistematização de uma nova nação angolana. Perdidos os amigos brancos após início do conflito civil, o discurso plurirracial da UNITA não tinha mais motivos ou razões políticas para ser

empregado em seus pronunciamentos e comícios. O principal público que aprovaria uma postura de coexistência multiétnica pacífica em Angola havia fugido de lá, e Savimbi – como um sujeito muito pragmático – não perderia tempo e preciosos recursos materiais com propaganda política desnecessária. Restaram, ao final da década de 1970 em Angola, duas cores de pele: a negra e a mestiça. Desde o início de sua caminhada política, ainda na década de 1950, Savimbi sempre exibiu, em algum de seus discursos, sua predileção identitária às populações negras do interior do país. A cor de sua pele e as circunstâncias culturais que permearam seu *upbringing* em uma comunidade rural foram, notadamente, os motivos pelos quais essa postura de predileção identitária foi tomada pelo ovimbundo. Durante seu quarto congresso no início do ano de 1977, a organização de Savimbi fez questão de explicitar que, pontualmente, os povos negros de Angola eram – e sempre teriam sido – a população pela qual o movimento havia lutado desde sua fundação em 1966.

As vitórias alcançadas durante os últimos meses de luta armada contra o social imperialismo soviético em Angola garantem-nos que a maioria do POVO NEGRO de Angola, frustrado nas suas legítimas aspirações de liberdade e independência, continua a ser o centro das nossas preocupações e as espinha dorsal da nossa luta (SAVIMBI, 1979, p. 209).

Quanto aos mestiços, o comunicado final do IV Congresso da UNITA não fez nenhuma menção específica a essa parcela da população angolana. Apenas foi reiterado o fato de que, acima de tudo, o movimento buscava a condução da paz e da harmonia entre todas as populações do país. Entretanto, em condições internas, relatos como o de Sabino Candende (MINTER, 1988, p. 38-40) revelaram que, durante o início dos anos de 1970, a organização de Savimbi já não mantinha a tal postura política conciliatória em relação à pluralidade étnica e social de seus membros. De acordo com os documentos redigidos durante o congresso do movimento em 1977, o movimento de Agostinho Neto era um “[...] regime minoritário e pequeno-burguês... instrumento de realização das ambições expansionistas da União Soviética... [e] também um instrumento de opressão e repressão de todo o nosso Povo.” (SAVIMBI, 1979, p. 207). O “Povo” referenciado pela documentação seria, no caso, as populações negras – especialmente campesinas – de Angola. Para Savimbi, os mestiços cosmopolitas que compunham uma significativa parcela dos quadros integrantes da alta direção do MPLA representariam, sem sombra de dúvida, a tal “minoridade” governante que trabalhava em prol de interesses próprios. A partir do IV Congresso, as políticas de legitimação nacional da própria UNITA tomaram um caminho que fez uso de duras críticas às relações sociais e

políticas entre a direção do MPLA e seus quadros mestiços, e entre o movimento – como um todo – com a participação internacional soviética e cubana no conflito civil angolano.

Em janeiro de 1980, em sua entrevista concedida ao repórter Francis Maier (1980) do periódico norte-americano *The American Spectator*, Savimbi afirmou, de forma categórica, que seu movimento era o verdadeiro representante da maioria da população angolana. O que o ovimbundo intencionou apontar com essa afirmação era, justamente, a questão da nova postura ideológica estabelecida pela própria UNITA ao final da década de 1970 (ou seja, a legítima organização representante do povo negro de Angola). Aquela larga parcela populacional que o movimento de Savimbi abarcou em sua retórica nacionalista era composta, demograficamente, pelos habitantes das zonas rurais e interioranas do país. Como referenciado anteriormente, as simpatias do ovimbundo em relação às condições sociais e históricas das populações camponesas de Angola não foram mera coincidência, mas sim, parte da própria construção da mentalidade de Savimbi. A aproximação do líder da UNITA às teorias cunhadas por Mao Tsé-tung foi reflexo evidente da preocupação do ovimbundo em mobilizar, politicamente, os negros angolanos pela sua condição como classe – ou categoria social – camponesa. Segundo James Kean (2007), em sua reportagem publicada no periódico *Semanário Angolense*, “Savimbi utilizava o tema da negritude para dar ênfase à noção de uma luta de classes. Ele falava reiteradamente da coesão entre os mestiços do Mpla. ”.

Todavia, Savimbi tinha conhecimento de que um simples sentimento de classe não teria força suficiente para arrebanhar os negros angolanos em torno de uma nova ideia de organização nacional. Seria preciso legitimar as propostas da UNITA a partir de um viés de identificação nacional mais abrangente e mais significativo para aqueles povos. O conceito modernista de classe social não teria sucesso na mobilização de populações fortemente arraigadas a sentimentos de âmbito étnico e tradicional. Ainda durante sua entrevista para o *American Spectator* (1980), o ovimbundo citou, a partir de uma crítica ao já falecido Agostinho Neto (1979), a importância do espírito/sentimento de respeito ao “tradicional” para a UNITA. Elucidando um episódio ocorrido durante as conversas do Acordo de Mombaça, em 1975, Savimbi quis demonstrar um suposto desprezo do MPLA para com as antigas tradições africanas existentes em Angola. De acordo com o líder da UNITA, Neto teria se recusado a participar de um antigo ritual simbólico proposto pelo presidente queniano Jomo Kenyatta. Com esse ato, o líder do MPLA teria consolidado a posição do movimento como uma instituição política contrária ao verdadeiro *background* sentimental e identitário da maioria da população angolana.

In Neto's mind, the whole ritual was just another example of a reactionary past. But that sort of ritual is the root of his people, and when he rejected it, he was rejecting his people, his past, and even himself – and that is why his message will never penetrate the Angolan heart. (SAVIMBI apud MAIER, 1980).

Pelo restante da década de 1980, Savimbi fez duras críticas às posturas políticas tomadas pelo MPLA, especialmente, em relação a uma suposta rejeição promovida pelo governo de Luanda aos antigos valores e tradições mantidos pelos povos do interior angolano. Em seu artigo publicado pela *Policy Review* no início do ano de 1986, o ovimbundo se referiu à base de apoio do MPLA – naquele momento, chefiado por José Eduardo dos Santos – como “*urban leftists*” (SAVIMBI, 1986). O termo remeteria a uma afirmação feita pelo líder da UNITA em um parágrafo seguinte de seu artigo.

The experience of [...] Angola [...] shows clearly that Marxist-Leninist regimes have no respect for the traditions of a people or for the tribal customs and languages that strengthen a sense of community and of continuity with the past. True nationalists around the world are therefore rejecting the Marxist-Leninist path and taking up arms against regimes that impose this failed ideology (SAVIMBI, 1986).

Savimbi era leitor e admirador das teorias marxista-leninistas, ou, pelo menos, era isso o que o ovimbundo expunha em suas falas e palestras no Cekk da hermética Jamba. O discurso para os americanos e sul-africanos era outro, e carregado de um teor de forte rejeição a relação MPLA-marxismo. Surge, superficialmente, uma visível incongruência ideológica por parte da UNITA. Qual seria o motivo de Savimbi condenar o marxismo utilizado pelo MPLA, mas, ao mesmo tempo, saudar as mesmas bases teóricas em seus centros de treinamento ideológico na Jamba? A diferença entre o MPLA e a UNITA era, justamente, a maneira como os movimentos visavam aplicar os seus programas políticos de cunho marxista no contexto angolano. Desde os primórdios de sua caminhada política, Savimbi pontuou a necessidade de adaptação, das teorias importadas de outros países para a realidade vivida em Angola (SAVIMBI, 1961 apud FERNANDO, 2012, p. 325). Atitude similar àquela tomada por Mao no caso chinês (TSÉ-TUNG, 1974, p. 216), o ovimbundo tomou as devidas providências políticas para realizar uma adaptação teórica do marxismo às inúmeras tradições e contextos particulares presentes na vida do campesinato negro do interior angolano. Como relatou Miguel N’Zau Puna (FERREIRA, 1994), Savimbi fez questão de afirmar para seus quadros que suas ideias políticas, voltadas ao comunismo, eram diferentes das do MPLA, segundo Savimbi, “Nós somos contra os comunistas do MPLA”.

O ideal nacionalista – com traços marxistas e maoistas adaptados – que era fomentado pelas políticas da UNITA condizia, em alguns aspectos, com um conceito teórico apresentado pelo queniano Tom Mboya no início da década de 1960. Para o intelectual queniano, os países do continente africano deveriam idealizar a sua própria sistematização teórica de políticas nacionais voltadas, principalmente, à compreensão da existência de inúmeras antigas tradições coletivistas endêmicas aos vários povos do continente. O “*African Socialism*” de Mboya (1986, p. 163) refletiu o contexto dicotômico da formação nacional africana (KI-ZERBO; MAZRUI; WONDJI, 2010, p. 565), em que as teorias políticas estrangeiras de natureza moderna se chocaram frontalmente com conceitos identitários ou pré-modernos de cada região africana.

No caso angolano, a UNITA quis, decididamente, não rejeitar o valor sentimental e identitário dessas tradições dentro de um escopo de vivência popular, e de subsequente formação nacional. O marxismo-leninista falho do MPLA, na perspectiva de Savimbi, foi aquele que renegou o passado e o colocou dentro de um espectro de reacionarismo político. O ovimbundo sorveu de inúmeras fontes teóricas modernas, mas, diferente do verso do hino angolano do MPLA, o “homem novo” de Angola não deveria ser arrancado de seu passado à força. O “tradicional” era muito vivo dentro das realidades dos negros que residiam no interior do país. A mobilização dos sentimentos identitários e étnicos daqueles povos seria, acima de tudo, um instrumento chave para que Savimbi pudesse, a partir de seus discursos, fomentar uma nova ideia de nação angolana.

Figura 16 – Soldado da UNITA espanta um “espírito” maligno com um ramo



Fonte: Malomil Blog (s.d.).

A conquista dos corações e mentes dos povos do interior angolano não poderia se basear em uma simples mobilização popular fomentada por uma retórica marxista de luta de classes, e Savimbi sabia bem disso. A categorização de um complexo amálgama de populações que residiam por toda a vastidão do território angolano não poderia ser, de maneira alguma, simplificada a uma clivagem – apenas – de categorização social. Como já havia dito Savimbi, as teorias importadas do estrangeiro necessitariam de determinados ajustes para se adequarem à realidade das conjunturas sociais angolanas. Além disso, o contexto de organização identitária baseado em termos engessados de classificação social careceria, segundo a obra composta por Anthony Smith (1997), de um importantíssimo estímulo identitário social mais profundo.

Revoluções de trabalhadores são quase tão raras como as dos camponeses... A dificuldade em tratar classe social como uma base para uma identidade colectiva duradoura deve-se ao seu atractivo emocional limitado e à sua falta de profundidade cultural [...] O interesse pessoal económico não é, em geral, a essência de identidades coletivas estáveis. (SMITH, 1997, p. 18).

Qual seria, ou melhor, quais seriam as essências de uma identidade coletiva partilhada pelo campesinato negro angolano que, de maneira mais profunda e significativa, legitimaria o programa político nacionalista mantido pela UNITA? Novamente, segundo as teorias cunhadas pelo britânico Anthony Smith (1997), faz-se necessário considerar a multiplicidade de identidades mantidas pelos povos negros do meio rural angolano. Mesmo quando um indivíduo é considerado em uma posição de afastamento de um grupo, essa pessoa manifesta uma identidade própria, que é formada a partir da junção de outras inúmeras clivagens, ou papéis de cunho “[...] familiar, territorial, de classe, religiosa, étnica [...]” (SMITH, 1997, p. 16). Seguindo essa proposta da formação identitária como uma construção celular e de difícil delimitação precisa, uma identidade de grupo seria formada, também, pela justaposição de diversas clivagens diferentes. Por exemplo, no caso angolano e de interesse de Savimbi, as populações negras do meio rural angolano eram compostas por clivagens tribais variadas e distintas. Por mais que apenas uma das categorizações dos homens do campo pudesse ser exposta pela questão da classe campesina, havia uma série de clivagens étnicas posteriores. A aposta de Savimbi em um atrativo emocional que favorecesse a mobilização das populações campesinas não poderia ser, de forma alguma, singular e pontual. O fomento de uma nova ideia de identidade nacional angolana precisaria ser composto por um conjunto de clivagens já existentes e que abarcasse a esfera de interesse das políticas e discursos da UNITA.

Savimbi e seus homens mais próximos decidiram mobilizar, pelos anos restantes da década de 1980, as populações angolanas a partir de um programa de identificação produzido

por clivagens diferentes, mas que, quando aglomeradas, formariam uma nova composição nacional unitária angolana. A maneira como Savimbi compôs um discurso nacionalista em relação a essa decisão se deu, principalmente, a partir de uma retórica altamente influenciada pela teoria marxista de luta de classes. Segundo Savimbi (KEAN, 2007), o negro interiorano não era coeso como grupo (ou nação) e, por esse motivo, era dominado e explorado por um outro grupo, no caso, pelos mestiços da pequena burguesia metropolitana de Luanda. Portanto, para os quadros que frequentavam o Cekk da Jamba, o MPLA era, claramente, a representação política de uma sistemática opressão dos negros de Angola por um novo explorador. Os portugueses haviam partido, e a colônia dos lusitanos brancos era algo do passado; contudo, Angola estaria sendo, de acordo com Savimbi (1986), recolonizada. Dessa vez, MPLA e soviéticos estariam trabalhando em prol de um grande conluio para, especificamente, oprimir e explorar os “negros” angolanos.

Segundo os escritos produzidos ao final do IV Congresso da UNITA no início do ano de 1977, o “POVO NEGRO” era a “espinha dorsal” de sustentação das ambições da luta política do movimento em Angola (SAVIMBI, 1979, p. 209). Esse posicionamento da UNITA perante uma retórica firmada sobre a luta pelas vontades de um povo negro angolano expôs alguns detalhes que merecem ser melhor analisados. O uso do conceito de povo negro carregou consigo, apesar da predileção do movimento pelas tradições das diferentes etnias do país, um fator político de cunho muito moderno. No momento em que a UNITA aglomerou os negros angolanos em um fator único de identificação, ela se propôs a inferir um processo político de homogeneização nacional das inúmeras clivagens étnicas presentes em solo angolano. Além disso, o discurso do movimento de Savimbi parece ter se remetido a um teor conceitual ideológico similar ao exposto pelo americano W.E.B. Du Bois no início do século XX. Famoso teórico do pan-africanismo, Du Bois promoveu um ideal de identificação nacional baseado, sobretudo, em teorias raciais que posicionavam todos integrantes da “raça negra” como possuidores de uma mesma herança histórica e social comum (APPIAH, 2007, p. 70). Por sua vez, o movimento de Savimbi reproduziu um discurso de cunho “pan-angolano”, em que as heranças das tradições das etnias negras do país serviram como fator de legitimação das vontades políticas de projeção nacional de Savimbi.

A promoção de uma identidade nacional angolana negra e de raízes rurais pela UNITA se deu, nomeadamente, pela difusão de uma nova narrativa de referência social. Savimbi empreendeu esse novo “projeto angolano” (ROSA, 1978) a partir da tentativa de formatação de uma nova identidade nacional coesa formada, principalmente, pela mobilização e agrupamento de diversas identidades étnicas já existentes. O movimento de Savimbi se transformou,

alicerçando seu poder político na Jamba, em uma autoridade de propagação de um discurso nacional. Essa elaboração de um novo conceito nacional ocorreu de forma congruente a certos aspectos conceituais de “escrita de nação” que foram estudados pelo intelectual indiano Homi Bhabha (2001). Ao trabalhar a situação presente de Angola, a UNITA se utilizou de signos pertencentes ao passado, como a questão da identificação do movimento com os costumes e línguas próprias dos povos interioranos. A interação entre o passado e presente na delimitação do povo pelo qual a UNITA lutava (e legitimava sua luta) remete, justamente, a uma noção de análise nacional proposta por Bhabha (2001).

O povo não é nem o princípio nem o fim da narrativa nacional; ele representa o tênue limite entre os poderes totalizadores do social como comunidade homogênea, consensual, e as forças que significam a interpelação mais específica a interesses e identidades contenciosos, desiguais, no interior de uma população. (BAHBHA, 2001, p. 207).

Mesmo vociferando pesadas críticas às políticas modernas e homogeneizantes do nacionalismo proposto pelo MPLA, a UNITA não escapou de propor uma escrita nacional que, inevitavelmente, também remeteria a uma questão homogeneizante de significação de “Angola”. Por mais que o movimento de Savimbi advogasse pela formação nacional angolana por meios de uma junção de clivagens étnicas em uma nova identidade, as próprias etnias que comporiam a nação acabariam vivendo, segundo os estudos de Bhabha (2001), em uma tensão constante com a figura de autoridade nacional mantida pela UNITA de Savimbi.

Estamos diante da nação dividida no interior dela própria, articulando a heterogeneidade de sua população. A nação barrada Ela/Própria [*it/self*], alienada de sua eterna autogeração, torna-se um espaço liminar de significação, que é marcado *internamente* pelos discursos de minorias, pelas histórias heterogêneas de povos em disputa, por autoridades antagônicas e por locais de tensos de diferença cultural. (BHABHA, 2001, p. 209-210).

A proposta de nação angolana almejada por Savimbi já demonstrava, mesmo enquanto em uma fase de projeto político a ser consolidado, visíveis divisões internas em seu seio organizacional. Segundo Miguel N’Zau Puna, em sua entrevista para o periódico *Jornal de Notícias* (FERREIRA, 1994), após a consolidação da UNITA como uma força a ser reconhecida no cenário do conflito civil angolano, a organização passou a ser assombrada por “sentimentos ‘divisionistas’”. Gradativamente, o movimento de Jonas Savimbi foi sendo vítima de uma tensão identitária interna resultante das diferentes clivagens regionais mantidas pelos seus próprios membros. De acordo com o antigo dirigente da organização, “[...] havia uma clara

rivalidade entre os do Bié e os do Huambo”, estes últimos “[...] tinham a presunção de se destacarem como intelectuais” (NZAU PUNA apud FERREIRA, 1994). As regiões do Bié e do Huambo são habitadas por uma maioria populacional identificada, etnicamente, como pertencente ao grupo populacional dos ovimbundo. Base social majoritária do movimento da UNITA, os ovimbundo não eram um grupo demográfico conciso e homogêneo, existiam (e ainda existem) diferentes subdivisões tribais entre as diversas populações que compõem essa etnia. Como bem apontou Anthony Smith (1997), a identidade expressa por um determinado grupo sempre é composta por elementos múltiplos ⁴⁸, e a UNITA não era uma exceção.

A maneira encontrada por Savimbi para calar as dissidências internas de seu movimento foi realizada de forma cruel e autoritária. Pelo restante da metade final da década de 1980, as vozes contrárias no seio da UNITA foram, aos poucos, sumariamente executadas ou incentivadas a abandonar as fileiras do movimento. Qualquer suspeita de discórdia das palavras de Savimbi na Jamba foi recebida com desprazer pelo líder do movimento, e um certo clima de paranoia e conspiração foi instaurado na base da UNITA (GUERRA, 2002, p. 162). Em uma entrevista concedida a João Paulo Guerra (2002) no início dos anos de 1990, alguns dissidentes do movimento de Jonas Savimbi relataram importantes informações sobre as posturas políticas mantidas pela UNITA e sua liderança durante os anos de transição da década de 1980 para 1990. Em especial, um relato dado por um ex-representante da UNITA em Portugal, chamado Dias Kanombo, atestou a duplicidade política e nacionalista tomada por Savimbi durante os últimos anos da Guerra Fria em Angola.

É preciso ver bem a imagem do Dr. Savimbi. Ele tomou a educação ocidental, depois adoptou o maoísmo após sua estadia na China e também assumiu certos aspectos obscuros da cultura africana, a magia, o fetichismo. Eis a razão do uso da bengala, do ceptro, dos anéis, sinais com que ele quer dar a imagem de invulnerável de um super-homem. O resultado de tudo isto é a instabilidade e a confusão dos seus pontos de vista. (KANOMBO 1990 apud GUERRA, 2002, p. 166).

⁴⁸ Michel Cahen (2012, p. 21) levantou uma questão muito pertinente sobre o contexto identitário angolano em seu trabalho, “[...] *what proportion of the populations holds this sense of nationhood to be the primary element of their identity?*”. Traçando uma hipótese, caso a UNITA tivesse se consolidado como força política majoritária após o final da guerra civil angolana, teriam as populações do país se identificado, primeiramente, como angolanos (no sentido trabalhado pelo movimento de Savimbi)? Ou grande parte dos habitantes do país continuariam a se identificar como membros de uma etnia em primeira instância? Seguindo as ideias de Smith (1991), faz-se compreensível a dimensão e importância do entendimento da existência de identidades nacionais múltiplas (angolano bakongo, angolano lunda, angolano ovimbundo e etc.). A UNITA viu, mesmo prezando pela mobilização sentimental da identidade tribal e étnica de seus membros, divisões internas se formarem em sua organização. Por mais que a propaganda do movimento lutasse por “uma” nação angolana, jamais poderia existir apenas “uma”. Existe, atualmente, “um” estado angolano, sem dúvida; contudo, a existência conceitual de “uma” nação angolana é tema para grande debate dos estudos nacionalistas.

Este relato retratou de forma clara a mescla cultural e política que o ovimbundo manteve a frente de seu movimento. Ao mesmo tempo em que manteve uma retórica de cunho marxista para mobilizar as populações simpáticas à causa da UNITA, Savimbi utilizou-se de um fator étnico e cultural para legitimar o seu embate contra o MPLA. A luta de classes promovida em Angola pelo movimento de Savimbi não era um simples conflito de luta por obtenção de poder entre camponeses e burgueses. A proposta política da UNITA após seu IV Congresso era promover, sobretudo, uma luta étnica entre valores tradicionais fortemente arraigados nas mentes das populações rurais e um crescente modernismo centralizador que se operava a partir das políticas promulgadas pelo MPLA de Luanda. Por mais que a Savimbi também se utilizasse de predicados teóricos modernos para conduzir suas políticas, o líder da UNITA não escondia suas tendências de predileção étnica e cultural em relação aos negros do interior angolano, especialmente, as etnias ovimbundo do planalto central do país. Se Savimbi acreditava, ou não, nos poderes místicos do uso de indumentárias fetichistas para a sua proteção espiritual, ou algo assim, isso não vem ao caso. A relevância do uso de signos e objetos tradicionais por Savimbi indicou a preocupação do ovimbundo em se relacionar, de forma simbólica, com as populações que procurava arrebanhar.

A relação de Savimbi e sua imagética com os simpatizantes da UNITA transpôs apenas uma linha imaginária de identificação sentimental étnica. A gradual concentração dos poderes da UNITA em torno das decisões de sua pessoa foi, de forma gradual, expondo, durante o final da década de 1980, as intenções autoritárias do ovimbundo. Como foi relatado por Dias Kanombo (GUERRA, 2002, p. 166), acessórios utilizados por Savimbi pretendiam atribuir “uma imagem invulnerável de um super-homem” ao próprio líder do movimento; Savimbi era quem detinha o poder. Com isso, o ovimbundo mantinha uma postura fortemente ligada a questões tradicionais de mando patriarcal sobre os membros de seu movimento. Em uma tribo, quem comanda os indivíduos e detém o poder de decisão em relação ao futuro do grupo é o líder, ou, em algumas regiões de Angola, os Sobas (régulos regionais). A inclinação de Savimbi pelo comando autoritário de seu movimento foi, durante os últimos anos da Guerra Fria, sem dúvida, despótico como um Soba “[...] onde é que está a Democracia na UNITA, se a UNITA é ele? Em Democracia o líder não é o movimento, o líder tem que submeter-se a um consenso.” (KANOMBO 1990 apud GUERRA, 2002, p. 167).

Figura 17 – Savimbi portando indumentária militar moderna e acessórios tradicionais



Fonte: Portal de Angola (2017).

Envolvido com Washington e Pretória na luta contra o “imperialismo soviético” em Angola, Savimbi deu prosseguimento ao seu projeto de nação angolana pelo restante da década de 1980. Promovendo sua luta de classe étnica e racial contra o MPLA, o líder da UNITA exemplificou bem a dicotomia histórica da formação das nações africanas (KI-ZERBO; MAZRUI; WONDJI, 2010, p. 565). A postura política adotada pela UNITA e os discursos nacionalistas elaborados pelo seu líder operaram, de maneira constante, pela mescla de conceitos políticos modernos e exógenos com valores tradicionais e endógenos de Angola. Savimbi praticou uma política de fomento nacionalista que aparentava ser algo como um fetichismo modernista, em que o culto e o respeito às tradições dos povos do interior de Angola se fundiu com a retórica marxista e as diretrizes de guerrilha cunhadas por Mao Tsé-tung.

Por volta de agosto de 1987, o exército do MPLA e seus aliados cubanos avançaram, novamente, em uma campanha militar com o objetivo final de tomar a base da UNITA na Jamba. Auxiliadas pelo armamento de última geração fornecido pelos soviéticos, as Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA) avançaram a partir de Cuíto Cuanavale em direção ao sudeste e à cidade de Mavinga. Em setembro, graças ao apoio do equipamento e pessoal da SADF, as tropas de Savimbi detiveram a investida do MPLA, assim, causando um recuo das FAPLA (WRIGHT, 1997, p. 252). Em novembro de 1987, nas proximidades de Cuíto Cuanavale, ocorreu a maior batalha do conflito civil angolano, onde milhares de soldados das forças da UNITA/SADF enfrentaram, até maio de 1988, as FAPLA e seus companheiros militares cubanos. O envolvimento do exército sul-africano dentro de Angola tomou tamanha

proporção que, rapidamente, a campanha das forças do governo do *apartheid* foi divulgada em meios internacionais (SHUBIN, 2008, p. 109). Poucos dias após o começo da batalha, as ações da SADF e do governo sul-africano foram duramente condenadas pela OUA e pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas. As perdas materiais e humanas resultantes do embate direto entre Cuba e África do Sul promoveram, em meados da metade do ano de 1988, o recomeço de conversações diplomáticas entre Washington, Havana e Pretória (WRIGHT, 1997, p. 263-265).

Figura 18 – Mapa indicativo de Cuíto Cuanavale e Jamba



Fonte: Monthly review (s.d.).

Os acordos firmados em 1988 entre os três governos culminariam na retirada das tropas cubanas e sul-africanas de Angola entre os anos de 1989 e 1991. Durante esse curto período de tempo, a queda do Muro de Berlim no final de 1989 marcou, não somente o prenúncio do fim da Guerra Fria, mas, também, o fim do conflito internacional generalizado em Angola. Todavia, o ruir da União Soviética e o derradeiro fim das campanhas militares internacionais em Angola levaram ao subsequente dismantelamento da agenda – também internacional – de interesses que mantiveram a luta e o projeto de Savimbi vivos. O começo da década de 1990 traria consigo, de forma abrupta, claros indícios do desgaste do projeto de nação angolana pretendido por Savimbi e seu movimento, assim como a perspectiva de um possível cessar-fogo definitivo do banho de sangue que havia assolado o país por tantos anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Guerra Fria em Angola suspirou ofegante durante a batalha de Cuíto Cuanavale e desabou – como um grande animal ferido – após a saída das últimas tropas cubanas do país em maio de 1991. Como uma grande e solitária carcaça de elefante largada ao meio da relva nas margens do Cubango, o fim o conflito ideológico bipolar que havia tomado as vidas de tantos angolanos desde 1975 parecia, finalmente, anunciar o seu derradeiro final. As conversas de paz entre a UNITA e MPLA tiveram início a partir da metade do ano de 1990, e a reorganização política do país apontou para o começo de um regime multipartidário e democrático para seus habitantes. Eleições gerais foram convocadas para o final do mês de setembro de 1992, e um novo futuro para Angola poderia ter sido consolidado a partir das urnas (GUERRA, 2002, p. 314). Contudo, o fim da vida de um ser colossal nas matas angolanas dá início, com muita rapidez, a um novo conflito. Dessa vez, entre as criaturas menores que, de forma voraz, pretendem se apoderar dos restos do gigante de outrora.

Infeliz com os resultados eleitorais de 1992, Savimbi ordenou suas tropas para recomeçar o conflito civil angolano após um breve intervalo pacífico. Dissidentes do movimento, como os antigos dirigentes Miguel N’Zau Puna e Tony da Costa Fernandes, chegaram a fundar, após rusgas políticas com o ovimbundo, um novo partido, a UNITA-Renovada durante o curto período de paz (FERNANDO, 2002, p. 221). No entanto, as denúncias e críticas contra Savimbi não foram suficientes para desmobilizar suas vontades. Pelo restante da década de 1990, Angola passou por períodos de escassez e grande fome por causa do recomeço da Guerra Civil. Após intervenções militares das Nações Unidas e um punhado de acordos falhados para uma possível e derradeira paz, a guerra em Angola teve seu fim apenas com a queda de mais um ser em suas matas. Em fevereiro de 2002, Savimbi foi emboscado e morto na província do Moxico. Depois de quase trinta anos de conflito, milhares de mortos e desabrigados, Angola pôde, finalmente, ter um pouco de paz.

O projeto nacionalista de Savimbi para Angola pode não ter se concretizado, mas seu legado político – mantido vivo pelo partido político unificado da UNITA – ainda ecoa pelas vozes do interior angolano e mesmo de Luanda. Com toda a certeza, a impressão digital que Savimbi deixou na história contemporânea de seu país merece ser melhor analisada, e com todo o cuidado possível. A proximidade temporal com o fim do conflito angolano favoreceu (e ainda favorece) a produção de inúmeras obras permeadas por fortes sentimentos e ideologias pessoais em relação às políticas mantidas por Savimbi. Por esse motivo, esse trabalho procurou fazer uso de diversas fontes que pudessem apresentar mais de uma vertente bibliográfica e opinativa

sobre a construção e a consolidação histórica da figura política de Savimbi. Essas fontes foram, pelo desenvolvimento do trabalho, contrastadas com os próprios relatos e documentos produzidos pelo ovimbundo. Por final, tanto aquilo que foi escrito sobre o líder da UNITA, como aquilo que o próprio Savimbi escreveu, foram analisados, conjuntamente, sob a ótica de teorias que dissertaram sobre a natureza e a manifestação de sentimentos e identidades nacionais. O produto resultante dessa análise foi, portanto, a indicação de diferentes facetas ideológicas que permearam os discursos e posicionamentos políticos nacionalistas trabalhados por Jonas Savimbi.

Como foi apresentada no decorrer deste trabalho, a vida política de Savimbi foi composta por diferentes fases que moldaram, gradativamente, as suas interpretações e manifestações políticas de seus ideais nacionalistas. Desde os tempos em que estudou sob a tutela dos missionários estrangeiros no planalto central angolano, Savimbi foi desenvolvendo sua própria percepção do mundo em que habitava. A ida à Europa para concluir seus estudos agraciou o jovem ovimbundo com a vasta bibliografia de pensadores das mais diversas vertentes de pensamento político. As suas predileções pelas diretrizes marxista-leninistas parecem ter se desenvolvido nesse período de sua vida, assim como sua aproximação a certas concepções teóricas cunhadas por Mao Tsé-tung. Sua terra natal era dominada por um invasor branco imperialista e que pouco, ou nada, se importava com seus cidadãos negros. Angola e seus povos deveriam ser livres, já! Mas com quem lutar pela independência de seu país e seu “povo”? O primeiro capítulo desta dissertação foi dedicado, justamente, à análise desse período de indagação política de Savimbi. Durante a transição da década de 1950 para 1960, deveria o ovimbundo se alinhar com os modernistas do MPLA e Neto, ou com os tradicionalistas da UPA de Roberto? A UPA era composta, em sua vasta maioria, por negros, assim como Savimbi. Indicado por Jomo Kenyatta (N’ZAU PUNA apud FERREIRA, 1994) para fazer parte da organização de Roberto, Savimbi adentrou no esforço político de libertação de seu país. Contudo, o exclusivismo tribal da UPA faria Savimbi buscar seu próprio caminho de liderança política. Talvez, seguindo a indicação de Tom Mboya (1986), o ovimbundo teria que, realmente, conceber seu próprio “*African Socialism*” (MBOYA, 1986, p. 163).

Durante o segundo capítulo, foi exposto como a jornada com o destino à República Popular da China sedimentou, em 1965 (GUERRA, 2002, p. 42), algumas das diretrizes teóricas do maoísmo no *ethos* político de Jonas Savimbi. Assim sendo, em março de 1966, a fundação da UNITA no leste do território angolano foi feita com o intuito de promover, como havia indicado Mao, o início de uma luta revolucionária pelo interior do país. O campesinato negro das zonas rurais do centro-sul angolano passou a ser o povo a quem Savimbi desenvolveria sua

luta lado a lado. O afinco e o radicalismo revolucionários do ovimbundo acabaram por render a si próprio um exílio fora de sua terra natal, momento em que Savimbi previu a necessidade de uma mudança na sua condução de luta revolucionária em Angola. O regresso às matas do Moxico no final da década de 1960 veio acompanhado de um acachapante isolamento político internacional. A consolidação da UPA como força representante dos povos do norte do país e o avanço do MPLA pelo leste angolano colocaram Savimbi em uma difícil posição de desvantagem em relação aos movimentos rivais. O campesinato angolano que havia se juntado à UNITA não poderia prover nada que desse maior força de expressão política para o movimento. Encurralado em sua própria mata, Savimbi decidiu dar início a uma gradual aproximação política aos tão cruéis e odiados colonos brancos.

Durante os anos da Operação Madeira, como foi apresentado pela documentação compilada por William Minter (1988) e exposta ao final do segundo capítulo, Savimbi remodelou seu discurso nacionalista externo e passou a contemplar a possibilidade da existência de uma Angola plurirracial e multiétnica. A aliança com os portugueses foi assentada sobre o discurso de aceitação e escolha individual pela participação em uma nação angolana de brancos e negros. Contudo, ao mesmo tempo, traços de predileção étnica e tradicionalista pelos negros campesinos continuaram a existir dentro do seio da organização. O relato de Sabino Candende presente nas cartas enviadas durante a Operação Madeira corrobora para essa afirmação (MINTER, 1988, p. 38-40). Baseada em um predicado de existência mútua contra um inimigo comum, o governo colonial angolano trabalhou em conjunto com a UNITA para dar fim a uma suposta ameaça externa das grandes potências da Guerra Fria travestidas sob a forma dos movimentos nacionalistas da UPA-FNLA e do MPLA. Os acertos da UNITA para com um futuro em conjunto com os membros do governo colonial foram, após os acontecimentos do 25 de Abril, postos em xeque.

O fim do regime salazarista em Lisboa e as perspectivas de uma independência para Angola, em 1974, exigiram uma reforma das atitudes políticas de Savimbi em relação a essas novas variáveis presentes na equação da luta de libertação angolana. O ovimbundo procurou ter conhecimento, das propostas de âmbito federalista de “comunidade lusitana” criadas por António de Spínola (SAVIMBI apud MINTER, 1988, p. 98), proposta que foi acolhida com positividade por alguns discursos de Savimbi durante o final dos anos de 1970. Com uma população de aproximadamente 300 mil brancos em 1975, Angola dependia, por razões econômicas, do funcionalismo público colonial e da manutenção da infraestrutura estatal realizada pelos brancos. Uma súbita saída dos colonos brancos e o país poderia ter sua economia arruinada. Savimbi sabia, mesmo se declarando como um comunista (N’ZAU PUNA apud

FERREIRA, 1994), da enorme importância econômica e estratégica dos brancos para o futuro do país. A proposta de Savimbi pela aceitação individual dos brancos em fazer parte de uma nova Angola foi, acima de tudo, moderna e inspirada nas propostas nacionalistas cunhadas pelo intelectual Ernest Renan (1997) no século XIX. O Acordo de Alvor resultou, assinado pelos três grandes movimentos nacionalistas, em um fracasso retumbante, e o desenrolar dos meses após a Revolução dos Cravos trouxe, rapidamente, o início da Guerra Civil. O êxodo dos brancos – culpa das aspirações do “Almirante Vermelho” Rosa Coutinho segundo Savimbi (ROSA, 1978, p. 41) – impôs novas condições políticas a serem trabalhadas pelo ovimbundo. O líder da UNITA chegou a traçar alguns comentários lamentando a fuga em massa dos brancos do país (SAVIMBI, 1979, p. 48) ainda ao final da década de 1970. Entretanto, sem perder tempo algum, Savimbi remodelou sua narrativa nacionalista. Em 1977, o “POVO NEGRO” – concepção de viés também moderno – foi reiterado como sendo, nos documentos do IV Congresso da UNITA, a “espinha dorsal” da luta do movimento (SAVIMBI, 1979, p. 209).

Sem seus antigos aliados luso-angolanos, Savimbi foi obrigado a tomar, mais uma vez, medidas extremamente pragmáticas para garantir a sobrevivência da UNITA e de seu projeto nacional para Angola. A internacionalização do conflito civil angolano e a chegada de soldados cubanos para o apoio das tropas do MPLA foi motivo para que o governo sul-africano do *apartheid* também intervisse militarmente em solo angolano. Pela primeira metade do terceiro capítulo, foi possível ver a clara utilização da retórica do “imperialismo soviético” usada pela UNITA, a partir de 1977, para atrair as simpatias não somente de Pretória, mas, principalmente, de Washington. Savimbi era comunista, mas negaria se fosse acusado de tal postura perante os *Yankees* ou os *Boere* (N’ZAU PUNA apud FERREIRA, 1994); era movido pelas necessidades do “povo negro”, mas aliou-se com o governo racista da África do Sul. O pragmatismo político do ovimbundo foi visivelmente manifestado em suas ações diplomáticas com os governos do “ocidente”. Enquanto isso, no reduto da UNITA na Jamba, as teorias marxista-leninistas eram mescladas com os ensinamentos de Mao Tsé-tung para formar os quadros do movimento. Esse discurso dúplice de Savimbi foi mantido durante toda a década de 1980 e até os primeiros anos de 1990.

Para as populações negras do interior do país – especialmente para aqueles de sua área tradicional de atuação política, o planalto central – e parte dos quadros da UNITA, o ovimbundo operou com uma narrativa de mobilização nacionalista que incorporou, de forma muito particular, valores de dois mundos diferentes. Ao mesmo tempo, Savimbi amalgamou diretrizes ideológicas de cunho modernista e do pensamento marxista com particularidades étnicas e culturais do contexto histórico angolano. Segundo o próprio líder da UNITA, o MPLA era

formado por mestiços que, por sua vez, representavam, além de uma cor de pele diferente, uma pequena burguesia metropolitana que estava preocupada, acima de tudo, com os próprios interesses. Essa “classe” da capital Luanda teria atuado em conluio com os interesses soviéticos e cubanos para, principalmente, de acordo com o ovimbundo, reprimir e explorar os negros de Angola (KEAN, 2007). O MPLA seria, com sua política homogeneizante do “homem novo”, portanto, contrário aos negros e toda a sua bagagem étnica e cultural ligada a um passado imemorial. Munindo-se de acessórios e indumentárias tradicionais, Savimbi promoveu sua aproximação com aqueles povos fortemente arraigados em suas noções folclóricas de mundo. O ovimbundo ambicionou ser como um “Soba moderno”, e praticou um “fetichismo modernista” em suas políticas nacionais durante os anos da década de 1980.

Savimbi foi, sobretudo, produto da fusão entre noções de dois mundos diferentes e parte integrante das particularidades dualísticas pertencentes, não somente ao processo de formação nacional africana (KI-ZERBO; MAZRUI; WONDJI, 2010, p. 565), mas, também, ao contexto de expressão nacionalista do mundo pós-colonial apontado pelo indiano Partha Chatterjee (2008). Os acessórios tradicionais que ornaram Savimbi nos seus comícios foram os signos de seu pertencimento a um mundo particularmente africano (angolano e ovimbundo), de caráter espiritualizado e tradicional (CHATTERJEE, 2008, p. 93). Ao mesmo tempo, sua incorporação de teorias modernas de cunho marxista-leninista o posicionou dentro de outro espectro de identificação própria e pertencente aos estados modernos da Europa e da América. O ovimbundo viveu entre mundos, e esse detalhe de sua personalidade foi refletido em seus posicionamentos políticos e suas ideologias de projeção nacional para Angola.

A atuação de Savimbi em diferentes esferas culturais e políticas durante sua carreira poderia ser ilustrada, metaforicamente, por uma comparação de suas posturas ideológicas às várias peças que compõem uma boneca russa (*matryoshka*). Em conjunto, cada uma das peças se encaixa de forma perfeita para compor a estrutura completa do pequeno artefato eslavo. Mantendo o mesmo formato, cada uma das bonequinhas de uma *matryoshka* expõe uma determinada particularidade, seja em seu tamanho ou em suas cores e desenhos. Assim como no caso da personalidade política de Savimbi, cada uma de suas posturas ideológicas estava profundamente interligada de forma a compor, em conjunto, uma só estrutura. Da mesma forma que o pequeno artigo folclórico russo, cada uma das facetas ideológicas do ovimbundo continha sua própria especificidade. Contudo, de forma diferente à *matryoshka*, cada perspectiva e projeção nacionalista exposta pelo ovimbundo não seguiu uma hierarquia engessada de sobreposição, pelo contrário, eram complementares em sua existência.

A aproximação da UNITA às autoridades coloniais portuguesas no início da década de 1970 não fez de Savimbi um menor apreciador das identidades étnicas e tradicionais de sua terra. Durante seu trabalho de contato com as tribos das matas do leste angolano, o líder da UNITA não abandonou ou substituiu por completo as suas convicções ideológicas de cunho modernista. O ovimbundo manteve um *set* de ideias nacionalistas originadas pelo contato entre o mundo tradicional africano e as conjunturas modernas importadas pelo colonialismo europeu no continente. A mente de Savimbi e a maneira como ele operou seus valores ideológicos nacionalistas foram únicas. Como colocaria Anthony Smith (1997), a personalidade de Savimbi era composta por múltiplas identidades. O pragmatismo do ovimbundo se manifestou, portanto, como resultado da utilização, quando necessário, de cada uma dessas múltiplas identidades pertencentes a contextos díspares. Jonas Savimbi foi um homem forjado pela interação entre valores endógenos e exógenos às realidades da vida angolana do fim do período colonial. Composta por múltiplas concepções identitárias, suas experiências de vida foram – como tantas outras pelo continente africano – vitais para a elaboração de um projeto de nação angolana a sua imagem e semelhança.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, B. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BARBOSA, M. Cabral, os spinolistas e a (dis)solução do marcelismo. In: MARTINS, R.C. (Org.). *Portugal 1974: Transição Política em Perspectiva Histórica*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011.
- BARBOSA, M. Geopolítica, Economia (Des)colonização e Cultura a partir do Ministério das Colónias de Marcelo Caetano 1944-47. *Revista de História das Ideias*, Coimbra, v. 34, n. 2, p. 1991-211, 2016.
- BATSIKAMA, P. *As Origens do Reino do Kôngo*. Luanda: Mayamba, 2010.
- BHABHA, H. *DissemiNação: o tempo, a narrativa e as margens da nação moderna*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.
- BRIDGLAND, F. *Jonas Savimbi: a key to Africa*. New York: Paragon House, 1986.
- BITTENCOURT, M. A criação do MPLA. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, v. 32, p. 185-208, 1997.
- CHATTERJEE, P. *La Nación en Tiempo Heterogéneo y Otros Estudios Subalternos*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2008.
- CUNHA, J. et al. *África, a vitória traída*. Braga: Intervenção, 1977.
- DAVIDSON, B. *The African Awakening*. Cape: Londres, 1955.
- DEVLIN, J. The Baath Party: rise and metamorphosis. *The American Historical Review*. Oxford, v. 96, n. 5, p. 1396-1407, dez. 1991.
- DU BOIS, W.E.B, The Pan-African Movement. In: KEDOURIE, E. *Nationalism in Asia and Africa*. New York: New York Publishing, 1970, p. 552-561.
- DUFFY, J. *Portuguese Africa*. Boston: Harvard University Press, 1959.
- ENDERS, A. *História da África Lusófona*. Mira-Sintra: Inquérito, 1997.
- EVANS, H. *História da China desde 1800*. Cidade do México: El Colegio de México, 1989.
- FAGE, J.G. *História da África*. Lisboa: Edição 70, 2010.
- FERNANDO, E. *Jonas Savimbi – No lado errado da História*. Alfragide: Dom Quixote, 2012.

FIGUEIREDO, L. *Ficheiros Secretos da Descolonização de Angola*. Lisboa: Alétheia, 2009.

GUERRA, J.P. *Savimbi, Vida e Morte*. Lisboa: Bertrand, 2002.

GELDENHUYS, D. *The Diplomacy of Isolation: South Africa Policy Making*. Johannesburg: Macmillan, 1984.

HOBBSAWN, E.; RANGER, A. *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HUTCHINSON, J. Ethnicity and modern nations. *Ethnic and Racial Studies*, Londres, v. 23, n. 4, pg. 651-669, 2000.

KI-ZERBO, J.; MAZRUI, A.; WONDJI, C. Construção da nação e evolução dos valores políticos. In: *História Geral da África*. Brasília: MEC/UNESCO, 2010, p. 565-602.

LAL, P. Maoism in Tanzania: material connections and shared imaginaries. In: COOK, A. *Mao's Little Red Book*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

MAIER, F. The Jonas Savimbi Interview. *The American Spectator*, Arlington, v.13, n. 1, p. 7-11, 1980.

MANSFELD, P. Nasser and Nasserism. *International Journal*. Toronto, v. 28, n.4, p. 670-688, 1973.

MAXWELL, K. *O Império Derrotado: revolução e democracia em Portugal*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MBAH, J.M.A. *As rivalidades políticas entre a Frente de Libertação de Angola (FNLA) e o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)*. Luanda: Mayamba, 2010.

MBOYA, T. *Freedom and After*. Nairóbi: East African Educational, 1986.

MINTER, W. *Operation Timber: pages from the Savimbi dossier*. Trenton: Africa World Press, 1988.

N'GANGA, J.P. *O Pai do Nacionalismo Angolano*. São Paulo: Parma, 2008.

OLIVEIRA PINTO, A. *História de Angola: da pré-história ao século XXI*. Lisboa: Mercado de Letras, 2015.

PÉLISSIER R.; WHEELER D. *História de Angola*. Lisboa: Tinta da China, 2009.

PIMENTA, F. *Angola, Os Brancos e a Independência*. Porto: Afrontamento, 2008.

RENAN, E. Que é uma Nação. *Plural*, São Paulo, v.4, n.1, p. 154-175, 1997.

- REZOLA, M.I. *25 de Abril: Mitos de uma revolução*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2007.
- ROCHA, E. *Angola: contribuição ao estudo da génese do nacionalismo moderno angolano*. Lisboa: Dinalivro, 2009.
- ROSA, J. *Jonas Savimbi: o homem do projeto angolano*. Lisboa: Agência Portuguesa de Revistas, 1979.
- SÁ, T.M. *Os Estados Unidos e A Descolonização de Angola*. Alfragide: Dom Quixote, 2011.
- SAVIMBI, J. *Angola: a resistência em busca de uma nova nação*. Lisboa: Agência Portuguesa de Revistas, 1979.
- SAVIMBI, J. The War Against Soviet Colonialism. *Policy Review*, Washington, n. 35, 1986.
- SENGHOR, L. *Lusitanidade e Negritude*. Rio de Janeiro: Fronteira, 1978.
- SHUBIN, V. *The Hot "Cold War": The USSR in Southern Africa*. Scottsville: University of KwaZulu-Natal Press, 2008.
- SILVA, S. V. *Política e poder na África Austral (1974-1989)*. Lisboa: Escolar, 2013.
- SMITH, A. *Identidade Nacional*. Lisboa: Gradiva, 1997.
- SMITH, A. O Nacionalismo e os Historiadores. In: BALAKRISHNAN, G. (Org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 185-208.
- SOUZA, M. de M. Catolicismo e poder no Congo: o papel dos intermediários nativos, séculos XVI a XVII. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 21, n. 40, p. 51-63, 2014.
- SPÍNOLA, A. *Portugal e o Futuro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1974.
- STALIN, J. Nationalism Outside Europe [1924]. In: KEDOURIE, E. *Nationalism in Asia and Africa*. New York: New York Publishing, 1970, p. 552-561.
- TAVARES, E. Négritude, lusitanité et francophonie chez Léopold Sédar Senghor ou la recherche ineffable d'identité. *Synergies Brésil*, Sylvains les Moulins, n. 2, p. 101-106, 2010.
- TSÉ-TUNG, M. *Obras Escogidas*. Madrid: Fundamentos, 1974.
- VINÍCIUS, M.; SALDANHA, M.J. *Jonas Savimbi: um desafio à ditadura comunista em Angola*. Lisboa: Armasilde, 1977.
- WOLFERS, M.; BERGEROL, J. *Angola in the Frontline*. Londres: Zed Press, 1983.
- WRIGHT, G. *A Destruição de um País: a política dos Estados Unidos para Angola desde 1945*. Lisboa: Caminho, 1997.

Referências acessadas na Internet

ACORDO DE ALVOR. Alvor: 1975. Disponível em: <<http://cedis.fd.unl.pt/wp-content/uploads/2016/01/ACORDO-ALVOR.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

CAHEN, M. Anticolonialism & Nationalism: deconstructing synonymy, investigating historical processes. In: MORIER-GENOUD, E. (Org.). *Sure Road? Nations and nationalisms in Guinea, Angola and Mozambique*. Leiden: Brill, 2012. Disponível em: <<https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-00690557>>. Acesso em 20 abr. 2017.

CARDOSO, P. Entrevista a Carlos Moore. *Buala*, [S.L.], 2010. Disponível em: <www.buala.org/pt/cara-a-cara/nao-entrego-a-ninguem-o-sonho-da-dignidade-humana-entrevista-a-carlos-moore>. Acesso em: 6 abr. 2017.

DEFENSE HEADQUARTERS. *Press Release: Nature and Extent of the SADF's Involvement in the Angolan Conflict*. Disponível em: <www.rhodesia.nl/sadfpres.htm>. Acesso em: 23 abr. 2014.

FERREIRA, A. Angola 20 Anos Depois. *Jornal de Notícias*, Luanda, 1994. Disponível em: <<https://amota.wordpress.com/2007/11/23/angola-20-anos-depois-3/>> Acesso em: 6 abr. 2017.

KAUNDA, K. *Memorandum of Conversations*. Washington, 1975. Disponível em: <<https://www.fordlibrarymuseum.gov/library/document/0314/1553037.pdf>>. Acesso em: 23 mai. 2017.

KEAN, J. A História Secreta da Ideologia da UNITA. *Ango Notícias*, Luanda, 2007. Disponível em: <<http://www.angonoticias.com/Artigos/item/12631>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

SERRANO, C. Viriato da Cruz: um intelectual angolano do séc. XX. A memória que se faz necessária. *África Única e Plural*, São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/africa/issue/view/7769/showToc>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

SILVA, G. Otelos Aconselhou Fidel Castro. *Deutsche Welle*, 2014. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt-002/otelo-aconselhou-fidel-castro-a-avan%C3%A7ar-rumo-a-angola/a-17507318>>. Acesso em: 14 abr. 2017.

Documentário em Vídeo

A Guerra. Episódio 12. Direção: Joaquim Furtado. Lisboa: RTP, 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=XVBQr5jl0CU>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

Imagens

EFEMÉRIDES DO EFEMELLO. [S.d.] Disponível em: <<https://efemeridesdoefemello.files.wordpress.com/2015/11/11nov15.jpg?w=600&h=351>>. Acesso em: 23 abr. 2017.

GETTY IMAGES. [S.d.]. Disponível em:
<<http://media.gettyimages.com/photos/washington-dc-reagan-meets-with-angolan-guerrilla-leader-jonas-in-picture-id514678372>>. Acesso em: 9 abr. 2017.

GETTY IMAGES. [S.d.]. Disponível em:
<<http://media.gettyimages.com/photos/president-ronald-reagan-meeting-with-angolan-rebel-leader-jonas-picture-id72365542>>. Acesso em: 12 mai. 2017.

GLOBAL SECURITY. [S.d.] Disponível em:
<<http://www.globalsecurity.org/military/world/para/images/unita>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

MALOMIL BLOG. [S.d.] Disponível em: <http://4.bp.blogspot.com/-B4C8179IPes/VQ85ZaRp1zI/AAAAAAAAAvqE/f_D8CGN1Kow/s1600/FOTO%2B2.%2B1983.%2BAfastando%2Bo%2Bespi%CC%81rito%2Bcom%2Bum%2Bramo.jpeg>. Acesso em: 20 jun. 2017.

MADMENART. [S. d.] Disponível em: <<http://www.madmenart.com/wp-content/uploads/Selected-Works-Of-Mao-Tse-Tung-For-Africa.jpg>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

PINTEREST. [S.d.]. Disponível em: <<https://s-media-cache-ak0.pinimg.com/originals/af/74/59/af7459a4cb0d4ddc6b8c79733caa8217.jpg>>. Acesso em: 20 mai. 2017.

MONTHLY REVIEW. Disponível em: <<https://monthlyreview.org/wp-content/uploads/2013/04/2013-04-01campbell-map.jpg>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

NATIONS ONLINE.[S.d.] Disponível em:
<http://www.nationsonline.org/maps/angola_map.jpg>. Acesso em: 10 dez. 2016.

OBSERVADOR. [S.d.]. Disponível em: <<http://s3.observador.pt/wp-content/uploads/2015/09/5-o-palacio-do-governo-torna-se-em-luanda-a-sede-de-todas-as-queixas.jpg>>. Acesso em: 18 mar. 2017.

OBSERVADOR. [S.d.] Disponível em: <<http://s3.observador.pt/wp-content/uploads/2015/09/2-fotos-de-luanda-em-1975-que-os-jornais-portugueses-da-epoca-nao-mostravam-elas-manchavam-a-descolonizacao-exemplar.jpg>>. Acesso em: 20 mai. 2017.

PORTAL DE ANGOLA.[S.d.] Disponível em: <http://www.portaldeangola.com/wp-content/uploads/2013/05/3010EFE8-5588-465A-8957-33E7F420E61B_w640_r1_s_cx0_cy7_cw0-1.jpg>. Acesso em: 20 jun. 2017.

PULSAMERICA.[S.d.] Disponível em: <<http://www.pulsamerica.co.uk/wp-content/uploads/2016/11/agostinho-neto-e-fidel-castro-2-e1446410688644.jpg>>. Acesso em: 28 abr. 2017.

SOL. [S.d.] Disponível em: <<http://www.sol.co.ao/noticia/122179>>. Acesso em: 23 abr. 2015.

STRATFOR [S.d.]. Disponível em:
<https://www.stratfor.com/sites/default/files/main/images/Angola_rail.jpg>. Acesso em:
15 fev. 2017.

VOA NEWS. [S.d.]. Disponível em: <>. Acesso em: 6 abr. 2017.

WIKIMEDIA. [S.d.]. Disponível em:
<https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/71/Angola_Ethnic_map_1970.svg>
. Acesso em: 10 dez. 2016.

WIKIMEDIA. [S.d.]. Disponível em:
<https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/d/da/Holden_Roberto.jpg>. Acesso
em: 5 abr. 2017.